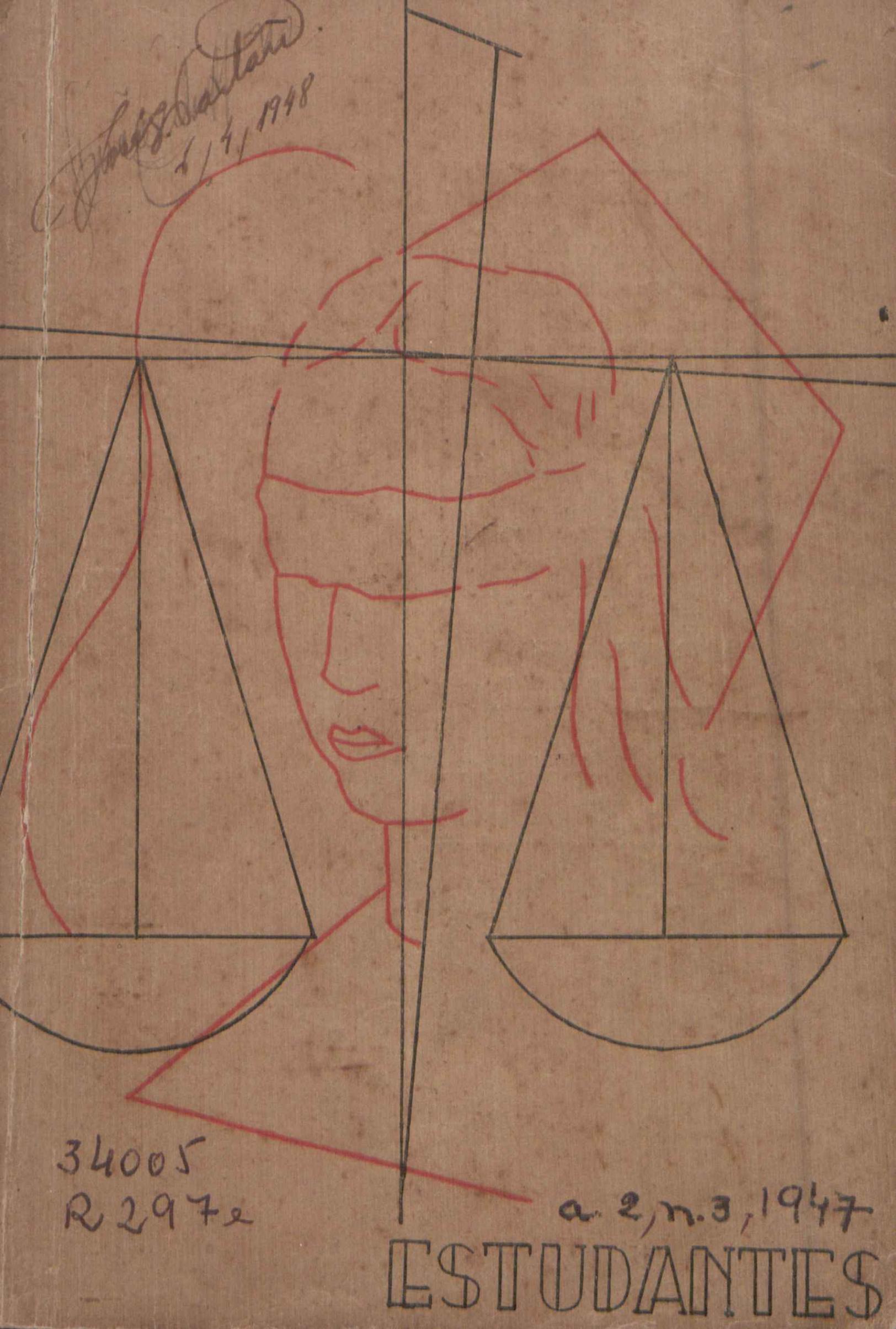


*Elizabeth Daltari*  
5/4/1948



34005  
R 297e

a. 2, n. 3, 1947

ESTUDANTES

ARTIGOS DE

FELIX ARAÚJO — AR-  
NÓBIO GRAÇA — ABE-  
LARDO JUREMA — LUIS  
DA CÂMARA CASCU DO  
DILERMANDO L U N A  
JOEL PONTES — PINTO  
FERREIRA — JOSÉ GUA-  
RÁ — PESSOA DE MO-  
RAIS — GILBERTO DE  
MACEDO.

POEMAS DE

ARIANO SUASSUNA —  
GERALDO VALENÇA —  
RODOLFO RANGEL MO-  
REIRA — LANGSTHON  
HUGHES — EDSON RE-  
GIS — HERNANI BOR-  
BA — ALFREDO DUAR-  
TE NETO.

DISCURSOS DE

C A R L O S M A C I E L —  
PAULO FREDERICO MA-  
CIEL

CRÔNICA MUSICAL —  
DO MEU CADERNO DE  
TEATRO — REGISTO —  
NOTAS ACADEMICAS

# ESTUDANTES

DIRETORIO ACADEMICO DE DIREITO

ANO II

NOVEMBRO, 1947

N.º 3

Feito de J. Gualberto Guaiúba  
(Paulista)

*ESTUDANTES* aparece agora pela terceira vez. Sem outro orgulho que não o de um dever serenamente cumprido. Sem outro objetivo afora o de dotar a inteligência moça e honesta da terra de um veículo para a luta pelos Princípios e pelos Ideais. Por êsses "velhos e nobres ideais" de que falava ROOSEVELT, o Paladino do Mundo Melhor.

Que *ESTUDANTES* seja sempre a "consciência contra a violência". O brado incalável dos moços contra o Oportunismo, a Desonestidade, a Ambição.

Para isso existimos. Por isso lutamos.

E se o conseguirmos, aquí nos dizemos pagos, prodigamente pagos, de todo e qualquer esforço, de todo e qualquer sacrifício.

De 378834  
box 2  
8919067



# CARTA À JUVENTUDE DO MUNDO

FELIX ARAÚJO

A Maria, ao filho que esperamos — a Charles Chaplin

Esta página pertence à Humanidade:

Cada criança que vem ao Mundo nos diz:

— Deus ainda espera alguma cousa do homem...

Rabindranat Tagore

LIGIA

— a ti, ao Congresso e à juventude do Mundo:

Quero levar ao teu nobre coração minha mensagem de simpatia e de fraternidade, agora, que no Congresso Nacional de Estudantes representas expressiva parcela da mocidade de nossa Pátria.

Estou certo do esplendor e da honestidade com que cumprirás as tarefas que te forem confiadas e advinho, mesmo, a consagração que hás de receber de quantos te contemplarem na boa luta pelo futuro da Juventude.

Se me fosse dado o direito de uma sugestão a mim, estudante ex-combatente, eu a faria a ti e ao Congresso com o pensamento voltado para as trágicas noites do passado, noites de guerra e de medo em que se engolfou a inteligência humana. Seria uma sugestão de alma já despedaçada pela desilusão dos sistemas políticos, quasi todos, e dos "condutores do rebanho humano" todos êles.

NOTA—ESTUDANTES chama a atenção para êstê documento, angustioso protesto de uma geração traída.

E esta sugestão, Amiga, que te envio, e ao Congresso, com o máximo respeito às convicções políticas, filosóficas e religiosas de cada um, é a que defendas, neste conclave da Juventude, com tãda energia, a causa da Paz entre os Povos e da fraternidade entre os Homens.

Atenta em redor de ti:

— Ainda não se desenterraram os mortos de sob os escombros e pruridos guerreiros repontam com violência em todo o mundo; chefes de Estados egoístas e onipotentes, firmam-se em pontos de vista imutáveis, duros e trágicos como dogmas; a nuvem da intolerância cresce nos horizontes e, mal se fecharam as covas humildes que em centenas de cemitérios espalhados pelo planeta receberam os mortos da última guerra, já os profissionais do massacre, prèlibando o gôzo infável do sangue da juventude bebido em taças de ouro, preparam o desastre.

Não sei como chamam o que se prepara neste momento. Desconheço ainda, os slogans escolhidos para a propaganda. Não identificamos com precisão o lugar da trama. Mas o coração de todo ser humano é uma antena que capta as mensagens do mundo, e ei-las que nos chegam nesta hora, em silêncio, desesperadas, mensagens do pânico e do medo universais, que nos dizem: **Prepara-se o desastre.**

Quando espoucará, ninguém o sabe. Mas o que se sabe é muito claro e doloroso: os açougueiros, neste momento, afiam os

brilhantes cutelos, que enterrarão amanhã no corpo dos nossos irmãos e dos nossos filhos, na alma das nossas Mães e das nossas espôsas, ao som dos hinos nacionais de tôdas as Pátrias e sob a benção das bandeiras sagradas de tôdas nações.

AMIGA, o que acontece é muito claro e doloroso: a Juventude é que morre, **SO-MENTE A JUVENTUDE**. Os velhos generais, hienas famintas, os armamentistas e demais amealhadores de moedas sujas de sangue, e os velhos Chefes de Estado, colecionadores de ossos humanos para os panteons nacionais, engendram o desastre, deliram de gôzo ante a confusão trágica, e morrem na cama.

Que valem aquele estudante da Universidade de Columbia, a filhinha do salsicheiro de Hamburgo, a moça que lava roupa na aldeia italiana, o jardineiro do rosal búlgaro, o operário de Coventry, a velha mãe caucasiana, o músico judeu ou o negro da Liberia, — todos os homens de todos os lugares, de que valem o nosso luto e a nossa dor, se algumas condecorações brilham em peitos inflados de patriotismo e se haverá mais ossos disponíveis para os panteons nacionais?

Fui à guerra. Não tive oportunidade de ser herói. No entanto, vi os nossos heróis, generosos, desassombrados, morrendo sem uma queixa. Que valeram os nossos heróis?: — um elogio em combate, o sangue sôbre a tera, e fome para os filhos. Em verdade, aprendi muitas coisas. Aprendi que todos nós somos iguais como instrumento do ódio de meia duzia e do "cumprimento da dever". Que nós, e o que convenciamos chamar o inimigo, somos igualmente sem escrúpulos no instante de matar para não morrer. Que nós, e o inimigo, somos seres humanos semelhantes, jovens que amamos a vida é que, durante a guerra, a única coisa que desejavamos realmente era voltar para casa, para as mães, espôsas e filhos que nos amavam. Tínhamos uma linguagem comum para todos, combatentes ou prisioneiros: — sacar do bolso uma fotografia querida... Nestes instantes se nos perguntassem porque nos matavam uns aos outros ninguém saberia responder.

Amiga, de todo o coração desejaria poder interrogar os nossos irmãos jovens de todo o mundo: — Que sabia o pequenino seringueiro do Amazonas, perdido no recesso de sua floresta, arrancando das árvores o pão de cada dia, daquele adolescente de BONN, um alemão qual-

quer, que amava Beethovem e o seu piano, e disto fazia seu modo de viver, para que depois um se atirasse sôbre o outro como animais enfurecidos, como bestas endemoniadas, cada qual procurando ser o primeiro a ferir, o primeiro a destruir com violência a harmonia da vida no seu curso eterno?

No entanto, alguém disse imperiosamente ao adolescente de BONN: — **TEU DEVER É MATAR**. E recomendaram expressamente ao rapazinho amazonense: **TEU DEVER É MATAR**. Na verdade, não lhes disseram porque deviam fazer assim. Atraz deles, de qualquer um que sucumbir, ficará um silencioso cortejo de esperanças decepadas. Nada vale um Piano, pouco uma Árvore, mas se me fosse dado o direito de falar aos jovens de todo o mundo eu lhes recordaria que ha mais alguma coisas, ha singelas crianças, ha velhos seres humanos, gastos pelos cuidados, e ha a VIDA, — a vida santa —, mutilada no seu âmago pelo império intransigente dos dogmas caducos e selvagens que forcem a vontade humana, esmagam a consciência, e legalisam, de facto e de direito, o ato de MATAR neste banquete de ossos e condecorações, que é a GUERRA.

AMIGA, dura é a verdade. Dura e incômoda. A sua luz queima como o ferro em brasa e cêga a sua claridade. Mas, como podemos trair os nossos semelhantes, — os jovens e as jovens de tôda a terra, — nós que começamos agora a pisar o planeta, que o estamos fazendo incipientemente: — como podemos calar se ha fôrças ocultas, tremendas de astucia e de malvadez, tramando, através das mentiras nacionais e internacionais, o assalto à espécie humana?

Não! Maldito para sempre o que esconder a verdade, que não lhe pertence, é de todos. Mil vezes melhor sucumbir incendiado em suas chamas crepitantes e irresistíveis, e ter os olhos corroidos pela intensidade de sua luz, que caminhar sôbre o pantano venenoso da mentira, movediço porque embebido de sangue, iluminado, como os cemitérios pela enganosa luz dos fogos-fatuos.

Amiga, a verdade que mata é a mesma que ressuscita.

Em verdade, ô jovens, que é realmente a guerra? quem é que a faz? por que a forjam atizam e realizam?

Ha uma evidência terrível: isolados nos seus gabinetes, trancados entre quatro paredes, os generais todo poderosos e os governos infalíveis, bonecas de um trá-

gico teatro de marionetas, controlados pelos fios de ouro e de aço dos grandes interesses financeiros, êles, ALGUNS, é que — FAZEM A GUERRA.

Acaso, em algum tempo, foi feito um plebiscito popular indagando dos POVOS se queriam a guerra? Perguntaram às MÃES se dariam de bom grado os seus rapazes para o matadouro? Inquiriram por ventura, às CRIANÇAS, se declinavam do direito muito humano de ter quem as conduza para a escola e para a festa? Estão seguros que as ESPÓSAS de tôdas as raças e países desejam receber em troca de um amado companheiro um pedaço de bronze, enfeitado de fitas?

No entanto, isolados, poderosos; intangíveis, alguns homens fazem a guerra. Primeiro preparam a opinião pública explorando os mais arraigados sentimentos da singela alma do Povo; de noite, os fogos de artifício desenham no céu, em pirotecnica sinistra, que a guerra é "inevitável"; de dia, as canções militares e a imprensa vendida repetem que ela é algo mais do que inevitável: é "sagrada", "justa", "necessária", em "defesa da ordem", da "liberdade", da "soberania", dos "nossos direitos afrontados", da "honra das Pátrias", das bandeiras e dos mastros.

Desejaria lembrar aos jovens do nosso tempo: os verdadeiros autores da tragedia, os que controlam os fios do teatrinho de marionetes, e as bonecas por êles manobradas, morrem tranquilamente na velhice. Aos seus pés rugem o oceano de sangue humano que fizeram brotar de milhões de sêres, de corações envenenados pela mentira e pelo engodo, e êste sangue lhe causa apenas nôjo e enfado.

E assim, depois que, como vimos, soltam no ar os fôgos de artifício e espalham pela terra a voz da imprensa vendida, — DO OUTRO LADO — ha sempre um outro lado e uma outra Pátria — os açougueiros repetem os velhos estribilhos consagrados: Acudi! A Pátria em perigo! nossos lares ameaçados! ferida a nossa honra! Ó, os sinistros vendilhões de escravos! Quando a festa principia, dão-se as mãos por cima das cabeças que tombam, olham-se, compreendem-se e engordam.

Quisera fugir, Amiga, á evocação dos casos pessoais. Mas permite que te conte uma experiência vivida por mim na última guerra. Vi as crianças italianas rôtas, famintas, abandonadas; em Napolis, aprendendo com os velhos ladrões cosmopolitas a arte de furtar á luz do dia;

em Roma, aliciando mulheres para os combatentes; em lôda a parte, rotas, famintas, abandonadas. Sabia eu que na Itália havia escolas, livros, livros do tempo da guerra e da preparação do conflito. Que vi nos compendios didáticos da infância italiana? Que aquela guerra era a "guerra pelo mundo melhor", a "guerra pela justa distribuição das riquezas", a "guerra dos fracos contra os poderosos" a guerra "pela Paz"... Que se dizia entre nós, que se dizia aos nossos jovens, aos jovens de todo o mundo? A história é recente. Não vale apenas recordar. Dir-se-ia, dramaticamente, que aqui e ali fôrças ocultas haviam combinado antecipadamente os textos para a infância e a juventude.

Então, Amiga, onde está a verdade? Nós e êles cumprindo o "Nosso Dever", lutavamos igualmente pelas nossas Pátrias e pelo "Mundo Melhor"? Que tamanha confusão é esta? Porque os homens se matavam se havia, para todos, o mesmo objetivo humanitário, generoso, sagrado? Mas é possível que a "verdade" se choque contra a "verdade"? Amiga: — êste episódio singelo tudo resume e explica.

A juventude de todo o mundo vem sendo iludida tragicamente. Ministram-lhe, em doses fatais, o opio das exaltações nacionalistas, das aventuras patrióticas, dos velhos idolos fatidicos. A juventude de todo o planeta estará condenada á morte no espaço de cada geração, se não aceitar imediatamente a evidência de que tôdas as Pátrias merecem viver, de que todos os homens são iguais, de que a Humanidade é uma só, e o Mundo, um Mundo só.

Jovens do Mundo, — sol que desponta sobre um campo semeado de cadáveres, sol que surge por detrás de imensas montanhas de ossos e de escombros de lares —, nós, juventude destes tempos batizados pelo sangue de milhões, — levantemos a cabeça com energia.

Digamos NÃO, às mentiras nacionais e internacionais! NÃO, às tiranias! NÃO, às convenções homicidas! NÃO, aos privilégios! NÃO Á GUERRA!

Queremos viver.

Queremos construir um sólido edificio para a morada da espécie humana — um edificio que se levante sobre os amplos alicerces da cultura, da cooperação, da justiça social, da liberdade e da confiança.

Todos temos a NOSSA PATRIA.

Amamô-la, como o doce lugar nativo;

É chegado o momento. Nem mais um instante de vacilação. Com energia e coragem, que a juventude do Mundo possa repetir o grito dos velhos trabalhadores traidos da Inglaterra: — “SE OS GOVERNOS DECLARAREM GUERRA — OS POVOS DECLARARÃO A PAZ!”

Ha, pela vastidão da terra nesta hora, milhões de mulheres grávidas que esperam a vinda de seus filhos; em milhões de ventres pulsam, neste momento, singelos corações; e, silenciosas na sua saudade, outros milhões de mulheres estão ainda vestidas de luto.

Em nome dêsse luto, que é a dôr dos erros do Passado; e em nome dos singelos corações que desabrocham, trazendo em seu seio a esperança do novo dia;

UNAMO-NOS PELA PAZ!

ABAIXO A GUERRA!

respeitamô-la como um conjunto de seres humanos irmãos na língua e na raça; ajudamô-la, com o nosso trabalho e o nosso amor, a enriquecer os patrimônios do seu espírito e a ampliar as suas riquezas materiais.

Mas, que o sagrado amor de NOSSA PÁTRIA, pelo egoísmo ou pela intolerância, não nos tire a razão, o bom senso e a dignidade, a ponto de negarmos o direito das PÁTRIAS DOS OUTROS existirem e prosperarem; ao extremo de nos levar à depredação dos lares de Mães e de Filhos que são iguais àqueles que amamos.

Jovens do Mundo, que já sofremos a noite asfixiante da escravidão e da guerra, UNANO-MOS PELA PAZ.

Agora, que novas bandeiras estão para ser desfraldadas no anseio de arrastar a juventude para a morte; agora, que novos apêlos vão ser feitos, em tôdas as Pátrias, à “Pátria em Perigo” ou à “honra nacional”, UNANO-MOS PELA PAZ.



# PROBLEMAS DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

ARNÓBIO GRAÇA

Criada ha mais de um século, a Faculdade de Direito do Recife tem sido um dos mais importantes centros de evolução da cultura filosófica, política e jurídica do país. Seus alicerces e as linhas gerais da sua construção foram feitos para que o tempo não os destruísse. Essa instituição nasceu em 1827, afim de que a sua trajetória espiritual jamais encontrasse o seu limite geométrico. Não pretendemos fazer o panegírico da nossa Faculdade, pois o seu passado é tão grande, que dispensa os nossos humildes votos de lótvor. Todavia, se a Faculdade de Direito do Recife possui tradição glória, está, hoje, sob o peso de alguns problemas relativamente difíceis. Problemas educacionais, éticos, políticos e humanos. Na verdade, o ensino superior no Brasil está cheio de enormes obstáculos. O estudante se modificou muito em virtude da revolução econômica, política e social, que se vem processando, entre nós, ha mais de trinta anos. O professor, que era uma figura respeitavel pelos seus conhecimentos humanísticos e pelas suas nobres funções, é, nos dias que correm, um indivíduo comum, sem recursos materiais para aquisição de livros, modesto funcionário público ou simples empregado na forma da legislação trabalhista, mas com direito à aposentadoria por velhice ou invalidez e à pensão de pequena quantidade de cruzeiros para os seus infelizes sucessores. Asfixiado pela situação econômica, o mestre universitário do Recife procura outros ganhos, como a advocacia, ou atividades outras, com as quais possa melhorar os seus

rendimentos. Por isso, não dispõe de meios para estudar, escrever e se tornar um verdadeiro professor, útil aos seus alunos, à escola e ao Brasil. Por sua vez, o estudante nada pode fazer: se é rico, não tem preocupações com o futuro, porque o direito civil burguês lhe assegura um bom patrimônio sem esforço; se é pobre, necessita de obter emprego para viver e pagar as taxas do curso, não lhe sendo possível fazer mais do que os exames no fim de cada ano. Ao demais, as questões político-partidárias têm adquirido uma posição de singular relevo na vida universitária da nossa capital, de modo que o entusiasmo dos moços pelas eleições, pelas assembléias legislativas, pelos representantes do povo e pelas célebres "batalhas judiciárias", é muito forte e mesmo justo, uma vez que o ideal democrático salvou a humanidade da tragédia nazista.

Todavia, não podemos esquecer os deveres para com o Brasil no plano da cultura. Professores e alunos da nossa Universidade têm de continuar a tradição, que a Faculdade de Direito do Recife construiu com tanto amor e com tanto trabalho. A educação é uma ciência prática e especulativa, moral e social, personalista e normativa. Não se limita ao conhecimento superficial dos fenômenos de ser para cuja perfeição se destina. Integra-se nos problemas do educador, do educado e da sua evolução, mas é, sobretudo, para o progresso espiritual e ético que ela se dirige, traçando os rumos da própria sociedade. Dos seus cál-

culos, de suas leis e experiências, é que um Binet, um Claparède ou um Freud fizeram conclusões surpreendentes. As gerações jovens desempenham papel central na síntese do pensamento hodierno. Com elas, a educação se reforma e os sistemas políticos ampliam as atividades do Estado. Em outros países, a pedagogia não procura resolver apenas as questões de meios, de ambiente, de hierarquia ou de autoridade, mas também os problemas do educando, de professor, das matérias de ensino, de propaganda e publicidade. A escola nova é um longo percurso no terreno das ideias. Não é a investigação de um único cérebro. É o oceano onde deságuam rios que vêm da Inglaterra, da Suíça, da Bélgica, dos Estados Unidos da América do Norte, etc. Reflete o triunfo de três revoluções: o biologismo, o neo-vitalismo e a técnica. Diante dela, desfilam Pestalozzi, Froebel, Herbart, Tolstoi, W. James e Dewey.

Tudo isso porém, necessita de ser esclarecido e bem compreendido pelos universitários, e principalmente por nós, os seus professores, que temos nos ombros a responsabilidade pela conservação daquilo que muito custou à nossa Faculdade de Direito — a tradição e a glória. Por que não mudamos os rumos da nossa vida de mestres, afim de que os alu-

nos tenham mais confiança no nosso trabalho? Por que não fazemos da nossa profissão, um sacerdócio, estudando sempre, desenvolvendo os nossos conhecimentos científicos? Por que as aulas não são regulares e bem frequentadas pelos alunos? Por que não ha entusiasmo coletivo pelas pesquisas sociológicas e jurídicas? Por que tudo parece um fim de cultura ou um crepúsculo da história?

Temos certeza de que as respostas a essas indagações estão no aluno e no professor, nos métodos de ensino e na falta de amor à ciência, no protecionismo escandaloso aos incapazes, nos vícios da sociedade e nas dificuldades materiais da existência. São poucos, os que triunfam pelo saber e os que fazem da filosofia, da economia ou do direito, uma razão de imortalidade, como os antigos pensadores da Grécia. Ha, incontestavelmente, uma grande crise da cultura universitária. Os sistemas políticos mostram-se incompatíveis com a ascensão do espírito. O horizontalismo da civilização está aniquilando o verticalismo do pensamento. Tudo está se reduzindo, infelizmente, ao limo da terra. Por que — perguntamos mais uma vez.

Sinal dos tempos? Decadência do homem?



## DE "POLÍTICA É ISSO MESMO" Á "ARTE DE BEM GOVERNAR"

ABELARDO JUREMA

É evidente a posição crítica da democracia brasileira, mesmo que se olhe o futuro sem exagerado pessimismo. As cousas pelo mundo de além mar não vão boas e as dificuldades de dentro de casa estão contundindo o regime há alguns meses começado e desorientando os homens públicos guindados às posições de comando. Os problemas de administração agravados dia a dia, tornam-se muito complexos e as suas soluções ou são procrastinadas inconscientemente ou por conveniências políticas. E, o drama se repete indefinidamente, desde o cenário municipal ao estadual e deste ao federal. Não se pode negar, entretanto, certa dose de boa vontade em parte dos condutores de partidos ou de situações políticas, nem boa fé em contingentes ponderáveis dos que se acham á frente da causa pública. Há, contudo, causas profundas e superficiais, umas e outras bem misturadas, produzindo todos êsses efeitos e em plano difícil de separá-las, para melhor e mais eficientemente serem anuladas.

Mal saídos de uma longa experiência ditatorial que se revestiu de características muito próprias á nossa índole, e condições de país sul-americano, se bem que não deixasse de receber influências externas fortes e consideráveis, de certo modo inevitáveis, não soubemos fugir aos erros primários que já outróra muito dificultaram e retardaram a marcha da democracia em nosso país, justamente quando re-encetámos nova caminhada sob princípios democráticos.

Se a ditadura nos afastou das liberdades públicas e permitiu excêssos ao arbitrio da formação moral de seus responsáveis, possibilitou, sem duvida, que se encarasse determinados problemas, sem os caminhos longos e estereis das discussões e divagações demagógicas. Aqui e ali se encontravam administradores que souberam conduzir os interesses coletivos com perspicácia e senso de oportunidade, sem terem os seus passos embaraçados pelas conveniências e compromissos partidários. Ali e aqui, abusos e criminosas negligências transformaram ídolos em bagaços humanos, revelando deformação de caracteres e corrupção de consciências.

Entretanto, não se pode negar sistematicamente tudo com relação ao trato da coisa pública na fase anterior ao 29 de outubro, no que se cairia no facciosismo demolidor, como seria obra de pura e pernicioso bajulação, o endeusamento de figuras dos quadros de direção que ao acertarem, honesta e conscientemente, não fizeram mais do que cumprir obrigações fundamentais para com o povo, e a trôco de severas restrições aos direitos do homem.

O que está elaro em todo êsse panorama que se estende do passado ao presente, é a incidência de erros sobre erros, numa alarmante constante antes de 1930, durante 1930 a 1945 e de 1945 a 1947. Erros que se acumulam e chegam a neutralizar se não tudo, pelo menos boa parte do que tem surgido de bem ajustado ao desenvolvimento nacional.

Se até 1930 tivemos a política dos governadores que se assentava na política dos chefes municipais e esta, por sua vez, na ação quasi sempre nefasta dos cabos distritais, hipertrofiando o Poder Público frente aos problemas essenciais da coletividade, cujas soluções estavam na dependência direta de conveniências estritamente pessoais, fôrça é confessar, sem embargos, que menores teriam de ser os erros e insignificantes as suas consequências, de vez que se não revestia a administração pública, no passado, da complexidade de questões que hoje afligem os governos bem intencionados quando não emborcem inevitavelmente aqueles já corroidos nas suas origens.

Não se compreende, todavia, que nos dias que correm, quando a direção da causa pública exige independência de ação, firmeza, equilíbrio, conhecimento diréto das necessidades do meio e das suas causas e consequências, procure-se reproduzir o mesmo quadro dantanho, fingindo-se ignorar os novos tempos ou se deixando ficar na contemplação de tôdas essas "nuances", sem a coragem de atitudes inflexíveis, sob a inspiração de ambições que transformam consciências e criam os mistificadores desabusados e perigosos.

Não se ajusta mais aos novos tempos o exercício da política naquele velho sentido em que predominam os famosos valores eleitorais, em detrimento dos valores reais da inteligência e da cultura. Não se exige a exclusão de uns e o predomínio de outros, mas pelo menos maior desprendimento entre os que comandam grupos partidários para que planifiquem as suas campanhas de arregimentação de massas sem se excederem em compromissos para cuja observância mais tarde se impõe a despersonalização do homem de governo ou a completa anarquia nos serviços públicos.

A começar pelas nossas Câmaras Legislativas, sente-se o predomínio de chefes de grupos, cujo prestígio supervalorizado pela corrida dos políticos sem consciência aos seus colégios eleitorais, transformou os nossos órgãos representativos da vontade popular, no albergue de coronelões tortuosos ou no abrigo de filhos mimados empurrados às aventuras da política sem a devida preparação para o exercício da democracia que se não deve confundir com a demagogia comicial. Dois terços dessas camaras são constituídas pelos deputados de colégios

eleitorais de "porteiras fechadas". São os dois terços que valem pelo volume de cédulas com que se encheram as urnas e nunca como expressão cultural ou popular que algo de positivo pudesse trazer a plenário, como contribuição a dirimir as dificuldades suscitadas por questões que se avolumam sôbre as mesas dos administradores de nosso tempo. Regista-se um desajustamento absoluto em tôdas elas. Enchem-se de bachareis que, em sua maioria, já abandonaram a profissão, de médicos que não sabem mais onde estão os bisturis, e de coroneis ou dos seus jovens rebentos que ficaram no primeiro livro de Delgado de Carvalho, se até lá conseguiram ir. E assim acontece no extremo norte, no extremo sul, no léste e no oéste. Mas, não fica só no legislativo. O quadro é mais amplo. Eleitos os governadores, cheios de compromissos que assumiram para não perder as eleições, vem então a corrida aos postos.

Prefeitos que brotam de capatazias de fazendas e que nunca sentiram as responsabilidades de direção da coisa pública, secretários empurrados para pastas cujos setores de trabalho ignoram inteiramente, auxiliares técnicos que nunca se animaram a estudar quaisquer das questões que terão de ser equacionadas nos seus órgãos de administração, colaboradores enfim escolhidos sem qualquer condicionamento às suas habilitações intelectuais ou técnicas e até mesmo morais.

Poucos são os governadores que têm a coragem de enfrentar uma maioria política, essencialmente política, fortalecendo-se no Poder, não por salamaleques a correligionários poderosos, mas pela seleção de valores e planificação de trabalhos, sem medir as danças e contradanças dos cabos eleitorais.

Sofre o setor educacional. O setor fazendário. O setor agrícola. O setor de obras públicas. Sofre o país, sofrem os Estados e os Municípios. E essas experimentações se repetem de ano a ano sem que se considere que não é possível mais a improvisação administrativa nem a feitura ocasional de administradores, pela importância e seriedade de suas questões que sugerem estudiosos e até mesmo especialistas.

Dai a crise que atravessa a nossa democracia mal recomeçada. Dai essa agitação interminável e que nos dá a impressão de que ou não sabemos exercê-la ou não temos o direito de possuí-la.

Culpa-se o eleitorado pela sua feição quantitativa, defendendo muitos a necessidade de sua transformação no sentido qualitativo. Mas de um modo ou de outro, a solução seria transitória uma vez que surgiria o perigo do predomínio de uma minoria pensante sôbre uma maioria inconciente, com tôdas as inconveniências de um arbitrio abusivo de líderes corrompidos pela ambição do Poder, ou o inverso que está produzindo o que estamos sentindo neste exercicio democrático de após-guerra.

Sem contarem com as massas e dispondo apenas de poderosas máquinas eleitorais com as suas bases fincadas no interesse personalissimo dos grupos dominantes, os partidos oficiais tanto de opposição como de govêrno, necessitam se re-estruturar, sôbre alicerces mais sólidos, deixando à margem os programas mirabolantes, para se fixarem mais detidamente em detalhes de ordem interna

que não venham perturbar a ação dos administradores que fizerem pela força do voto livre. Nada de promessas e compromissos inconciliáveis com o interesse público. Nada de excessos na arte de conquistar prosetos. Os partidos precisam se fazer sentir na opinião pública como viaculo de pontos de vista, de vocações e tendências, como traços de união de pensamentos e vontades e nunca como válvulas de ódios que geram dissensões profundas e perturbadoras à unidade moral da coletividade, nem tão pouco como pontos de apoio as ambições mercenárias que tanto têm vulgarizado homens públicos.

Aquela velha expressão popular — POLITICA E' ISSO MESMO — vai esmaecendo a medida que se sente e com maior força a necessidade de se fazer vigorar aquela fórmula do velho Ruy — Política é a arte de bem governar...



# ANTOLOGIA DÔ "CARAPUCEIRO"

LUIZ DA CAMARA CASCU DO

O padre Lopes Gama, frade secularizado, manteve no Recife, sozinho e com vários humores, o periodico O CARAPUCEIRO, com intenções de critica moral mas realmente de registo etnográfico e folclórico.

O jornalzinho significava o diagrama psicologico do frade mais temperamental de Pernambuco depois de Frei Caneca. A viva curiosidade incessante abrangendo pessoas e coisas, a verve maliciosa e facil, a clareza, precisão e nitidez vocabular fazem dêsse reverendo uma rara e preciosa expressão de critica fixadora, espécie de colecionador de hábitos, costumes, superstições, todos os elementos caracterizadores da sociedade do Recife entre 1830 e 1860, justamente a epoca mais intensa e sonora do segundo Império.

Como Santo Agostinho reuniu a teologia, a teogonia, virtudes e vícios do seu tempo nos deuses e nos homens querendo apenas corrigi-los e combate-los, citando a mais completa série de materiais do folk-ways de que ha noticia no CIVITAS DEI, Lopes Gama caçava o Folk Lore pernambucano para exhibi-lo como monstruosidades do tempo e da fortuna, expondo-o no CARAPUCEIRO como se o amarrasse a um pelourinho na pra-

ça pública, para escarmento e castigo dos possiveis imitadores.

Descrevendo as festas, usos, alimentação, manias, pavores, indumentárias, autos populares, bailes de negros e corrida de Lobishomem, amuletos, talismãs, Bumba-meu Boi, Pastoris, bandeira de santo, dança de São Gonçalo, ciência do mau olhado, procissões, tabús inencontáveis, como Santo Agostinho em Cartago, Lopes Gama fez uma das coleções extensas, fieis e honestas que possuímos para o estudo e confronto do Folk Lore nacional.

Em muitos aspéctos, pela antiguidade secular do registo, 1838, 1840, 1842, etc., é possível anotar-se o processo de transformação de certas crendices ou festas e autos tradicionais pela convergência, mantendo a mesma personalidade temática ou convergindo para outro centro-de-interesse, ampliando-o. E a noticia, vasta e clara, escrita pelo padre Lopes Gama, teólogo, orador, politico, diretor da Academia de Direito, é de veracidade absoluta, capaz de sustentar teoria e de agoentar paradoxo.

Simplesmente o CARAPUCEIRO é de leitura difícil e exige paciência. Um grande serviço aos estudiosos da Ciência do Homem seria uma Antologia do CARAPUCEIRO...

# O B A R C O

ARIANO SUASSUNA

*No barco da madrugada  
Quero partir pelo vento*

*Na noite cheia de estrelas  
O grande barco era negro.  
Uivava na ventania  
Um surdo rumor de ferros.  
Na escuridão reluziam  
Inúmeros punhais negros  
Dansando na luz da lua  
Em grandes clarões vermelhos...  
Amor !  
E o barco já navegava  
Grandes caminhos eternos,  
Caminhos largos do mar  
Fincados fundo no peito !*

*Meus pés já pisavam a bordo  
Correndo livres no vento...  
Junto com o vento cantavam  
Alegres como marinheiros.  
Mas soavam cantos de morte  
Em gritos e olhares cegos,  
E o arrastar das cadeias  
Num surdo rumor de ferros ..*

*Oh barco da madrugada !  
Está me chamando o vento...*

## DISCURSO EM 11 DE AGOSTO

CARLOS MACIEL

Solicitados pela infinidade dos acontecimentos cotidianos, e lançados, violentamente, na procura da evolução, estabeleceram, não obstante, os homens, a Tradição, inspirados, talvez inconscientemente, pelo mais íntimo do senso comum.

As tradições se mantêm, apesar da própria reação humana, cada vez que se trata de revivê-las, e é isso mesmo, que, as confirma como exigência íntima do homem.

É que, o espírito presente na infinidade dos acontecimentos cotidianos tuma série de atrações dispersivas, caducas, mínimas, misturando-se para obscurece-los, aos fatos mais relevantes, repercusivos, que dão qualidades às pessoas e instituições.

É presente, sobretudo, que a procura da evolução só tem sentido, se houver um relativo, o qual se chama medida, e ao qual se comparam as formas novas e antigas, e então se fala em progresso ou regresso.

Tudo isso é objeto de divagações filosóficas; é alimento dos contemplativos. Estes adquirem a razão prática, extraíndo-a da especulativa. Mas ao homem comum, é mais fácil encontrar a sua unidade histórica o critério valorativo para o cotidiano, realizando, em si mesmo, a experiência da espécie, ou seja vivendo as tradições, porque viver é melhor que aprender.

Porque a Tradição elimina os elementos da periferia vital, e conserva os essenciais, é capaz de dar esse critério e

aquela experiência, e é também nesse ponto que tradição e Liturgia se tocam, se penetram, porque o estilo litúrgico, segundo Guardini, consiste nisso mesmo eliminar das formas de convivência com Deus, esses elementos destituídos de permanência e coesão essencial.

E aqui cresce o significado desta solenidade nesta Abadia de beneditinos.

Mas, que faço eu? Toco uma série de problemas e não caracterizei ainda, o que seja esta solenidade.

Aqui estamos para solenizar o Centésimo vigésimo aniversário da Faculdade de Direito, primeiro de sua integração como parte da Universidade do Recife.

Uma grande responsabilidade histórica, que se reveste de uma formalidade nova.

É uma data de aniversário. Parece-me que excede entre tôdas esta espécie de tradição humana. Pois que a comemoração dos mortos sublima o desejo de eternidade. As outras relembram exemplos, ascensões. Mas a data do natalício conduz diretamente ao problema da vida.

Transpõe-se o abismo infinito entre o ser e o não ser. O ser começa. Percebe-se. Sofre. Reaje.

Ai está. O ser reaje. É aí que surge o problema. Porque o ser? Porque a vida?

Este, se não é o ponto o capital em Teoria do Conhecimento, porque não elabora a crítica da Inteligência, se não o é da Metafísica, porque não atinge o Ser em Si é-o no entanto da Ética, da própria vida, segundo sua própria formulação.

Coloco-o, neste começo de discurso, para reafirmá-lo. Se aqui estivera como Filósofo, colocá-lo-ia para demonstrá-lo. Mas, não é a que mais convem ao orador, esta atitude. Porque o filósofo demonstra, o orador persuade, induz, e mesmo conduz, quando então assume a plenitude de seu papel e a aureola de seu prestígio.

Por isso respondo. A creatura é para louvar a DEUS, ainda quando, esteja afastado, ao máximo, desta verdade, o nosso próprio elan vital.

Homens, como São Francisco de Assis, compreendem esta verdade e nos indicam o aspecto em que tôdas as cousas são louváveis no seu Hino ao Sol.

A Liturgia compreende-a igualmente, e nos diz em sentido inverso: "bendisei ao Senhor vos tôdas as criaturas do Senhor" e enumera todos os elementos da criação no cântico "Benedicite".

Aqui, também cresce o significado desta solenidade nesta Abadia de beneditinos.

É para a realização deste princípio que devemos orientar a nossa Escola, é para aí que devemos orientar o amor que Ihe temos.

Felizmente para nós, a Faculdade de Direito está mais perto de Deus e sua Igreja, do que pensam ou fingem pensar, elementos medrosos e por isso mesmo reacionários.

Não afirmo que a Faculdade tenha vivido à sombra da Igreja, e não esteja minada no presente, pelo exército das trevas.

Mas se olharmos o passado, veremos que a Faculdade jamais esteve estagnada, jamais repousada, jamais acovardada.

A Faculdade não tem medo; por isso é progressista. Porque o reacionarismo nasce do medo: medo das novas formas, seus perigos e seus trabalhos; medo de fazer Justiça ao inimigo, a pretexto de não se ter vocação suicida e que na realidade é querer vencer em nome da ordem, uma batalha que se trava com as armas da Injustiça; medo da Verdade, por incerteza da opinião que se tem; medo, finalmente do prestígio alheio que leva a opor demagogia a demagogia, violência a violência, num jogo de Dialética involuntário e inconsciente.

Seria longo recordar este passado, além de que os ouvintes já não reagem às considerações de um orador tão pobre, tão despido de arte persuassão.

Mas se olharmos de relance a sua origem nos canones da tradição Coimbrã, que nos deu entre outras coisas a boemia das repúblicas, trotes, gasetas e aprovações fáceis, já nisto a Faculdade ainda que falhe no cumprimento de suas finalidades, rompia com a esterilidade placida do equilíbrio bem pensante.

Ofereciam os estudantes um contrapeso às falhas dos critérios escolares, que reprovam um Castro Alves, e dão simplesmente a um Rui ou um Tobias, e ao ranço de diretores como Lopes de Gama, que incriminava aos docentes moços de viverem com os estudantes "na mais escolástica familiaridade".

E inauguravam desde logo, o bate-papo dos corredores que é o autor principal da agilidade dialética, da clareza intuitiva, da vivacidade intelectual, e da vasta capacidade receptativa da Escola em relação às ideologias, que são o nosso maior tesouro, orgulho, e justificativa para as gasetas.

Não é aí, porém, que se acham as Riquesas de nossa Faculdade.

Fundada em 1828, quando, no dizer de Bêvilacqua, estavam "ainda quentes as cinsas de 17, 21, 24", tornou-se, desde logo, um reduto do sentimento nacionalista em Pernambuco.

Os primeiros jornais acadêmicos são inteiramente políticos; os estudantes participam da Braeira; são voluntários na guerra do Paraguay; têm em Nabuco e Castro Alves os líderes da Abolição, são republicanos e assim até hoje na campanha de 45.

Por outro lado, referem-se os biógrafos da Faculdade, á uma outra fase: a literária, dos desafios entre Tobias e o poeta baiano.

Tobias lembra a chamada "escola de Recife", a face cultural da Academia.

Os historiadores falam, mesmo de uma fase beata, carola, de nossa Escola, nos primórdios de sua vida em Recife.

Dir-se-ia que a Faculdade mudou 4 vezes de edificio, para mostrar a sua generalidade cultural, o seu destino de centro-mestre de Universidade.

Eu acuso, portanto, que se algum mal existe a ameaçar a nossa escola atualmente, seria uma certa disponibilidade Gideana, um certo indiferentismo ético, uma certa covardia precoce, dissolvente, que parece querer se apossar da maioria na Escola.

Mas certamente a Providencia não nos prepara um futuro de tédio.

Sou católico e preferiria que a Faculdade fosse fascista, comunista, o diabo que fosse, menos essa tibiesa.

Foi o próprio Cristo quem nos disse que não fossemos mornos, fossemos frios ou quentes.

Se a Faculdade vivesse uma orientação errônea combater-se-ia. Mas não se temeria pelo seu destino, porque seria grande no erro.

E essa grandeza já não seria do êrro, porque nós católicos sabemos e precisamos saber, que tudo que há de grande, de bom, de belo, de verdade, é invisivelmente católico.

E é justamente esse, para empregar as expressões de Jacques Maritain, o papel do católico: livrar do seu próprio personagem os papeis da iniquidade e arrancar os papeis da justiça às mascaras da iniquidade.

E ainda mais, cumpre-nos tomar a dianteira. Porque hoje, e eu mesmo o fiz, assim, ainda há pouco, raciocina-se, sempre, como se a reação estivesse ligada à causa da justiça e o progresso à causa da iniquidade.

Assim tem sido nos séculos de modernismo. E' preciso que se faça exatamente o contrário. E a ninguém melhor que a mocidade católica, cabe êste programa: descobrir, renovar, criar, transpassar.

E aqui cresço novamente, o sognificado desta solenidade nesta Abadia de beneditinos.

Porque uma Abadia, instala-se num local, associa-se à uma tradição e aí realiza o humanismo antropocentrico, colocando o "opus Dei" acima de tudo. E êsse Mosteiro onde primeiro se instalou a nossa Escola, será um canal natural por onde nascerão as graças necessárias à vida dessa instituição porque ainda quando seus fins sejam essencialmente profanos, convêm não esquecer, que tudo é feito pela graça de Deus, e pelo sacerdotício de Cristo ainda que todos os homens o ignorem. Portanto os estudantes

católicos não poderão limitar-se ao catolicismo temporal, mas terão que praticar a vida Sacramental, que justifica e gera e transcende o catolicismo político, social e econômico. Assim terão um papel de relevância no apostolado da Faculdade de Direito. Ai está êste apostolado:

Os estudantes que em 45 fizeram a campanha de redemocratização, não perderam a vigilância eterna que é o preço da liberdade no dizer de Eduardo Gomes.

Os estudantes tomam contacto com o povo. Vão ao rádio. Fazem teatro para o povo. Fundam escolas para o povo. E mais farão se a isso não se opuzer a enorme inercia do passadsimo entorpecente.

Os estudantes inauguram, após os anos de inercia nesse sentido a prática dos desportos. Ouvem música. Organizam suas diversões.

Compreendemos como exigência do após guerra essa função ativa da Universidade.

A nós nos cabe o terreno do Direito. E se considerarmos que a justiça é a maior entre as virtudes naturais, e que foi a mais rechaçada um imenso entusiasmo nos arrebatou porque tanto maior será o seu triunfo.

Há sobretudo o campo novo do Direito Público: a justiça social. Oferece-se a nós a cruzada pela elevação do proletariado que se situa tão bem, na senda aberta pela campanha abolicionista.

São êstes os testes da nossa geração. Vencendo-as leremos o nome à altura dos que nos precederam. Permanecerá íntegra, lisa, contínua a linha de nossas tradições. Tradições que nos empurram para os caminhos heróicos. Que nos dão a medida do que o futuro exige de nós. Que insinuam a petição de contas das gerações futuras. Gerações que sentirão também a avalanche destas tradições, arrancando-as para as alturas, verdadeiro ciclone histórico para honra da Universidade, de Pernambuco, do Brasil, para maior glória de Deus.



# NOVE POEMAS

GERALDO VALENÇA

## CANTO INICIAL

*Poesia,  
Minha tristeza,  
Minha ironia!  
Meu sangue e meu veneno!  
Jejum de minha mesa:  
Minha pobreza,  
Meu pão de cada dia!  
Minha corôa e meu cilício!  
Ó chagas dos meus joelhos,  
Vermelhos,  
No sacrifício  
Da liturgia!  
Minha hóstia e minha taça!  
Salve, cheia de graça!  
Ó santa e maltrapilha  
Poesia...*

## NOSTALGIA DE ROBINSON CRUSOE

*Ouço um vozear! Que o meu clamor suspenda!  
Mas reconheço: é a fonte que estribilha  
Saltando aqui e ali, de fenda em fenda,  
Machucando-se ao áspero da trilha!*

*Mais solitário que o herôde da lenda,  
É meu o mar que brame e o céu que brilha!  
Dentro desta ilha cabe a minha tenda,  
Sozinho é que não caibo dentro da ilha!*

*Naufraguei dentro de mim mesmo, ó nauíás,  
E, embora escute sons de agrestes frutas.  
Dõe-me, na solidão, a nostalgia...*

*E ando inquieto por estas praias, a êsmo,  
Porque insulei-me dentro de mim mesmo  
E a fuga tentarei a qualquer dia...*

### BABEL

*Mais de vinte anos de trabalho obscuro,  
Na solidão do meu recolhimento,  
A erguer, do barro pobre, o monumento  
Que simbolise o ideal que, em vão, procuro!*

*Artífice do tédio prematuro,  
Cérebro, coração e pensamento,  
Neste labor ingrato e sem provento.  
Tudo a sangrar, arquetando o muro!*

*No entanto, algumas vezes, eu esbarro!  
Paro e contemplo esta obra, em meio à lida.  
Em curiosa indagação profunda:*

*É o grande horror de vê-la, então, concluída  
Na magestade inglória do seu barro  
Quando, afinal, desabe ou se confunde...*

### NESTA TARDE DE CHUVA

*Tarde de chuva, de brumal tristeza!  
Uma neblina miuda, inquieta e fria  
Cae, como um riso fino de ironia  
À dôr que na minh'alma sinto presa!*

*Tarde de chuva, de hibernal tibieza!  
Vaga um cristão silêncio de abadia  
Além, no altar azul da serrania  
Por onde o vento ressa estranha ressa!*

*Mas o arco-íris, no céu, já se desata  
Aos últimos clarões do sol-poente!  
Anoiteceu... e a noite é morna e grata!*

...Só na minha alma inda persiste, à tóa,  
Um frio de saudade emoliente  
Como um ressóbio eterno de garóá...

## COSMOPOLITA

Noite êrma e solitária e solitária e nua !  
O vento, desgrenhando os meus cabelos, passa !  
E a lua é curva, a lua é triste, a lua é baça  
— Eu olho em tórno e me olho e a ronda continua !

Noite êrma e solitária e solitária a rua !  
E dentro do silêncio que esta noite enlaça  
Escuto, aos pés, o asfalto escuro desta praça  
Iluminada só à fria luz da lua !

Meu pobre verso ! Flor de angústia, sonho e medo !  
Como eu te sinto aqui, perdido neste asfalto,  
Anônimo, rimando ao êco do lagedo !

Ah ! Certo és tu que estás aqui glorificando  
Num canto surdo e baixo, ou num clamor mais alto,  
Os passos de quem vai gemendo ou vem sonhando...

## A ÚLTIMA

Eu preciso de ti na primavera.  
Como quem convalesce, por um braço  
Iremos nós, andando passo a passo  
Pisando o chão reverdecido de hera !

Eu preciso de ti e à tua espera  
Alongo o meu olhar, curioso e baço  
A ver se vens, na curva além do espaço,  
Ó derradeira flor da primavera !

Chegas ! Não me conheces ! Vais embora !  
e eu te acompanho o vulto, estrada em fôra,  
Até que vais sumindo em tua esfera !

Hoje eu me lembro, pobre e arrependido,  
Levaste, engrinaldando o teu vestido,  
A derradeira flor da primavera...

## O HÓSPEDE

Trovador ! Há de te insultar alguém  
As estrofes que ensinas penitente !  
Ao sol de terra estranha, a estranha gente  
Há de voltar-te o rosto com desdém !

É vão teu sacrifício, não convêm  
Essa atitude que te leva à frente !  
Canta sozinho, pois, modestamente,  
A estrofe triste que não quiz ninguém !

Porém se um dia alguma sombra-inquieta,  
Chorando, vier bater-te à porta, poëta,  
Pedindo uma canção para os seus ais

Por certo é a sombra de outro seresteiro,  
Pois nesta vida e neste mundo inteiro  
Somente os seresteiros são iguais...

## INTANGIVEL

"E se a sangrar o peito, aberto em chaga,  
À lama, ao charco, ao pó, à treva exposto,  
Eu caminhasse só, triste e deposto  
De tudo quanto amei, de fraga em fraga;

E se, afinal, a mão que hoje me afaga,  
No derradeiro instante do sol-posto,  
Me flagelasse, impunemente o rosto  
Como se não bastasse a enorme praga" ?

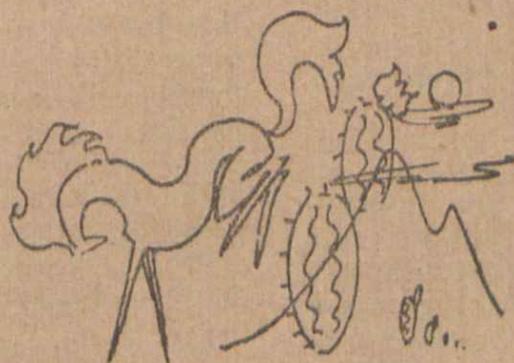
Calou-se ! A tarde esmaecia quieta !  
(Parece que sorria o velho monge,  
Parece que chorava só o poeta !)

Então, como sentindo em si um apodo,  
O velho monge, a mão mostrava ao longe,  
Um lírio branco a rebentar do lodo...

## LITANIA DO LUAR DE JUNHO

Ó branco luar de Junho, emerso das neblinas!  
Branco luar, lactescente e solitário  
Que pingas no silêncio branco das colinas  
Liquefações de luz e pulverisações de opala!

Ó branco luar de Junho, envolto em névoa fria!  
Como eu te sinto, a olhar, inquieto e vago,  
Quando tu vais andando a tua nostalgia  
À esquecida resignação de um lago!  
Ó branco luar de cera das ermidas  
Que feres e envenenas e maltratas,  
Magôas e maltratas e envenenas,  
Que andas mumificando as queixas não dormidas,  
Magoando o choro das novenas  
Mas fascinando a dôr das minhas serenatas...



## NOTAS À MARGEM DE UM LIVRO ARGENTINO

DILERMANDO LUNA

Tudo na provincia, tem o ranço da segunda mão. Salvo naquelas regiões onde um tradicionalismo organico, passa de gerações á gerações, dando um carater proprio ao povo que a habita—e pergunto-me se no Ocidente, ainda existem, tais regiões, desde que, sabemos não permanecerem a civilização e a cultura em cadeias fechadas e sim abertas, cambiando-se reversivelmente — tudo o mais é importado das metropoles: cultura, modas, costumes e quiçá os proprios sentimentos humanos. Dai porque, seria ridiculo, um pobre escritor provinciano pretender pontificar ou apresentar trabalhos originaes no campo da arte, e das artes plasticas especialmente. O que dele se pode exigir, é uma divulgação, onde não escasseiem totalmente, uns leves toques de interpretação pessoal

Um dos problemas discutidos em arte, é o dos meios de expressão determinando uma escala de superioridade; um outro, o das situações, compreendendo-se por situações, o que, numa linguagem profana denominamos assuntos. Acompanhando o filosofo alemão Aloys Müller fazemos distincção entre o estetico na obra de arte, e o que, dentro de si não o é. Para o citado pensador, nas grandes obras, dos maiores criadores — fazemos exceção a música pelo seu sentido intemporal, não se devendo tomar esta intemporalidade como alheamento do artista as vivências ambientais e afetivas, mas pela superação e transmutação com que a arte se projeta da vida no tempo e no espaço como em J. S. Bach que para Vercers era produto da raça.

(Bach... Il ne pouvait être qu'allemand Notre terre a ce caractère; ce caractère inhamain. Je veux dire; pas à la mesure de l'homme" — LE SILENCE DE LA MER) — têm mesmo um maior conteúdo de elementos extra-esteticos. Ele encontrou em Tolstoi e Jacob Wassermann uma carga assoberbante de social, em Schiller, Rilke e Stefan George, uma preocupação constante por uma concepção do universo.

Agora leio um livro de Jorge Romero Brest, "LA PINTURA BRASILENA CONTEMPORANEA", onde o autor abandona o lado esteticamente puro — somos uns eternos platonicos! — da arte brasileira, afim de procurar intuir por seu intermedio sobre a formação etnica e o jogo de forças raciais que a originaram, porque só com este ponto de vista julga Brest tornar acessivel ao homem do sul a imagem de um caldeamento etnologico tão oposto ao seu... Só por este prisma poderão os argentinos penetrarem na pintura de Portinari ou de Di Cavalcanti.

Um judeu, morto em 1937, que escrevia em "idisch", Abraham Kernalnik deixou uns ensaios curtos — a literatura "idisch" parece detestar a prolixidade — de uma sugestão evocativa inegualavel, dedicando certa vez, um estudo a Blasco Ibanez, não porque reconhecesse na sua obra qualquer transcendência intelectual superior aos mais finos analistas e misticos castelhanos, mas por notar, no temperamento irrequieto de Ibanez a perpetua convulsão espiritual do povo espanhol, fruto da suplantação do oriente pelo ocidente.

A atitude de Brest, parece-nos no entanto ousada, porquanto em nossa opinião a posição de alguns pintores brasileiros atuais em face do homem e da paisagem nacionais, tem mais um caráter volitivo que sensível. A descoberta partiu de uma atmosfera de ideias, não de uma confluência de estratos hereditários que dormitavam no subconsciente de cada um deles... Só podemos falar em música brasileira, amalgama de três contribuições raciais heterogêneas — impondo-se o branco — como demonstrou numa conferência viva pronunciada nesta Capital, o compositor Oscar Lorenzo Fernandez, difícil se nos afigura aplicar nas mesmas condições um rótulo às artes plásticas do Brasil.

Citando Gilberto Freyre, Brest apega-se aprioristicamente ao conceito da influência decisiva do negro na formação da mentalidade brasileira, influência inevitável, mesmo do ponto de vista psíquico. Em nosso pensamento contudo, a reabilitação do negro é mais uma disposição literária que uma imposição existencial. Portinari é ilustrativo: filho de pais italianos, nascido em Brodowski, S. Paulo, tendo mostrado em RETRATO DE MINHA MÃE uma forte vocação acadêmica — as nossas vocações mais puras revelam-se ao procurarmos fixar as nossas, mais caras imagens sentimentais — passa depois de 1930 a pintar cenas e homens de tez bronzeada e lábios grossos da zona rural, porque o Modernismo, Mario de Andrade e 1922, haviam fomentado o background. Por outro lado a temática e o estilo dos seus quadros dentro dessa tendência, revelam antes um estado de espírito americano que particularmente brasileiro. Confrontando-se por exemplo, o seu TRABALHADOR RURAL, 1934, com a YOUNG CORN de Grant Wood chegamos inegavelmente a esta conclusão.

Brest assinala a melancolia que se exala das criações portinarianas; admitimos todavia que esta melancolia é mais uma faceta temperamental do que a resultante das três melancolias apontadas por Ronald de Carvalho como formadoras da grande melancolia do homem brasileiro.

Portinari traiu-se duplamente: traiu-se em não deixar aflorar as suas imagens íntimas — embora as vezes o faça como em ESPANTALHO, 1939, MENINO MORTO, 1944 ou GENTE — e traiu-se

quando expressou num estilo, que não é o nosso, uma realidade marcadamente nossa. A interpretação desta última consequência em sua arte pensamos achar na consciência nacionalista falsa que o período "Getúlio Vargas" procurou imprimir e nas suas convicções ideológicas, na superestrutura marxista.

Discordamos de Brest quando dá a entender duas tendências na pintura brasileira contemporânea: a nativista e a europeizada, a dos que procuram dar expressões ao autoctone e a dos que se filiam as correntes europeias. Tarsila do Amaral entretanto, em ANTROPOFAGIA 1928, não lembrou o Fernand Leger de 1914? O seu 2.ª CLASSE de 1933 não nos diz nada acerca de brasileirismo, porquanto nele, acentua-se antes, uma miséria universal, já anteriormente estigmatizada pelo talento caricatural de Daumier, pelo seu espírito socializante lembrado por Sergio Milliet em PINTURA QUASI SEMPRE.

Cardoso Junior em HORAS DE OCIO repetiu uma emoção poética transmitida com antecedentes em HORA ARDENTE de Theo van Rysselbergh ou JOVENS À BEIRA MAR de Puvis de Chavannes.

Romero Brest escrevendo para os argentinos, achou também que se não podia explicar a pintura brasileira atual, sem primeiro traçar ao menos, um ligeiro resumo da nossa história pictural desde o Império, não porque aquela fosse oriunda desta, mas antes, para mostrar o salto dado, a ausência completa de tradição, o rompimento definitivo com a modalidade acadêmica, porque se a nossa literatura nasceu com o romantismo, a nossa pintura durante muitos decênios não passou de cópia fiel, mais ou menos talentosa, do espírito acadêmico francês. Mesmo dentro de situações românticas, os nossos pintores não foram românticos. — compare-se neste sentido o HAMLET de Delacroix com o HAMLET de Pedro Americo — fenómeno que Brest procura justificar comquanto só depois do apogeu do romantismo (1830) apareceram Pedro Americo e Vitor Meireles. A nossa visão de fenómeno é bem outra e de natureza sociológica. Pedro Americo foi um acadêmico porque sua aspiração recondita era tornar-se um grande do Império, através da pintura. Sua obra se exami-

narmos a constancia dos seus temas, não era expontanea, não nasceu de necessidades interiores e sim das exigencias do meio social da época. Ao mesmo tempo vivemos no Imperio sob um clima de estabilidade politico-social e esta estabilidade sempre tende a proporcionar um academismo enfático. Talvez mesmo que a etiologia do fenomeno, desde que, até a primeira exposição de Segall em 1913 marchavamos muito lentamente, se descubra na quasi inexistencia de impressionismo ou simbolismo no espirito nacional. Apenas tivemos dois grandes poetas simbolistas para numerosos parnasianos ainda persistentes. Não temos o gosto da imaginação difluente de que fala Ribet. A nossa imaginação é sobretudo plastica — imaginação dos românticos e parnasianos, conyindo notar que em alguns românticos a imaginação é mais difluente, como no espanhol Bécquer ou no judeu Heine para quem os mitos mesmos eram sugeridos pela imaginação evanescente e não evocados pelo pensamento bastando neste proposito lembrarmos o poema "OS DEUSES GREGOS" do ciclo do "O MAR DO NORTE". Seria conseqüente perguntarmos se a difluencia é uma característica do genio nordico motivada mesma por um determinismo geográfico? — Num poeta simbolista da altura de Cruz e Souza o concreto tem sua predominancia, a imagem superpoe-se ao simbolo. Somos um povo sensual, tendentes ao palpavel, pouco propensos ás abstrações, tanto assim que apesar dos louvores que Brest dispõe pelos "primitivistas" — o primitivista é um abstracionista, o primitivista é um essencialista, — Tarsila do Amaral e Alberto Guignard — não ser-timos uma atração efetiva pelas suas telas, a atração que nos faz reencontrarmos-nos em Santa Rosa, porque se há um pintor nativo pelos seus motivos e pela forma este é o nosso conterraneo.

Não usamos dos processos de transição, pulamos de um polo a outro; em arte como em politica somos extremistas. Adormecemos no Império e na manhã seguinte aceitavamos tacitamente a Republica com todo o seu jacobinismo. Catolicos extremados então, tornamos os mais fanaticos positivistas. A contribuição semita no sangue do nosso homem é bem mais avultada do que se pensa geralmente. Temos uma enorme semelhança com a Espanha e a Russia. Cabe inegavelmente ao judeu-russo Lassar Segall a preparação para a nova pintura brasileira, e se tanto, fala-se da persistência francesa na nossa cultura e civilização, Brest prova que a nossa pintura de hoje, com o predominio das linhas sobre os tons é mais expressivista alemã que impressionista francesa. O predominio no caso tem suas fontes em Segall; o autor argentino todavia o vê como uma compensação: enquanto nos países de pouca luz como a França e a Inglaterra os seus paisagistas tinham a fascinação da côr e da luz, entre nós outros, país eternamente claro e de uma variadissima policromia, refugiamos-nos nas linhas. Mas tal compensação não existe, pois a maioria dos pintores são naturais do sul; a razão deve ser procurada em influencias. Em Roberto Burle Marx, nos dois Campofiorito, cuja Hilda recorda-me Yaethe Kollwitz, em Djani-ra Gomes Pereira, em Milton Dacosta ou Percy Deane, enfim nos pintores mais universais, há uma predominancia das linhas. Nos pintores mais presos á terra coexistem linhas e tonalidades, expressividade e efeitos de luz; em SERENATA o ENTERRO de Santa Rosa — o maior iluminista brasileiro no sentido em que Fromentim classificou Rembrandt — em PÃO NOSSO de Emiliano Di Cavalcanti ou em Orlando Teruz podemos nos elucidar a este respeito.



# DEMOCRACIA SOCIALISTA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

P I N T O F E R R E I R A

Do professor Pinto Ferreira, lente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife, é o trabalho que abaixo publicamos. Aparecido primeiramente na "Revista Mexicana de Sociologia" estava até aqui inédito em nosso país.

Com satisfação ESTUDANTES estampa agora êsse valioso estado, que mais solidifica e expande o já merecido renome do jovem mestre conterrâneo.

1. A democracia socialista — A democracia moderna, liberal-burguesa e capitalista, se encontra em crise, sob a pressão irresistível do fato econômico e cultural. O seu florescimento deveu-se historicamente ao desabrochar do espírito do capitalismo, do qual em grande parte se derivou, atingindo, ao mesmo tempo, o seu apogeu no período correlativo do alto capitalismo.

Sombart, o eminente mestre e economista, mostrou decisivamente como o capitalismo se desenvolveu em três fases históricas, a saber, a aurora do capitalismo, a idade do apogeu do capitalismo ou "Hochkapitalismus", que se prolonga de 1770 a 1914, e afinal o período de decadência ou "Spaetkapitalismus", que o homem contemporâneo está vivendo. (1)

O "alto capitalismo" atuou poderosamente na formação da democracia bur-

guesa, que é a superestrutura político-ideológica de uma infraestrutura econômica e produtiva. A medida, porém, da sua crise, começou igualmente a época do "bouleversement" da velha democracia liberal, cuja decadência é incontestada e se vê a olho desarmado.

Sociólogos, juristas e filósofos observam e estudam com cuidados essa decadência de uma velha forma política, conglobando os seus diferentes processos de desmoronamento social pela designação típica de crise da democracia.

Assim é que Laski e Mannheim falam de uma "democracia planificada", Wallace e Roosevelt de uma "democracia econômica", Lênine se refere a uma "democracia igualitária", Schumpeter vislumbra a possibilidade alviziçeira de uma "democracia socialista". Maritain é corifeu de uma nova "democracia cristã" (2). No Brasil, determinados estudiosos do problema, como Mário Lins, Amaro Quintas, Djacir Menezes e Ponies de

1 — Werner Sombart, *Der Moderne Kapitalismus*, 6. Aufl., 1924-29, 2 Bde. Teil III: *Da Wirtschaftsleben im Zeitalter des Hochkapitalismus*, I, p. XII e capítulo final, bem como o seu *Der Proletarische Sozialismus*, Jena, 1924, 2 Bde., I, p. 10.

2 — Joseph A. Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo y Democracia*, Buenos-Aires, 1946, pp. 342 s. — J. Maritain, *Cristianismo e Democracia*, 1945, passim. — H. A. Wallace, *O Preço da Liberdade*, São Paulo 1942, p. 83.

Miranda, acentuam igualmente essa crise da democracia liberal, alvitrando diversos dêles as possibilidades de uma planificação democrática. (3)

A causa fundamental dessa crise da democracia liberal radicou-se no desenvolvimento do próprio capitalismo, criando uma oposição fundamental entre uma minoria possuidora de uma grande massa trabalhadora de proletários ou pequeno-burgueses semiproletarizados.

Abaixo do proletariado, ainda se estendia uma massa de "descamisados", o "Lumpemproletariat" de Marx, naquele antagonismo entre o mundo dos ricos e o mundo dos mendigos, debuxado na fiel pintura do Mommsen sôbre a sociedade romana sob a oligarquia capitalista, quando a riqueza e miséria estavam estreitamente ligadas uma com a outra.

A democracia liberal não conseguiu resolver o drama econômico da sociedade, permitindo que, no livre jôgo da competição social, o proletariado e as massas trabalhadoras dissolvessem a sua personalidade num clima de miséria e de servidão econômica.

Dai o processo lógico e histórico que levou, de um lado, à ditadura monopartidária de uma classe, e de outro, à uma superação da velha democracia liberal mediante uma democracia socialista. (4)

**2. O reinado da democracia socialista** — Essa marcha para a democracia socialista é um processo histórico inevitável, concretizando aquela tendência a que se refere Arturo Sampay, de uma democratização fundamental da sociedade: a democracia se estenderia do plano político e jurídico ao plano econômico, realizando-se destarte integralmente em toda a comunidade humana.

Schumpeter observa agudamente que a decomposição do capitalismo se deve não só às forças externas ao espírito burguês, como também êle tende a extinguir-se pela ação de causas internas: a chamada corporação moderna, conquanto seja um produto do processo capitalista, socializa o espírito burguês e reduz implacavelmente o campo da motivação capitalista. Ainda mais: com o tempo matará as suas raízes.

Seria assim inerente no sistema capitalista uma tendência para a sua própria destruição, daí aduzindo que êsses fatores não só contribuiriam para a destruição da civilização capitalista, como tam-

bém para o nascimento de uma civilização socialista: a revolução bolshevista cristalizou, nos seus aspectos canônicos e jurídicos, essa criação de uma nova idade política.

A URSS é atualmente o centro mundial da revolução socialista. Após uma fase transitória da ditadura do proletariado e do comunismo de guerra (Kriegskommunismus), o seu novo regime constitucional, instalado em 1936, encaminhou-se decididamente para uma democracia socialista. (5)

Nesse sentido é que Lenine, o pai espiritual da revolução russa, inculcando a falsa democracia burguesa, lhe pretendia uma modificação do seu conteúdo durante o período da ditadura proletária: "Democracy for the vast majority of the people, and suppression by force, i.e., exclusion from democracy of the exploiters and oppressors of the people, this is the modification of democracy during the transition from capitalism to communism".

E mais adiante prossegue na sua análise cintilante: "Only in the Communist society, when the resistance of the capitalists has been completely broken, when the capitalists have disappeared, when they are no classes (i.e. there is no difference between the members of society in their relation to the social means of production), only then the state ceases to exist and it becomes possi-

3 — Amaro Quintas, Reflexões sôbre o Destino do Mundo, Recife, 1945 e Djacir Menezes, Curso de Economia Política, Rio, 1947.

4 — Silvo Frondizi, El Estado Moderno, Buenos-Aires, 1945, pp. 111 s. — Arturo Sampay La Crisis del Estado de Derecho Liberal-Burgues, Buenos-Aires, 1942, pp. 219 s. — V. o importante trabalho de Ralph H. Blodgett, Comparative Economic Systems, New York, 1944, pp. 543-66. — Earl R. Sikes, Contemporary Economic Systems, New-York 1940, pp. 33-241.

5 — Vide Victor Leontovitsche, Le Consequenze delle Collettivistiche della nuova Costituzione dell' U.R.R.S., in Rivista di Diritto Pubblico, fasc. XII, 1937. — Giancarlo Ballarati, La nuova costituzione dell' U.R.R.S., in Rivista di Diritto Pubblico, fasc. VI, 1937. — Gaspare Ambrosini, La nuova costituzione Sovietica, Palermo, 1937. — Giovanni D'Alo, La nuova costituzione dell'Unione Sovietica, na revista "Lo Stato", II, 1936. — Tommaso Napolitano, Diritto Sovietico, in Nuevo Digesto Italiano, vol. IV, 1938.

ble to speak of freedom. Only then a really full democracy, a democracy without any exception, will be possible and will be realized". (6)

Com a segunda guerra capitalista-imperialista mundial, desmoronou-se a ditadura fascista ou nazista da burguesia, implantando-se, a partir de 1945, na Europa oriental, ou nos países que gravitam em torno da zona de influência moscovita, o regime socialista, em maior ou menor escala.

A socialização da Europa também se fez sentir na própria Inglaterra, que Marx (7) via como a "metrópole do capitalismo", após a vitória do "Partido Trabalhista" liderado por Attlee, como ademais na França, com a sua nova constituição de tendências esquerdistas.

Pareceria, destarte, á primeira vista, que o baluarte do capitalismo se concentraria na Norte-América, e nas nações latino-americanas, que se encabrestam sob a sua direção.

Porém, mesmo nos E.U.A. o espirito do capitalismo vai perdendo gradativamente a sua força de expansão e a sua própria vitalidade. E' o que adverte Werner Sombart, no seu trabalho "Warum gibt es in den Vereinigten Staaten keinen Sozialismus": "Tôdas as causas que até hoje impediram o desenvolvimento do socialismo nos Estados-Unidos estão em vias de desaparecer, ou de ser transformadas em seu oposto, de modo que, segundo tôdas as previsões, a próxima geração (menschenalter) verá o seu pleno florescimento". (8)

O moderno capitalismo científico, que não é senão, segundo Sombart, o "Spaetkapitalismus", ou capitalismo decadente, pois o verdadeiro capitalismo teve a sua idade de apogeu no século passado, prepararia assim naturalmente a vinda do socialismo.

A própria politica do "New Deal" de Roosevelt, com a sua planificação econômica nacional, os novos direitos econômicos do homem e do cidadão, o imposto progressivo sobre a renda jogado de uma maneira intensiva contra a burguesia, o desenvolvimento da legislação trabalhista, afora outras medidas de intervenção politica no plano das forças produtivas, é sem duvida um poderoso indicio dessa transição social. (9)

Para usar aquelas insubstituiveis expressões de Sombart, ter-se-ia também á a transformação gradativa do "Spaetkapitalismus" em "Fruehsozialismus", ou seja, a aurora do socialismo. Há, assim, uma evidente infiltração de vivas tendências socialistas na moderna economia norte-americana.

E' o que dilucida claramente Henry Fairchild, ao ponderar: "Like democracy, liberty and freedom, to wich it is closely related, socialism is a matter of relativity. It can exist in widely varying degrees of comprehensiveness. To take the United States as an example, there already exist within its economic system innumerable and widely diverse socialistic enterprises, such as publicly-owned waterworks, electric light and power systems, public schools, roads, post office, transportations facilities, Army and Navy, flood control establishments and so on throu an almost interminable list". (10)

A essa infiltração socialista na economia capitalista, chama Fairchild de "partial Socialism", ou socialismo parcial, e com êle concorda evidentemente o sociologo russo Sorokin. Nesse sentido adverte o ilustre professor de Sociologia de Harvard: "O sistema clássico do capitalismo, baseado sobre a não menos clássica teoria da propriedade particular, tem decaído nos Estados-Unidos, durante os últimos 50 anos e, especialmente, durante os ultimos 15 anos, tendo sido substituído, em grande parte, pelo sistema de "corporação econômica" ou "economia dirigida", ambas as quais são fundamentalmente diferentes do clássico

6 — V I Lenine, The Stato and Revolutian, in Hanbook of Marxism (E. Burns, Compiler), New-York, 1935, p. 745 e pp. 745-6.

7 — Karl Marx, Letters to Dr. Kugelmann New-York, 1934, pp. 106-107.

8 — Werner Sombart, Warum gibt es in den Vereinigten Staaten Keinen Sozialismus, Tue bingen, 1906, p. 142.

9 — Osmond Fraenkel, Our Civil Liberties, New-York, 1944, V: "The National Resources Plannig Board has developed some of the concepts inherent in economic democracy to be included in a "new bill of rights" and, in his 1944 message to the Congress, President Rcoosevelt urged the adoption of a second, an economic Bill.

10 — L. H. Fairchild, Dictionary of Sociology, New-York, 1944, pp. 296-7.

sistema do capitalismo e propriedade privada". (11)

Essa mudança é significativa, simbolizando que a sociedade capitalista chegou ao seu ponto de saturação, sujeitando-se a um processo inevitável de decadência, ou seja, de perda da sua preponderância no campo das relações humanas. É o próprio "princípio do limite", indagado por Sorokin, Goldenweiser, Mário Lins, Thurnwald, mostrando como, ao lado de forças externas, há um desenvolvimento imanente ao próprio grupo social, levando-o a uma etapa final de cristalização. (12)

É o que, entre nós, salientou o economista nacional Arnóbio Graça, na sua crítica ao sistema capitalista: "Chegou ao máximo de seu desenvolvimento; gerou o horizontalismo da civilização, a aristocracia das riquezas e a produção governada pelos mercados. Dominado pelo espírito da inquietude, pelo impulso do ilimitado e provocando catástrofes sociais, o capitalismo não se furtará às leis da evolução. Si o feudalismo, o corporativismo medieval e o mercantilismo tiveram a sua época, o sistema capitalista não se manterá por muito tempo". (13)

Assim, pois, a civilização humana, no meio a essa crise densa da economia burguesa, e da sua superestrutura político-jurídica, que é o Estado demoliberal, caminhará fatalmente para a democracia socialista, que constitui a superestrutura ideológica da nova economia coletivista.

3. A revolução socialista — Essa revolução socialista foi prevista há quasi um século, pela clarividência genial de Marx, numa antevisão profunda das forças que dormitavam na consciência humana.

Marx dedicou uma conceituação magistral á análise do problema, ao indagar, no "Das Kapital" (24. Kapitel, Abschnitt 7), a tendência histórica para a acumulação do capital (geschichtliche Tendenz der kapitalistischen Akkumulation), de cuja crise promanaria a comunidade socialista.

Eis o original da sua previsão: "Die Verwandung der individuellen und zersplitterten Produktionsmittel im geschichtlich konzentrierte, daher des zweigleicher Eigentums vieler in das massenhafte Eigentums weniger, daher die Expropriation der grossen Volksmasses von Grund und

Boden und Lebensmitteln und Arbeitsinstrumenten, diese Furchtbare und schwierige Expropriation der Volksmasse bildet die Vorgeschichte des Kapitals... Diese Expropriation vollzieht sich durch das Spiel der immanenten Gesetze der kapitalistischen Produktion selbst, durch die Zentralisation der Kapitale. Je ein Kapitalist schlaegt ciele tot. Hand in mit dieser Zentralisation oder Expropriation vieler Kapitalisten durch wenige entwickelte sich die kooperative Form der Arbeitsprozesses auf stets wachsenden Stufenleiter, die bewusste technische Anwendung der Wissenschaft, die planmaossige Ausbeutung der Erde, die Verwandlung der Arbeitsmittel in nur gemelnsame verwendbare arbeitmittel, die Oekonomisierung aller Produktionsmittel durch ihren Gebrauch als Produktionsmittel kombinierter, gesellschaftlicher Arbeit, die Verschlingung aller Völker in das Netz des Weltmarktes und damit der internationale Charakter des kapitalistischen Regimes. Mit der bestaendig abnehmenden Zahl der Kapitalmagnaten, welche alle Vorteile dieses Umwandlungsprozesses usurpieren und monopolisieren, waechst die Masse des Elends, des Druckes, der Konchtschaft, der Entartung, der Ausbeutung, aber auch die Empoerung der stets anschwellenden und durch den Mechanismus des kapitalischen Produktionsprozesses selbst geschulten, vereinten und organisierten Arbeitsklassen. Das Kapitalmonopol wird zur Fessel der Produktion weise, die nit unter ihm aufgeblucht ist. Die Zentralisation der Produktionsmittel und die vergesellschaftung der Arbeit erreichen einem Punkt, wo sie unertraeglich werden mit ihrer kapitalistischen Huelle. Sie wird gesprengt. Die Stundo des kapitalistischen Eigentums schlaegt. Die Expropriateurs werden expropriert".

11 — P. A. Sorokin, *Russia e Estados-Unidos*, São Paulo, s.n., pp. 203-204 e *A Crise do Nosso Tempo*, São Paulo, 1945, passim.

12 — P. A. Sorokin, *Social and Cultural Dynamics*, New-York, 1941, IV, pp. 587-714 — A. Goldenweiser, *The Principle of Limited Possibilities*, in *Jorn. of Amer. Folklore*, XXXVI, 1913, pp. 259-90. — R. Thurnwald, *The Spell of Limited Possibilities*, in *Amer. Social Review*, II, April, 1937, pp. 195-203.

13 — Arnóbio Graça, *Aspectos Econômicos do Direito*, Recife, 1945, passim.

Essa profunda mudança social, vislumbrada pela sociologia marxista, está confirmada na indagação de um Sombart, de Sorokin, Huxley, e outros que tais, como Laski, Mannheim, Galloway, Figueira Roman.

Laski assim profetiza: "Achemo-nos no meio de um período de cambio revolucionário, que é provável seja mais profundo que qualquer outro na história moderna da raça humana. Não compreenderemos sua natureza íntima, a menos que o reconheçamos tão significativo na sua essência, como aquele que viu a queda do Império Romano, o nascimento, com a Reforma, da sociedade capitalista, ou, como em 1789, o capítulo final da dramática ascensão ao poder da classe média". (14)

Karl Mannheim "acredita ser importante recordar que nossa sociedade enfrenta, não um mal estar passageiro, mas uma mudança radical de estrutura, pois compreender isso é o único meio de garantir medidas preventivas. Só si sabemos que a sociedade ocidental está passando por uma zona de crise, por uma fase de desintegração, pode caber alguma esperança de que as nações, que ainda gozam de uma paz relativa, aprenderão a dirigir o curso futuro dos acontecimentos mediante uma planificação democrática, evitando assim os efeitos negativos da transformação: a ditadura, o conformismo, e barbárie". (15)

George Galloway prova uma profecia de lugubres ecos, ao advertir: "Estamos vivendo o fim de uma época". E prossegue em entonações temerosas: "A velha ordem está finalizando agora numa revolução mundial de caráter político, econômico e moral. Sua transformação está marcada e influenciada por guerras brutais e fulminantes, pela rápida difusão de totalitarismos econômicos, pela desintegração das velhas instituições e modos de pensar, o reajustamento de valores e a conquista de novos conceitos". (16)

Julian Huxley salienta que o fato mais importante do mundo é que estamos vivendo uma revolução, no sentido de uma verdadeira "transformação histórica", devendo aceitar-se essa revolução, não passivamente, mas incorporando-se o homem a ela afim de orientá-la para objetivos construtivos.

Tais juízos poderiam ser enfeixados com as previsões de Sorokin na sua "So-

cial and Cultural Dynamics", e Sombart, no seu monumental "Der Moderne Kapitalismus", ao mostrarem, um, o sociólogo russo, que a velha cultura econômica, a "sensate culture", está se transformando num sistema de vida de melhor harmonização entre os interesses materiais e espirituais, e outro, o sociólogo tedesco, a transição do "Spaetkapitalismus" para o "Fruehsozialismus".

Essa revolução que se processa é a revolução socialista, de modo que se poderia bem afirmar ser o socialismo o evangelho político dos tempos novos. Essa marcha histórica para o socialismo é inevitável, nesse dilema previsto por Marx e Laski, de uma revolução pela violência ou pelo consentimento.

Marx admitia a passagem do capitalismo para o socialismo mediante a revolução, a ser realizada pelo proletariado, o que se concretizou na Rússia em 1917, fato êsse designado recentemente por Laski como uma "revolução pela violência", ou segundo um outro processus histórico, que seria a transformação mediante expedientes democráticos e constitucionais, como ocorreu na Inglaterra em 1945, acontecimento êsse acunhado por Laski pelo termo expressivo de "revolução pelo consentimento". (17)

Assim sendo, Marx com a sua largueza de vista, não reduzia a possibilidade de transição do capitalismo para o socialismo somente por meio da ditadura violenta do proletariado, como ordinariamente se supõe.

Esse trecho do pensamento marxista, que é decisivo, foi salientado pelos críticos recentes, como Jaszi e Blodgett, afora outros. Assim rememora Blodgett: "Late in his life, Marx apparently lost

14 — Harold J. Laski, Reflections on the Revolution of Our Time, New-York, 1943, p. 1; La Libertad en El Estado Moderno, Buenos-Aires, 1945, passim; La Crisis de la Democracia, Buenos-Aires, 1946, pp. 187 s. e Faith, Reason and Civilization, New-York, 1944, pp. 183 s.

15 — Karl Mannheim, Libertad y Planificación Social, México, 1942, passim.

16 — George B. Galloway, Planning for America, New-York, 1941, passim — Miguel Ángel Roman, Planificación y Sociografía, Tucuman, 1946, passim.

17 — Harold Laski, Reflections (cit.), p. 178: "A revolution by consent permits the affirmation of democratic principles over a wider area, and with greater strength. A revolution by violence, even if it be successful, is bound to suspend the procedures of democracy".

faith to some extent in the coming revolution and even in the necessity for revolution". (o.c.p. 786).

Vai ai a especulação original de Marx, elocubrada em 1872: "But we do not assert that the way to reach this goal is the same everywhere. We know that the institutions, the manners, and the customs of the various countries must be considered, and we do not deny that there are countries like England and America, and, if I understood your arrangements better, I might even add Holland, where the worker may attain this object by peaceful means. But not in all countries is this the case". (18)

A revolução pela violência seria destarte necessária para os países atrasados, enquanto a revolução pelo consentimento se processaria nos países dianteiros da civilização. Nesses últimos, como destacou Blodgett, "Marx apparently had begun to realize that he had underestimated the significance of labor organization, social legislation, and the political power of the workers".

Tais processos democráticos, o imposto progressivo sobre a renda, a legislação trabalhista, os Sindicatos, a participação nos lucros das empresas, a planificação social, além de outros, seriam a preparação psicológica e socio cultural do socialismo moderno.

4. O conceito do socialismo em Laun, Diehl, Fairchild, Beer, Jászi, Recasens Siches e Nogueira de Paula — Seria agora oportuno bem definir o que se deve compreender por socialismo, para melhor penetrar no sentido íntimo dessa evolução da humanidade rumo a uma melhor forma de civilização.

Laun assim sintetiza as suas idéias (9): "Desde séculos e séculos, pede-se ao Estado que pelo menos suprima a desigualdade e dependência econômica, uma vez que não pode remediar, senão em dose muito fraca, a desigualdade natural e a dependência resultante. Essas, as reivindicações habitualmente chamadas "socialistas". Todavia o termo socialista é ambíguo, e muitas vezes empregado fora de propósito. Mas o que acaba de ser dito permite-nos apreender a própria essência do conceito. Chamamos socialismo concepções morais e tendências políticas que pretendem quanto possível acabar com a desigualdade e a dependência dos

homens, resultantes da repartição dos bens. E' socialista o Estado que se põe a serviço dessa tendência".

Já o prof. Karl Diehl, num importante trabalho sobre "Sozialismus und Kommunismus", integra os conceitos de socialismo e comunismo dentro da expressão mais ampla de coletivismo, assim ponderando: "Wir haben es beim Sozialismus und Kommunismus mit bestimmten Ideenrichtungen zu tun, die unter die Hauptkategorie des Kollektivum fallen. Man versteht unter Kollektivismus diejenige Gedankenrichtung, welche prinzipiell das Gemeineigentum als die beste Grundlage der wirtschaftlichen Rechtsordnung ansieht oder annimmt, dass die diejenige Gesellschaftsordnung sei, zu welcher sich die heutige Gesellschaft allmählich entwickelt" (20).

Segundo ele, o socialismo é aquela tendência que vê como desejável a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, assim elocubrando (o.c.p. 579): "Der Sozialismus ist diejenige Richtung, welche die Aufhebung des Privateigentums an den Produktionsmitteln als wuenschenwert ansieht oder meint, dass wir in der Entwicklung zu dieser Gesellschaftsordnung begriffen sind. Wir verstehen unter Produktionsmitte nalle diejenigen wirtschaftlicher Gueter, welcher zur Erzeugung neuer Guerter bestimmt sind, alson vor allen Dingen den gesamten Grund und Boden und alle erarbeiteten Produktionsmittel, d.h. Fabrikanlagen, Maschinen, Werkzeuge, Halbfabrikate, Rohstoffe usw."

Daí a distinção, estabelecida pelo ilustre tedesco, entre socialismo e comunismo porque o primeiro apenas aspira a propriedade coletiva dos meios de produção, enquanto a segundo sistema procura realizar não só a propriedade coletiva dos meios de produção, como igualmente dos bens de consumo.

E' o que discrimina com agudeza Karl Diehl (o.c.p. 579): "Der Kommunismus geht ueber den Sozialismus hinaus-

18 — Apud H. W. Laidler, A History of Socialist Thought, New-York, 1927, p. 194.

— Cf. Oscar Jászi, Socialism, in Encyclopedía of the Social Sciences, New-York, 1935, vol. XIV, p. 201.

19 — Laun, A Democracia, São Paulo, 1936, p. 266.

20 — Karl Diehl, Sozialismus und Kommunismus, no Handwoerterbuch der Staatswissenschaften, Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1926, VII, pp. 578-612.

weil er nicht nur die Produktionsmittel, sondern auch die Konsummittel der Verfügung einzelner Personen entziehen will. Imsozialistischen Staate kann der Einzelne keine Produktionsvermögen haben, d.h. keine Grundstücke, keine Fabriken usw. Wohl kann er aber Konsumtionsvermögen erlangen, d.h. er darf frei ueber den Ertrag seiner Arbeit verfügen und kann fuer disen Arbeitsertrag, also z. B. fuer die von ihm geleisteten Arbeitsstunden Güter eintauchen, welche er will. Anders in einer Kommunistischen Gemeinwesen. Hier gehoeren nicht nur die Grundstücke, Gerate, Werkzeuge usw. der Gemeinschaft, sondern die Gemeinschaft bestimmt auch, was jeden einzelnen an Nahrung, Kleidung usw. zukommt. Oder anders ausgedruckt: Der Sozialismus will nur das Privateigentum an den Arbeitsmitteln beseitigt wissen, der Kommunismus auch das Privateigentum an den Arbeitserzeugung".

Assim também pensa Nogueira de Paula, em "Théorie Rationnelle des Systèmes Economiques" (21), ao conceituar o sistema socialista como aquele em que o Estado monopoliza os meios de produção e, de outro lado, assegura aos trabalhadores uma retribuição ou salário proporcional aos seus esforços pessoais. Seriam, pois, duas, as bases do sistema socialista: propriedade coletiva dos meios de produção e propriedade privada dos bens de consumo. (22)

Já no sistema comunista, acentua Nogueira de Paula, essa intervenção estatal seria levada ao máximo: no sistema comunista integral o Estado monopoliza os meios de produção e fixa o consumo dos bens de acordo com as necessidades individuais de cada um dos membros da coletividade.

Essas distinções, de natureza evidentemente técnica, já não são apontadas pelo ianque Fairchild, pelo alemão Beer e pelo romeno Jászi. Para eles, há uma completa identidade ideológica entre socialismo e comunismo de mudança social.

Tal convicção parece também radicar-se no pensamento de Recaséns Siches, estabelecendo as divisas entre a concepção marxista da história, doutrina fria, de indiferença estimativa, e o socialismo humanista, que conserva o respeito e a garantia das liberdades espirituais e a auto-determinação pessoal.

Dêsse conjunto de opiniões pode apresentar-se a seguinte solução científica do problema: socialismo e comunismo são diferenciações duplas de uma economia e cultura coletivistas, apresentando, pois, elementos comuns e aspectos específicos de estrutura. Ambos estabelecem a propriedade coletiva dos meios de produção, mas o socialismo permite a propriedade privada dos bens de consumo, concessão essa vedada pelo comunismo.

5. **Democracia e planificação social** — Os rumos da democracia se encaminham no sentido de um controle social da liberdade, afim de que, na luta dos ricos e poderosos contra os fracos, inevitável na democracia burguesa, se permita uma oportunidade mais ampla de realização da liberdade e da igualdade.

Por isso mesmo, assinala Mannheim que é um problema grave e urgente da nossa época, encontrar as diretrizes de uma "planificação para a liberdade, para dirigir aquelas esferas do progresso social, das quais depende que a coletividade funcione sem dificuldades, mas tratando ao mesmo tempo de não regulamentar aquelas outras esferas, que oferecem mais oportunidades para a individualidade criadora e o desenvolvimento espontâneo e livre".

L. L. Bernard, no seu trabalho "Social Control" apresenta a seguinte definição de planejamento social: "Social Planing may also be regarded as a field of social control, since it aims at the reorganization of society on a rational control basic. This phase of the subject grows primarily out of the field of rational symbolic control and makes use of the rational symbolic techniques in the main, although it may employ incidentally any type of techniques for scientifically determined ends and will inevitably be

21 — L. Nogueira de Paula, *Théorie Rationnelle des Systèmes Economiques*, Liberalisme, Socialisme, Altruisme, Communisme, Paris et Liège, 1936, pp. 94-98.

22 — Henry Truehy, *Cours d'Économie Politique*, Paris, 1923, I, p. 47 pensa de maneira similar: "Le socialisme serait réalisé dans ce qu'il a d'essentiel si, les biens de consommation demeurant propriété vivée, les biens de production étaient placés, pour la grande partie, sous le régime de la propriété publique".

limited by both the objective and subjective conditioning factors..." (23)

Charles J. Bushnell, no "Dictionary of Sociology" de Fairchild, assim pondera ao definir o termo "planificação": "The production of ends and arrangement of means for their fulfillment, involving a systematic pattern of activities permitted by the background of the general social order". (o.c.p. 221)

A planificação social, pois, ou a idéia de planos cientificamente predeterminados para a realização de determinados fins, depende assim das condições objetivas e subjetivas do meio social, que possibilitam determinadas mudanças. (24).

Os estudiosos do problema, como Mannheim, Bernard, Bushnell, Lederer, Siches, Figueroa, Mário Lins, Djacir Menezes, Amaro Quintas, para apenas mencionar alguns, mostram em geral essa dependência dos "planos" diante das possibilidades da estrutura social.

Mannheim tem, destarte, completa razão, ao enquadrar a idéia dos planos, da "Planwirtschaft" ou do planejamento em si, dentro do próprio condicionamento social permitido empiricamente pela comunidade. É o que dilucida, no seu "Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus" (p. 152): "Planen ist daher ein noch durchhaus innerhalb der Geschichte liegendes Verhalten". Planificar consiste, observa Mannheim, em aplicar previsão ás ações humanas, de maneira que o desenvolvimento dos processos sociais não seja mais o resultado puro e simples do conflito ou da competição (25), assim se podendo exercer um controle politico-científico sobre a sociedade.

Deve-se, em suma, atender áquilo que um ilustre jurista nacional, o prof. Miguel Reale, designa com o nome expressivo de "sentido fundamental de evolução da sociedade". Tal tendência secular (secular trend) é para a democracia socialista, e si o planejamento precisa ser feito para o aperfeiçoamento da comunidade, como acentua Mannheim, e está condicionado por fatores sociais objetivos e subjetivos, como salientam o mesmo Mannheim e L. L. Bernard, o verdadeiro planejamento deve ser feito para a cristalização da democracia socialista. (26)

6. Os tipos de planificação social — Várias são as modalidades de que se pode revestir a planificação social, conforme esclarecimentos de sociólogos e juristas, que hoje em dia já se tornaram usuais.

Nesse sentido discrimina Mannheim (27): "Deve fazer-se uma distinção entre a planificação como instrumento de conformidade e a planificação como instrumento da liberdade e da variedade".

Numa síntese das especulações de Mannheim e Figueroa Roman, é licito proceder á seguinte classificação das formas de planificação social: a) sob o ponto de vista politico o planejamento social pode ser democrático ou ditatorial; b) sob o critério econômico pode o planejamento social ser capitalista ou coletivista (socialista e comunista); c) sob o ponto de vista da amplitude espacial pode o planejamento ser local, nacional e internacional.

Numa consideração ética, que venha a envolver tais especulações puras, a verdadeira planificação é a democrática, a chamada "planificação para a liberdade", como diria Mannheim, planejamento esse que assegura imediatamente um maior grau de liberdade para o cidadão, ou, quando menos, prepara o meio social

23 — L. L. Bernard, Social Control in its Sociological Aspects. New-York, 1939. p. 9. — Recasens Siches, Libertad y Planificación, in "Cuadernos Americanos", 1942, I, 4.

24 — Vide José Medina Echavarría, Sociología: Teoría y Técnica, México, 1941, pp. 193 s.

25 — Karl Mannheim, Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus, Leiden, 1935, p. 152.

26 — Carl Mannheim salienta esse caráter de aperfeiçoamento necessário á autêntica planificação, l.c. (p. 152): "Planen ist der Akt des Umbaus einer historisch geworden und auf uns gekommene Gesellschaft in eine immer vollkommener durch den Mensch regulierte Einheit". Ele assim conceitua a planificação (o.c.p. 152): "Es ist in unserem Sinne jener voraussehende Versuchesgebrauch und jene Handlungsgewalt, durch die aus dem historisch gewordenen, bisher durch Kampf und Konkurrenz gestalteten gesellschaftlichen allmählich die letzten Reste des Widerstandes gegen regulierende Disposition ausgeschaltet werden sollen".

27 — Karl Mannheim, Diagnóstico de Nuestro Tiempo, México, 1944, p. 18.

adequado para a futura expansão dessa mesma liberdade. (28)

A grande virtude da planificação consiste em que a mesma pode tornar-se uma medida socialista da mais evidente valia. Ela não constrói somente os grandes planos nacionais realizados gradativamente, mas também, tendo em vista assegurar melhormente a liberdade e a igualdade democráticas, provoca naturalmente, na planificação democrática ou socialista, um nivelamento das classes sociais.

Tal nivelamento social, que é um dos resultados da planificação, é uma das mais sólidas garantias do advento do regime socialista.

7. A planificação socialista da U.R.S.S. e países europeus e a planificação do "New Deal" — Foi sobretudo a U.R.S.S. que concretizou a primeira praxe dos planeamento social e da "Planwirtschaft", segundo as idéias criadoras do pai espiritual da revolução bolschevista, o comunista Lénine.

Lénine depositava uma confiança tão profunda nas possibilidades do planeamento, que chegou a declarar enfaticamente: "Le communisme, c'est le pouvoir des Soviets plus l'électrification". (29), augurando nisso a eventualidade de um plano total e de eletrificação da economia soviética, em grandes centrais hidro-elétricas, onde se concentrasse a força propulsora da produção russa.

Os "planos quinquenais" foram postos em prática na U.R.S.S., visando destacar a construção da economia socialista. Blodgett (o.c.p. 611) assim descreve os métodos da planificação soviética: "In general, the methods of economy planning in Russia seem appropriate for such an economy and in reasonable accord with the prospectus of modern socialism. The State Planning Commission proper has the assistance of its council, its large staff of planning workers, various statistical, accounting, research, and training agencies, and a large number of subsidiary planning bodies, both functional and regional. The method of making out a tentative plan, submitting it to a variety of subsidiary planning agencies in order to obtain suggestions, criticisms, and counter-plans, and the constructing the final plan seems logical. The final plans are detailed, comprehensive, and

have reasonable internal consistency, and yet they are flexible and subject to constant revision. Of course, it may be objected that the State Planning Commission receives too much advice and control from the leaders of the Communist Party and that it pays too little attention to the criticisms, suggestions, and counter-plans received from below, but these drawbacks may be attributed largely to the dictatorial form of government under which the Russian economy labors. Under conditions of full democracy, the planning mechanism itself would merit a considerable measure of approval". (30)

O planeamento econômico e cultural, realizado na U.R.S.S., conseguiu majestosos resultados, sobretudo com os chamados planos quinquenais, tornando do seu país, mediante essa e outras medidas socialistas, a segunda nação industrial do mundo e elevando consideravelmente o seu nível cultural.

Mas a U.R.S.S., si tem uma constituição de bases democráticas, como é a carta política de 5 de Dezembro de 1936, reformada em 1940, ainda não pôs na prática, na sua integralidade, a democracia política, devido à guerra, não obstante a marcha progressiva do seu socialis-

- 28 — A literatura sobre planificação é imensa. Vide entre outros os seguintes trabalhos: P. Herberg, *Planwirtschaft*, in *Arbeit*, 1932, IX, pp. 201-11, 345-54, 476-86, 603-612. — Josef Dobretsberger, *Freie oder gebundene Wirtschaft*, Muenchen, 1932. — Friedrich von Gottl — Ottiliehfeld, *Der Mythos der Planwirtschaft*, Jena, 1932, passim. — Paul Schroeder, *Die Ueberwindung der Wirtschaftskrise durch den Plankapitalismus*, Jena, 1932, passim. — Otto Frieder, *Der Weg zur sozialistischer Planwirtschaft*, Berlin, 1932, passim.
- 29 — Lénine, *La Révolution Bolcheviste*, Paris, 1931, p. 271.
- 30 — Vide B. Brutzkus, *Economic Planning in Soviet Russia*, London, 1935. — N. de Basily, *Russia under Soviet Rule*, London, 1938. — A. Z. Arnold, *Banks, Credit and Money in Soviet, Russia*, New-York, 1937. — A. Yugow, *Russia's Economic Front for War and Peace*, New-York, 1942. — J. Stalin, *The State of Soviet Union*, New-York, 1934. — N. Vosnesensky, *Economic Results of the U.R.S.S. in 1940 and the Plan of National Economic Development for 1941*, Moscow, Foreign Language Pub. House, 1941. — M. Eastman, *Stalin's Russia and the Crisis in Socialism*, New-York, 1940.

mo, de uma ditadura monopartidária rumo a uma democracia funcional. (31)

Determinados países europeus e americanos, entretanto, procederam a um planejamento social de sua vida, destacando-se entre eles, a Inglaterra após a vitória recente do "Labour Party", e os E.U.A. com a política econômica do "New Deal" de Roosevelt.

Tal situação mostrou a plena compatibilidade lógica entre democracia e planificação, como também a possibilidade histórica de sua realização, mau grado a crítica ferina de falsos estudiosos despercebidos das novas tendências econômicas e espirituais da sociedade moderna.

Nos E.U.A. o "New Deal" foi uma verdadeira política de planificação, após os desastrosos efeitos da crise econômica de 1929. Os sociólogos e economistas salientaram os aspectos dramáticos desse colapso financeiro da grande nação ianque, devendo ser lembradas as palavras de Blodgett sobre tal desmoronamento social (o.c.p. 569): atualmente, o nosso sistema capitalista, livre ou controlado, não opera consistentemente para produzir completo equilíbrio. Em vez disso, a sua operação envolve profundas oscilações cíclicas na atividade econômica, com o desenvolvimento comercial seguido de depressões financeiras, de tal modo que tais depressões econômicas nos E.U.A. são problemas extremamente graves. De 1929 a 1932, a renda nacional dos Estados-Unidos decresceu de \$82,691,000,000 a \$40,089,000,000, o número de pessoas empregadas decresceu de 35.501.000 a 26.195.000, o índice numérico da produção industrial (1923-1925=100) caiu de 119 a 64, e o índice numérico dos preços de venda por atacado computado pelo "Bureau of Labour Statistics" declinou de 95,4 a 64,8. A renda das grandes fazendas do país decresceu de \$12,791,000,000 para \$5,562,000,000; o comércio internacional declinou de \$9,640,000,000 a \$2,934,000,000 em mercadorias; e as milhas de toneladas de frete carregadas pelas estradas de ferro baixou de 450.189.000.000 a 235.309.000.000. Os empréstimos e descontos dos bancos em atividade caíram de \$41,433,100,000 a \$28,089,900,000; os depósitos desses bancos de \$53,244,700,000 a \$41,126,800,000; os seguros feitos de \$11,592,200,000 a

\$1,730,300,000, as comissões provindas das corretagens de \$8,549,000,000 a \$244,000,000; e as vendas na Bolsa de New York de \$1.125.000.000 a \$425.000.000 ações. As falências industriais e comerciais aumentaram de 22.209 a 31.822, e o número de desempregados cresceu de um milhão a quase 15.000.000 de pessoas.

Foi precisamente essa crise profunda que tumultuou a economia e a sociedade americana, a base da vitória de Roosevelt e do "New-Deal". Como bem declara o seu biógrafo Allan Nevins, professor de "História da América" na Universidade de Columbia, "Roosevelt was an earnest advocate of national planning". (32) Com isso, porém, não pretendia uma arregimentação rígida da sociedade, e sim um constante uso da previsão no tratamento dos problemas nacionais, numa linha de conduta intermediária entre a democracia e o socialismo. Assim elucida o mesmo Nevins: "In a time when conflict of opinion was violent, his way of zigzagging between "right" and "left" perhaps gave him a maximum of public support".

E' o que confirma Harold Laski, nas suas "Reflections" (p. 152): "On the side of the Presidential experiment have been, generally, the trade unions, the unemployed, the small farmer, probably the bulk of independent professional men, and, significantly, the overwhelming majority of the intellectuals. Opposed to him have been the leaders of finance and business, the rentier classe, the executives of business management, and the corporation lawyers".

O programa de planejamento do "New Deal" fixava os seguintes objetivos de intervenção governamental: conservação dos recursos humanos e materiais; estabilização e estímulo da atividade econô-

31 — Sobre o direito constitucional russo anterior a 1936 v. Mário Pessoa, O Direito entre os Soviets, Rio, 1934 e Mirkine-Guetzévitch, La Théorie Générale de l'État Sovietique, Paris, 1928. — Sobre o novo regime constitucional russo v. J. Barthélemy, La Nouvelle Constitution de l. U.R.S.S., Revue de Paris, 1936, n. 17; Giovanni D'Alo, la Nuova Cost. delle Unione Sovietica, in "Lo Stato, 1936, II.

32 — Allan Nevins, Franklin Delano Roosevelt, E.B., XIX, London-Chicago, Toronto, 1939, p. 536.

mica e do poder aquisitivo; elevação do nível de vida dos trabalhadores: igualdade de oportunidade para todos e extensão do seguro social; e segurança do Estado contra as agressões externas. (33)

Também na Inglaterra, com o "Partido Trabalhista", se marchou para uma política de intervenção governamental no campo social, econômico e cultural, o que vem mostrar a contento uma tendência inevitável no mundo para uma democracia econômica e socialista, para uma democracia planificada. (34)

Dai pretender Emil Lederer, na sua "Planwirtschaft" e "National Economic Planning", que tal tendência "é o sentido da direção que oferece a única segurança, e a própria direção da sociedade moderna seria mesmo para uma economia planificada". (35)

Em síntese, há os dois processos de realização da democracia planificada, processos históricos da evolução da sociedade, que são justamente o russo, ou do "Gosplan", e o anglo-americano, traduzido na orientação do "New Deal" e do "Labour Party".

Na U.R.S.S., o que há de original no "Gosplan", nome abreviado de "Gosnars Fennaya Planovaya Kommissiya" ou "Comissão Planificadora do Estado", é, como acentua Maurice Dobb no seu estudo intitulado "Gosplan", a subordinação da economia total do país a um só plano. (36)

Na planificação econômica do "New Deal" e do "Labour Party" há, porém uma forte dosagem da iniciativa privada, que sobrevive às tendências do intervencionismo governamental.

Poder-se-ia concluir aduzindo que, na democracia planificada de futuro, haverá uma síntese ou uma combinação histórica do planejamento social com uma determinada dosagem da iniciativa privada, segundo o parecer de Sombart e Lederer, que mencionam um "stage in

which elements of free enterprise would be mingled with regulating forces".

8. O destino da democracia — As tendências seculares (secular trends) da evolução humana permitem prever que a democracia socialista ou planificada será a próxima etapa da sociedade política.

Tudo indica a convergência da democracia, como se realiza nos E.U.A. com o socialismo, do qual a primeira concretização prática é o regime soviético, numa síntese histórica preludiada pela nova modalidade de governo da Inglaterra.

Evidentemente, a humanização progressiva da democracia política e do socialismo soviético, numa marcha progressiva onde pouco e pouco se vão eliminando os seus defeitos, fazem prever uma linha política intermediária de freios e contrapesos entre a democracia e o socialismo, para a verdadeira e integral realização da liberdade humana.

Na luta ideológica entre democracia e socialismo não haverá vencedores: ambos se integrarão numa nova síntese histórica e dialética. Por certo recuos históricos, também explicáveis dialética-

33 — Vide Miguel Figueroa Roman, o.c.p. 48. — Recentemente a "Revista do Serviço Público", Rio, Ano IX, IV, n. 3, 1946 dedicou um número especial ao problema da planificação social, destacando-se, entre os colaboradores nacionais, as contribuições do prof. Guerreiro Ramos, Miragaia Pitanga, Abreu Chagas e José Martins, trazendo também artigos de Mannheim, Wallace Donham, Ralph Flanders, Eugene Stanley, Richard Lewinsohn, Colm. Stone, Haan, Fischlowitz e Lorwin.

34 — Laski, Reflections, p. 160.

35 — Emil Lederer, Planwirtschaft, Tuebingen, 1932, passim e National Economic Planning, E.S.S., New-York, passim, vol. XI, 1935.

36 — W. A. Brown and A. F. Hinrichs, The Planned Economy of Soviet Russia, in Political Science Quarterly, vol. XLVI, 1931, pp. 362-402. — Maurice Dobb, Gosplan, in E.S.S., New-York, 1935, VI, p. 713.

37 — Harry Elmer Barnes, Social Institutions in an Era of World Upheaval, New-York, 1942, pp. 268-309.

mente, podem ocorrer nessa conjuntura, numa idade profunda de crise humana (37), como aconteceu após a subida inesperada de Trumann ao governo americano, em um novo prurido da ideologia conservadora. Tal contramarcha, entretanto, não saberá resistir a uma crise econômica de profundidade, herdeira do "crash" de 1929, que exigirá uma solução socialista e planificadora, como intentou Roosevelt, cuja herança sobrevive em Wallace, depositário das esperanças da nova democracia econômica.

Sob o ponto de vista da ética pura, deverá haver um progresso gradativo para essa democracia socialista, numa revolução pelo consentimento, o que equivale a dizer, uma modificação lenta, pacífica; ordeira, mediante processos democráticos e constitucionais, de acôrdo com a

decisão majoritária do povo, quando existirem condições objetivas e subjetivas, sociais e espirituais, para a prática dessa nova democracia planificada, igualitária e socialista.

Democracia, socialismo e cristianismo assim atendem às mesmas exigências de reforma humana e social, como formas que se correlacionam nos planos político, econômico e ético-religioso (38), possibilitando o advento de uma nova idade política, que se realizará, segundo a formosa expressão de Miguel Reale (39) "na plenitude dos valores essenciais ao progresso de uma cultura cristã".

38 — Sobre essa correlação entre cristianismo e socialismo v. **Karl Diehl**, *Sozialismus u. Kommunismus* (cit.), p. 581, que vê no cristianismo uma modalidade de socialismo ideológico (religioso).

39 — **Miguel Reale**, *Teoria do Direito e do Estado*, S. Paulo, 1940, p. 329.



# ELEGIA DO RECIFE

RODOLFO RANGEL MOREIRA

*Amo o Recife todo, as glórias e as feridas  
Que o tempo lhe marcou na pedra antiga;  
Meu Recife prussiano que assassinou Olinda  
E se nutriu da podridão dos mangues;  
Recife que rescende um hálito de lama  
Na escarninha risada dos mocambos  
(Esses casebres sordidos que o pincel de Goya  
Retrataria em faces de megeras);  
Recife alma nagô, terreiros de Iputinga,  
Plangência negra de maracatús  
(Changô!!! Plúvio Bombeiro estilizou os ritmos,  
Eros Volúsia foi buscar motivos);  
No escândalo da tarde, meu Recife sangrento  
Dentes de pedra dilacerando o Atlantico;  
Recife criança inquieta, lançando, madrugada  
No verde-e-azul do mar jangadas brancas  
Amo-lhe o corpo rijo, engrinaldado em'praia,  
Dormindo nú á sombra dos coqueiros;  
E o Capibaribe, como uma tanga de prata,  
Volteia-lhe o rim de gladiador selvagem  
(Que as pontes são troféus que ele amarra á cinta,  
Sôbre o miasma e o lamaçal vencidos);  
Recife gosto de sol, de luar, de liberdade  
E tem um cheiro de canção maruja;  
Recife mesmo e não um ideal forjado,  
Porque lhe quero bem de qualquer jeito.*

## UM ROMANCISTA FAZ CONTOS

JOEL PONTES

Um problema que ainda não foi de todo resolvido pela crítica literária, é este da diferença, ou melhor, da distinção entre uma novela, um conto e um romance.

Determinados assuntos prestam-se indiferentemente aos três gêneros, dependendo apenas da realização artística; dobramento, embora, quando apresentados em forma sintética, nada lhes falte como obras de arte. O contista será talvez um romancista em miniatura, como o romancista um contista ampliado. Ampliado, não tanto na questão espacial, o que menos vem ao caso, mas ampliado nos personagens, no argumento, nas análises. Dai muitos contistas se aventurarem a escrever romances e novelas, e os romancistas e novelistas a escrever contos. E a razão por que quasi sempre fracassam nas experiências, é que cada, um dos gêneros, tem as suas características próprias, uma técnica diferente que não pode ser adaptada. O caso de um Maupassant, ou de uma Mansfield, é de mera exceção.

No Brasil, desde Machado de Assis, quasi todos os romancistas têm escrito contos, embora nem todos tenham conseguido apreender, como Machado, o domínio da palavra, que, no conto, tem uma importância extraordinária. Quanto a isso, é observação conhecida, a de que os nossos escritores cuidam bem pouco da propriedade dos termos e da sua oportunidade.

O mais recente livro de contos de um romancista, é o de Graciliano Ramos, "Insônia", (Livraria José Olympio Editora, 1947), onde, logo de início, temos que separar os verdadeiros contos dos

simples estudos para romance, isto é, trechos que dentro de um romance, com anteriores que os justificassem e posteriores que os completassem, estariam tão bem ajustados como estão desajustados como contos. O "conto" que dá título ao volume, por exemplo, não é um conto. Poderia ser classificado como surgestão para um conto, ou estudo para romance. Ressalvo, desde logo, que, em um escritor qualquer, sem a penetração no inconsciente que é uma das forças do romancista alagoano, este "conto" seria um enfadonho amontoado de palavras, sem qualquer significação. Isto porque Insônia, e conto, é a expressão de um estado semi-consciente entre a modorra e o despertar. Uma sucessão de impressões rápidas, lembranças passadas velozmente, e das coisas constantes e bem características de Graciliano Ramos: uma pergunta que se repete como um eco, um tormento, ou um chamado sem resposta possível; e o tic tac do relógio invisível na escuridão. Características, porque muito pessoais do autor, ligadas as suas histórias e personagens; e constantes, desde o Paulo Honório dos últimos capítulos de "S. Bernardo", desde o Luis da Silva de "Angústia". Ao conto Insônia, falta a integração na vida, resultando, ação, enfim.

Outro estudo para romance é Paulo. Outro, O Relógio do Hospital. Neste desde o título, há a presença de um relógio, invisível, batendo as horas e contando os minutos, e há a obsessão dos chinelos. Logo no início, estas palavras: "Ao deitar-me na padiola, deixei os chinelos junto da cama; ao voltar da sala de operações não os vi". (pag. 39). Ora, esse simbolismo mata todo o elemento de surpresa com que o escritor

podia jogar. Mas, mesmo despojando-se desse trunfo, êle continua a anunciar a morte: "Desejo pedir os meus chinelos, mas tenho preguiça, a voz sai-me flácida, incompreensível. E esqueci o nome dos chinelos. Apesar de saber que êles são inúteis, desgosta-me não conseguir pedi-los". (pg. 43). Vai assim, até o final. Nada acontece, nenhuma surpresa, nenhum sentimento ou sensação novos até a última palavra. Evidentemente, uma página que ainda necessitava de alguns retoques, de antecedentes e continuação, para constituir um... romance. Para isso, há até um esboço de outras existências, além de primeira pessoa que fala: o médico, a enfermeira, a aula primária, lembranças do avô, o homem do esparadrapo, a criança, o dr. Queiroz. E ha, mais forte ou mais fracamente, a ausência da vontade, os complexos, a pobreza, as obsessões e a timidez — tudo quanto constitui a técnica de Graciliano Ramos **quanto aos personagens**. Tudo amontoado, como em um romance, mas sem o desenvolvimento de um romance; quando muito como um capítulo.

**Quanto à ação**, o que mais caracteriza Graciliano Ramos é a ação reflexa intensa — o que, no caso de *O Relógio do Hospital*, é absoluta — e a ação propriamente dita lenta e cheia de meandros, dentro de uma atmosfera de fracasso. **No tempo**, a técnica de Graciliano Ramos se apresenta, neste conto, claramente: ha um relógio presente a todo o momento, mas não se percebe o passar dos dias, nem se pode distinguir uma hora de um mez. Não importa se o tratamento médico demorou um dia ou uma semana. O que importa é o tratamento, ou mais precisamente, as reações do homem, seus pensamentos e alucinações. **Quanto ao espaço**, não tenhamos dúvida: Graciliano Ramos é um homem do nordeste, e, antes de ser escritor é um homem. Tudo faz pensar no nordeste desde o ambiente dos seus livros anteriores até à linguagem dos personagens, quando não uma designação direta. Só o conto *A Prisão* de J. Carmo Gomes se passa no Rio. Os outros parecem ligar-se ao nordeste. Mas se o fator espaço tem em "*Vidas Sêcas*" ou em "*Infância*" uma importância substancial, nos contos não tem a menor significação.

Para melhor análise de "*Insônia*", podemos dividir os contos em dois grupos: os que se ligam aos livros anteriores,

da análise em profundidade que podemos chamar de propriamente interiorizados; e os outros, leves, um tanto à Maupassant ou Mansfield, técnica que se apresenta através da ausência de problemas, pela criação de personagens menos complexos, apresentação mais lírica do que trágica. Da primeira espécie são contos como *Um Ladrão* — conto que avulta como dos melhores escritos na literatura post-modernista — ou *Dois Dedos*. Da segunda espécie, são os mais característicos: *Luciana* e *Minsk*.

Em *Um Ladrão*, a história de um roubo fracassado, terminado com a prisão. Um assunto sem grande interesse, depois da vasta literatura policial e da exploração do tema pelo cinema. Uma amostra, também, de que todos os temas, por mais explorados, sempre encerram alguma coisa de inatingido, que só o verdadeiro artista é capaz de descobrir e revelar. Graciliano Ramos viu o ladrão pelo lado humano, não o social ou policial. A atmosfera do fracasso está presente neste conto, como uma pesada cortina a asfixiar o personagem. Presentes, também as atitudes inexplicáveis, como única explicação da complicada instalação humana. A figura do Gaúcho, velho ladrão experimentado, que não aparece sequer uma vez, é a preocupação maior do ladrão. A figura da menina da escola, de "pálpebras que se baixavam, escondendo olhos verdes, de gato" (pag. 26) também sem aparecer, está presente no conto, como uma ameaça escondida. São os personagens principais do conto, junto ao personagem central, o jovem ladrão, levando-o para a desgraça. A menina e Gaúcho são duas obsessões. O ladrão procura fugir do Gaúcho: "Ia endireitar, criar vergonha, virar pessoa decente, arranjar um negócio qualquer longe do Gaúcho. Sim senhor. Apalpou o rolo de notas através do pano, meteu o botão na casa da algibeira. Criar vergonha, sim senhor, o que tinha ali dava para criar vergonha". Procura também, como um desesperado fugir da atração dos olhos verdes. Mas quer, ao mesmo tempo, fazer o roubo perfeito para exibi-lo ao mestre e beijar a moça adormecida, que lhe recôrda a menina do passado. Debate-se como uma mosca em teia de aranha, "transformado em mosca". O fim desgraçado parece rebentar de cada palavra, desde o início. E a figura do ladrão, encara-

da sob esse ponto de vista tão humano da procura da regeneração, cresce como a de um gigante, pelo medo e pela desgraça, transformando a história simples de um roubo na história cheia de angústia de um homem, cujo crime passa a inspirar imensa simpatia; e os preconceitos morais se destroem diante da vida e simpatia humana do tipo. Um Ladrão só pode ser equiparado na obra de Graciliano Ramos, à sua página mais comovida de romance, quando conta a morte da cachorra Baleia, em "Vidas Secas".

Outro conto também muito característico da análise em profundidade é Dois Dedos. Neste conto, Graciliano Ramos volta aos seus tipos de homens vencidos na vida. Tipos que ele estuda a fundo para criar nos menores detalhes. São uns pobres diabos sem ambição, que raramente têm uma alegria, e quando a têm agarram-se a ela, exibem-na com orgulho, sonham com um futuro melhor, para depois tudo perderem, serem triturados pela vida e voltarem à antiga resignação... Um tipo de médico que lembra o Luis da Silva de "Angústia" e João Valério de "Caetés".

Certos contos, porém, de uma leveza quasi lírica, como Luciana, Minsk, A Prisão de J. Carmo Gomes, Uma Visita ou Silveira Pereira, têm com os anteriores, ligações mais de forma que de essência. A mesma linguagem, falada e castiça, sem violências de filólogo, o mesmo estilo seco, sem quaisquer contemporisções para agradar ao grande público. São contos que apresentam personagens sem importância, pessoas do cotidiano e terra-a-terra, crianças, gente das pensões, não mais os párias de vidas estranguladas, mas personagens de média burguesia. Se excetuarmos Luciana e Minsk, — como momentos de aproximação com a infância, cheios de ingenuidade e poesia — vamos encontrar nesses contos um veu de ironia zombeteira sobre as pessoas e casos meio-burgueses. Alguns, convém dizer, não têm grande significação, a não ser pe-

lo que explicam da personalidade do autor. Escrevendo-se sobre os livros de Graciliano Ramos, escreve-se principalmente sobre ele próprio. Seus livros estão cheios das suas opiniões e gostos, tudo oculto, nas entrelinhas, mas de uma presença tremenda no computo geral. Em contos como Ciúmes ou A Prisão de J. Carmo Gomes, só responta o desprezo de Graciliano Ramos pela mulher burguesa, mesmo porque são contos sem significação, afogados na obra, sem quaisquer qualidades ou defeitos que os façam notáveis. Contos medíocres, na exata acepção do termo.

Já Uma Visita, também sem grande penetração psicológica, leve, sem problemas, afastando-se da técnica mais usada por Graciliano Ramos, nem por isso perde a individualidade, dentro do volume, devido à ironia leve que banha todos os personagens e principalmente à presença que se advinha comovida do autor. Aproxima-se de contos como Luciana e Minsk, igualmente afastados do tremendo mundo interior das personagens de Graciliano Ramos, cheio de perguntas sem resposta, aumentando e transfigurando a realidade em ballet de pesadelo.

Minsk parece ser a continuação de Luciana, como se fosse um capítulo de romance começado com o anterior. Os mesmos personagens; a mãe, Maria Júlia, tio Severino e seu Adão. Graciliano Ramos penetra no mundo infantil, cheio de fantasias, amores e compreensões próprias. A inocência se aproxima dos seres mais próximos da natureza: as pessoas brancas e os bichos, seu Adão e o periquito.

São contos ingênuos, que abrem a Graciliano Ramos um caminho diferente daquele da sua própria auto-biografia, de infância sem amor, de menino bruto, igual aos bichos. Luciana é um conto de amor às crianças, contrapondo-se à brutalidade de certas partes de "Infância", abrindo uma brecha no mundo asfixiado de dores, como um clarão de esperança no pessimismo constante de Graciliano Ramos.

# N O S S O P A Í S

LANGSTHON HUGHES

*Nós deveríamos ter um país de sol*

*De sol libertario*

*Um país de aguas perfumadas*

*Onde o crepusculo fosse um amanhecer*

*De rosa e ouro,*

*E não esta terra*

*Onde a vida é tão fria.*

*Nós deveríamos ter um país de arvores,*

*De arvores altas e frondosas,*

*Onde passaros cantassem nas copas*

*Brilhantes como o dia,*

*E não este país onde os pássaros são escuros.*

*Ah, nós deveríamos ter um país de alegria,*

*De amor e alegria, e vinho e canto,*

*E não este país onde a alegria pesa como o pranto.*

(Tradução de José Laurenio de Melo)

## OS DOIS PAPEIS

EDSON REGIS

*Apenas um papel, mas um papel nunca visto,  
Sente mãos de ferro, planos, e estala,  
Conserva o segredo, o mistério, projetos de arquitetura.*

*Apenas um papel, mas um papel de hoje,  
Mudo mas conversando, com gestos noturnos,  
Alguém chamando, vestido de chaves, com números.*

*Há um papel que vêm de longe invadido pelos dias,  
Embrulhando ponteiros, mostradores, pêndulos,  
Encabeçando a vida presente, embelezando os sonhos.*

*Ha uma luta entre os papéis, o espelho inicia a luta.  
Olhos de mundos mortos renascem, trazem lágrimas.  
A carne amolece, os dias ficam sem referências, negros.*

*Aquele tato violento some-se na luta dos papéis opostos.  
A ausência convida todos os objetos para a reunião ausente,  
Reunião fora de qualquer superfície tocada, ferida, vista.*

*Aquele sabor dos suaves domingos cheios de flores e Marias  
Dissolve-se no papel de hoje como em bocas de mortos,  
Matando tendências, tão depressa, lugubrememente.*

*O papel de hoje veste-se de palavras mas sem doçura,  
Sepultando gritos, precipitando formas, o azul do tempo,  
No silêncio, no informe, em gabinetes vãos e gastos.*

*O papel de ontem já está consumido, muito distante,  
Pálido, buscando sentenças, apenas sentenças, tristes sentenças,  
Servindo de indicação, vaga indicação, sem unidade, naufraga-  
[gado, roto.*

# OS ESTATUTOS DO VISCONDE DA CACHOEIRA E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL

JOSÉ GUARÁ

A criação dos cursos jurídicos no Brasil foi a primeira grande conquista intelectual feita após a proclamação de nossa independência. As ideologias dos pregadores da Revolução Francesa tiveram em todas as antigas colônias da America, o campo fértil à propagação das novas ideias. Imbuídos de uma nova mentalidade revolucionária, que lançava a supremacia do Direito sobre a Força, profligando a opressão e o arbitrio e proclamando o império da Justiça e da Liberdade, o povo brasileiro sentiu chegado o grande momento de realizar uma velha aspiração.

“O formidável Grito do Ipiranga que a 7 de Setembro de 1822 ecoou por todo o território brasileiro e conferiu à nossa adolescente nacionalidade a já ansiosamente esperada carta de maioridade política, devia ter tido como consectário lógico, imediato, a adoção de várias medidas complementares, entre as quais excede indisputavelmente a nossa libertação intelectual. De feito não se pode compreender um povo livre, sem que a sua formação mental esteja extreme de influências estrangeiras. No entanto, continuou a ser o centro cultural da mocidade brasileira, que se propunha a cursar estudos superiores, a secular Universidade de Coimbra”.

— (Marcílio Teixeira de Lacerda — A

fundação dos Cursos Jurídicos e sua influência na Sociedade Brasileira — Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827 - 1927), da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, pag. 263).

Separado de Portugal, a antiga colônia tratou de reunir suas forças no sentido de se bastar por si mesma, suprindo todas as suas necessidades, no empenho de dar a conhecer, que, embora bastante jovem, como nação, podia tomar, sob sua responsabilidade, a direção dos seus próprios destinos. De forma, que “a criação de estabelecimentos de ensino superior no país, logo após a proclamação da independência era uma necessidade imperiosa, inadiável, urgentíssima” — (A. Tavares de Lira — Os cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda, Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927), da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, pag. 433).

Embora possuíssemos, naquela época, já alguns institutos de ensino superior, os estudantes tinham de recorrer à metrópole, por falta de “eficiência prática” das nossas escolas. “Esse alvitre, além de nos privar de autonomia didática acarretava vários inconvenientes, principalmente depois de nossa independência, quando tornou-se uma fonte i-

negotável de vexames para os que eram obrigados a recorrer à metrópole.” (Marcílio Teixeira de Lacerda, *Obra citada*, pag. 264).

Conhecedor desse estado de coisas, em que se debatia a nossa “nascente intelectualidade”, o eminente brasileiro **José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo**, na sessão de 14 de junho de 1823, da Assembleia Constituinte, apresentou um projeto de lei, pedindo a criação de uma universidade em São Paulo. Encaminhando a votação em plenário, assim falou o Visconde de S. Leopoldo:

— “Uma porção escolhida da grande família brasileira, a mocidade a quem um nobre estímulo levou à Universidade de Coimbra, geme ali debaixo dos mais duros tratamentos e opressão não se decidindo, apesar de tudo, a interromper, a abandonar a sua carreira já incertos de como sua semelhante conduta avaliada por seus pais, já desanimados por não haver no Brasil, institutos onde prossigam e rematem os seus encetados estudos.” (citação de Marcílio Lacerda, *obr. cit.*, pag. 264).

Levado o projeto à apreciação da Comissão de Instrução Pública, foi relator **Martins Francisco, irmão do Patriarca da Independência**. O parecer da Comissão concluía por um projeto de lei mandando instituir duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, que naquela época liderava a escola literária do norte, enquanto a Capital bandeirante era a Meca de uma outra escola, com características próprias de sua corrente. Novamente em plenário, o caso é debatido calorosamente. Surgem várias emendas. **Almeida e Albuquerque** combate a criação das universidades, por julgar a sua instalação dispendiosa para o Tesouro Nacional e propõe a fundação de um curso jurídico no Rio de Janeiro. **Montezuma, da Baía e Gonçalves Gomide**, de Minas Gerais apoiam o projeto, mas, advogam a preferência da terra natal, para sedes da referida escola.

Mas, a situação interna do país era grave e D. Pedro I, num daqueles seus gestos impulsivos, dissolveu a Constituinte. Tendo entrado em última discussão a 4 de novembro daquele ano, o projeto não chegou a ser aprovado.

Em 25 de março de 1824, é jurada a primeira constituição brasileira. O Go-

verno Imperial, inclinado ao antigo projeto **Almeida e Albuquerque**, expede decreto de 9 de janeiro de 1825, no qual resolve: “criar provisoriamente um Curso Jurídico nesta Corte e Cidade do Rio de Janeiro.” O Decreto vinha referendado por **Estevão Ribeiro de Rezende**, depois barão, conde e marquês de Valença, então ministro e secretário dos negócios do Império. O marquês de Valença convidou **Luiz José de Carvalho e Melo, Visconde da Cachoeira** para elaborar os estatutos do Curso criado. Os estatutos do Visconde da Cachoeira ficaram prontos em março do mesmo ano. Mas, apesar disso, o decreto não teve execução.”

A Assembleia Legislativa reuniu-se pela primeira vez, em 1826 e numa de suas sessões, a 12 de março, **Lucio Soares Teixeira de Gouveia** inicia os debates em torno da já palpitante questão da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Era de seu parecer que a Comissão de Instrução Pública, baseada no que ocorrera anteriormente, formulasse um projeto de lei, sobre a criação das escolas. É contrariado nesse particular por **Marcos Antônio de Souza**, partidário do decreto de 9 de janeiro. Venceu, porém, **Teixeira de Gouveia** e na sessão de 5 de julho o Cônego **Januário da Cunha Barbosa**, em nome da referida Comissão apresenta à casa um projeto de lei dispondo sobre a criação de uma Escola de Direito no Rio de Janeiro. Largamente discutido, o projeto sofreu emendas destacando-se a apresentada por **Paulo e Souza**, que dispunha sobre a criação, não de um só curso, mas, de dois — um em S. Paulo e outro em Olinda. “Enviado ao Senado, em começo de setembro, esse projeto foi aprovado sem modificação no correr da sessão legislativa do ano seguinte, vindo a constituir a lei de 11 de agosto de 1827.” Finalmente, realizara-se uma velha aspiração de denodados pioneiros de nossa independência intelectual.

O Visconde de S. Leopoldo, “que considerava a criação dos dois cursos jurídicos o ato mais glorioso de sua carreira política”, geria a pasta do Império quando foi votada a lei 11 de agosto, “mas, em maio do ano seguinte quando os mesmos foram instalados, já havia sido substituído por **Pedro de Araújo Lima**, futuro visconde e marquês de Olinda”.

Comentando a instalação do curso de Olinda, escreve F. A. Pereira da Costa, nos "Anais Pernambucanos" e transcritos no "Diário de Pernambuco", de 11-8-1927:

"Em 15 de maio de 1828, em um dos salões do Mosteiro de São Bento, em Olinda, tiveram início as aulas". Depois de se referir às autoridades presentes ao acontecimento e às fases do cerimonial, diz: "Marchou toda a tropa da guarnição das duas cidades, sob o comando do General Antônio José Ferreira de Brito — Comandante das armas da província e terminada a solenidade, um parque de artilharia salvou em frente do edifício. A Câmara Municipal mandou celebrar solene TE DEUM, em ação de graças "por tão grande obra, a mais sólida coluna para estabilidade da Religião, do Trono e da Liberdade e deitar luminárias na cidade durante 3 dias."

A lei de 11 de agosto de 1827, no seu art. 10º, dizia:

Os Estatutos do Visconde da Cachoeira ficarão regulando por ora naquilo em que forem aplicáveis e se não opuzerem à presente lei. A congregação dos lentes formará quanto antes uns estatutos completos, que serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral".

Os Estatutos do Visconde da Cachoeira vigoraram até 7 de novembro de 1831, quando o poder legislativo aprovou, em obediência ao disposto na lei de 11 de agosto de 1827, novos estatutos para os cursos de direito. Os antigos estatutos foram mantidos em suas linhas gerais.

Fazendo comentários a respeito diz A. Tavares de Lira: "Os estatutos organizados em 1725, pelo Visconde da Cachoeira e que a lei mandara adotar provisoriamente — exceto na parte em que com ela colidissem — são, para o tempo, um trabalho deveras notável" pela grande cópia de sábias ponderações e excelentes conselhos que encerram, especialmente em sua exposição preliminar" (obr. cit. pags. 436 e 437).

A lei de 11 de agosto, alterou os estatutos em algumas partes, principalmente quanto às matérias professadas no curso. Tavares de Lira, dá-nos um resumo do que eles dispunham:

"O ano letivo começava em março e terminava em outubro;

A Taxa de matrícula era de Cr\$ 50,00, pagos em duas prestações, no começo e no fim do ano letivo;

Para a matrícula no 1.º ano, o candidato devia ter no mínimo 15 anos de idade e ter sido aprovado nos exames de latim, francês, retórica, filosofia racional e moral;

A frequência das aulas era obrigatória, perdendo o ano o estudante que desse 15 faltas não justificadas ou 10 justificadas.

As lições duravam hora e meia, devendo o professor utilizar-se da primeira meia hora para ouvir aos estudantes e do resto do tempo para explicar o compêndio adotado;

Nos sábados devia ter lugar um exercício em que três estudantes sorteados, defendiam e seis perguntavam sobre a matéria explicada na véspera pelo professor.

No fim de cada mês os estudantes eram obrigados a apresentar uma dissertação escrita sobre um ponto escolhido entre as doutrinas já explicadas, e pelas dissertações feitas e pelo resultado das sabatinas, devia o professor formar juízo sobre a capacidade e o aproveitamento de seus alunos;

Os exames finais eram orais e versavam sobre o ponto sorteado, com 24 horas de antecedência, exceto no 5.º ano, em que essa antecedência era de 48 horas;

"Os graus acadêmicos eram três: de **bacharel**, que se conferiam aos estudantes aprovados no 4.º ano; de **bacharel formado** aos que, concluíram o curso; de **doutor** aos que, tendo obtido aprovação **nemine discrepante**, defendessem teses;" (a lei de 11 de agosto de 1827, no seu art. 9.º, alterou nessa parte os Estatutos do Visconde da Cachoeira e determinava, que "os alunos que frequentassem os cinco anos de qualquer dos cursos, com aprovação, conseguirão o grau de **bacharel formados**. Haverá também o grau de **doutor**, que será conferido àqueles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos estatutos (da congregação) que devem formar-se e, só os que o obtiverem poderão ser escolhidos para lentes."

"O grau de bacharel não dava direito a nenhuma regalia especial e só os de **bacharel formado** e de **doutor** habilitavam ao exercício de alguns importantes cargos do Estado, inclusive de lentes;" (quando da aprovação dos Estatutos da Congregação, com a lei de 7 de novembro de 1831, "quanto aos graus cientifi-

ços, para cuja colação havia formulas especiais de juramento, é de notar que já se fazia distinção entre as de bacharel e de bacharel formado; o ministro do Império, José Lino Coutinho, por aviso de 23 de julho de 1831, resolvera interpretando a lei de 11 de agosto de 1827, que os graos se limitavam aos de bacharel formado e de doutor”;

Os estudantes reprovados duas vezes estavam impedidos de continuar o curso;

A dois estudantes de cada ano que, pela frequência, lições, dissertações e atos, mostrassem ter maior merecimento, seriam concedidos prêmios de Cr\$ 50,00 cada um;

Os professores — a quem os estatutos recomendavam que fossem breves e claros nas suas exposições, não ostentando erudição por vaidade, mas aproveitando o tempo com lições uteis e esforçando-se por explanar toda a matéria dos compêndos — podiam passar de umas para outras cadeiras si se reputassem mais aptos para regê-las e isso conviesse ao ensino;

A nomeação de lentes independia de concurso;

A congregação de todos os lentes tinha atribuições definidas e podia também reunir-se sempre sob a presidência do diretor e, em sua falta, do lente mais graduado, todas as vezes que o diretor julgasse necessário;

A administração do curso sabia a um diretor de livre nomeação do governo, havendo, para boa ordem dos serviços os seguintes funcionários a ela subordinados: um secretário, um oficial, dois continuos, um porteiro e os guardas que fossem precisos” (obr. citadas pags. 437 e 438)

Agora, a titulo de curiosidade, citaremos na integra o art. 1.º da lei de 11 de agosto de 1827, com a discriminação de todas as matérias que compunham o primeiro programa do curso juridico, do Brasil:

“Criar-se-ão dois cursos de ciências juridicas e sociais, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda, e neles, no espaço de cinco anos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

#### 1.º ano:

1.ª cadeira: direito natural, análise da Constituição do Império, direito das gentes e diplomacia.

#### 2.º ano:

1.ª cadeira: continuação das matérias do ano anterior.

2.ª cadeira: direito público eclesiastico.

#### 3.º ano:

1.ª cadeira: direito pátrio civil.

2.ª cadeira: direito pátrio criminal, com a teoria do processo criminal.

#### 4.ª ano:

1.ª cadeira: continuação do direito pátrio civil.

2.ª cadeira: direito mercantil e marítimo.

#### 5.º ano:

1.ª cadeira: economia política.

2.ª cadeira: teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império.” (Tavares de Lira, obr. cit. pags. 434/5).

Instalados os cursos, foram nomeados os seus diretores e lentes.

S. Paulo — José Arouche de Toledo, paulista, nasceu aos 14 de março de 1756. Formou-se em leis na Universidade de Coimbra, a 3 de julho de 1779 e advogou no Brasil, tendo sido também magistrado. Conseguiu ingressar no Exército, por ser capitão de milícias e chegou ao posto de tenente-general. Foi deputado à Constituinte de 1823 e à Assembleia Geral, de 1826 a 1829, Publicou vários trabalhos. Faleceu a 26 de junho de 1834.

Olinda — Lourenço José Ribeiro, mineiro, de S. João D’El-Rei nasceu em 1796. Graduado em direito, pela Universidade de Coimbra, em 1823, advogou no Rio de Janeiro. Tomou posse do cargo de diretor do curso de Olinda, em 28 de abril de 1828, prestando o respectivo juramento nas mãos do presidente da província, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. (permaneceu nesse posto interinamente até 13 de janeiro de 1834, quando assumiu o diretor efetivo Pedro de Araujo Lima, depois Marquês de Olinda e que havia sido nomeado desde 1828). O dr. Lourenço Ribeiro foi deputado geral pela sua terra natal de 1838 a 1841. Publicou uma História Universal e a Análise da Constituição do Império. Faleceu no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1865.

No ano de sua instalação, em 1828 o Curso Jurídico de Olinda, contou com 37 alunos matriculados. Em 1832 formou-se a primeira turma de bachareis, num total de 24, inclusive alguns sacerdotes. O primeiro a receber o prao de bacharel foi **Antônio Batista Gitirana**, que seguiu a cadeia da magistratura. Morreu como membro aposentado do Thibunal da Relação do Recife. Na turma de Olinda dentre os que naquele ano da 1832, receberam o grao de **bachareis formados**, achavam-se dois nomes, que o futuro designaria como as duas grandes expressões de seu tempo, no cenário político nacional: **Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara** e **Joaquim Nunes Machado**. O primeiro, sublimando os sólidos conhecimentos que recebera numa das salas do secular Mosteiro de São Bento, tornou-se o arauto da liberdade, em favor dos que um destino cruel levava a um padecimento perene, enquanto jaziam acorrentados no fundo das senzalas. Foi o grande abolicionista da Lei da Extinção do Tráfico e é hoje uma das grandes tradições da Faculdade de Direito do Recife. **Nunes Machado** foi o insigne político de Goiana e um dos mártires da liberdade no Brasil. Sempre em luta contra os desmandos do poder, tombou, mortalmente ferido, em combate contra as tropas imperiais, proximo ao local onde hoje se ergue a Igreja da Soledade. Morreu nesse dia, 2 de fevereiro de 1849. Em 1898, o povo pernambucano, numa justa homenagem ao seu grande filho, fez inaugurar no referido local, uma placa comemorativa.

A Instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil, foi, sem dúvida, um grande acontecimento para a vida intelectual do país. S. Paulo e Olinda foram os núcleos formadores da mentalidade brasileira, na Ciência do Direito. Depois outras escolas se fundaram, “e assim, num rodar continuo, as turmas quinquenais se vêm sucedendo ininterruptamente, e, todos os anos, novos legionários do Direito conquistam as ambicionadas esporas de cavaleiros e se infiltram no interior do Brasil, levando aos mais longinquos rincões, onde quer que haja uma comarca ou um termo judiciário, o evangelho sagrado da justiça, como juiz, promotor ou advogado.” (**Marcílio Tei-**

**xeira de Lacerda** obr. cit., pag. 265).

Segundo observa ainda, o dr. **Marcílio Teixeira**, esses dois estabelecimentos oficiais, durante mais de seis décadas, “tiveram o monopólio exclusivo de conferir o título que faculta o ingresso nos templos respeitáveis de Themis.” **Tavares de Lira**, é de opinião de que “até 1906, receberam, o grao de bacharel em S. Paulo e em Pernambuco (até 1854, em Olinda, e, desse ano em deante, em Recife) 8.869 acadêmicos, sendo 3.490 em S. Paulo e 5.379 em Pernambuco. Hoje esse número deve exceder de 10.000, subindo a muitas centenas os moços de talento e de valor, que, constituindo notáveis expoentes das gerações de que foram contemporâneos, aparelharam o seu espirito nessas duas Faculdades de Direito para os ásperos combates da vida pública, na qual se fizeram honra e gloria do magistério, do fôro, da magistratura, da política, do parlamento, do governo, da administração, da diplomacia e das letras em nosso país, que já possui, desde muito e graças a sua capacidade, ao seu esfoço e ao seu trabalho, uma rica e opulentissima literatura juridica” (obr. cit. pag. 462).

Ai estão, em rápidas pinceladas, algumas impressões desse quadro magnifico que é a criação dos cursos jurídicos no Brasil. Limitámo-nos a fazer um pequeno trabalho de estudante para estudante, principalmente para os que — sem a pretensão dos pomposos artigos doutrinários, eivados de conhecimentos filosóficos — dedicam-se, no campo das pesquisas, aos estudos de nossa formação sócio-política, deduzindo, dos seus ensinamentos, qual o caminho a seguir — do caldeamento de três raças, onde tudo predomina, menos o espirito de iniciativa — para atingirmos o ponto a que devemos chegar, para conquistarmos o lugar que nos compete, em face das nossas obrigações, dentro da comunidade das nações do Novo Mundo.

Devemos trabalhar por uma posição de destaque no campo econômico, nas artes, nas letras, nas ciências. Assim seremos fortes; sendo fortes, manteremos a paz; na paz progrediremos e no progresso, nada mais faremos do que cumprir — como nação livre — a determinação dos nossos destinos.



*Caminha. Pede um pouso e, de repente  
sente*

*Alguem que lhe abre o seio apaixonado.  
Es tú que as velas rôtas reunindo,  
rindo,  
Afagas teu veleiro desgraçado !*

*Portanto, outras mulheres não desejo.*

*Beijo,  
Afago de ninguem — que o mundo é morto.  
Meu coração-veleiro achou-te um dia,  
fria,  
E da tuálma descansou no porto !*



# SOCIOLOGIA DA GREVE

PESSOA DE MORAIS

(Ao mestre e amigo Pinto Ferreira)

Na formação dos fenômenos sociológicos, as condições econômicas têm a sua grande e poderosa influência. A proporção mesmo que se vai mudando o tipo de economia, vão aparecendo também outras modalidades sociais, que correspondem à nova estrutura da sociedade em apreço. Nessa mudança, convém sobretudo exaltar a força decisiva das interações sociais, produzidas pelas novas condições de trabalho, que fizeram surgir uma paisagem completamente típica na chamada sociedade capitalista.

Desse modo, se explica o aparecimento de fenômenos antes completamente desconhecidos, pelo menos nos seus aspectos atuais. A fábrica, reuniu uma multidão sempre crescente de proletários numa área relativamente pequena, e esse fato, aliado a outros, como o grau de cultura e a consciência de classe, teve uma notável repercussão social como mostraremos nesse ligeiro ensaio. É fácil compreender, que essa interação mútua dos trabalhadores, produziu naturalmente uma nova modalidade de comportamento em cada indivíduo em particular. É a força poderosa do social, assinalada sobretudo pela corrente de sociologismo, que apesar de certos exageros de interpretação, teve o grande mérito de assinalar essa grande verdade científica: a atuação das condições sociais sobre o comportamento individual. O grande sociólogo francês, E. Durkheim no seu livro "Les formes élémentaires de la vie religieuse", assinala com grande maestria essa influência afirmando: "Il y a des circonstances où cette action réconfortante et vivifiante de la société est particulièrement manifeste. Au sein d'une

assemblée qu'échauffe une passion commune, nous devenons susceptibles de sentiments et d'actes d'ont nous sommes incapables, quand nous sommes réduits à nous seules forces; et quando l'assemblée est dissoute, quand, nous retrouvant seul avec nous même nous retombons a notre niveau ordinaire, nous pouvons mesurer alors toute la hauteur dont nous avions été soulevé au-dessus de nous-même". (1)

Na verdade, até o pensamento de cada indivíduo, vai experimentando a ação das idéias contrárias, havendo um ambiente propício à discussão, e consequentemente à formação de novas idéias. Além disso, a tensão social, provoca uma efervescência de sentimentos e de atitudes, que não se verificaria da parte de cada um se os indivíduos estivessem isolados.

Cada operário, sente-se como que mais forte pela presença dos seus companheiros. A união provoca no seio de cada indivíduo, uma repercussão positiva de poder, muito maior do que eles poderiam dispor isoladamente. Essa sensação psicológica de poder, é como veremos, o elemento ativo do fenômeno sociológico da greve.

Outra consequência, é que a reunião de operários, faz com que as decisões gerais resultem de um processo diferente de estruturação da vontade, de modo que a opinião de cada um, não vale mais por si isoladamente. É necessário que haja uma integração de vontades, produzindo-se no processo final um querer como entidade autônoma, que será a decisão da massa proletária. Isso nos le-

vará logicamente a conclusões muito interessantes. Assim, é que, nos trabalhos que não reúnem um bom número de operários, pode acontecer que eles tenham a indole passiva e se sujeitem mesmo a injustiça sem um sentimento apre- ciável de reação. Nesse caso, não poderia haver nenhuma probabilidade de greve. Ao contrário, nos trabalhos das fá- bricas, onde se reúne um grande número de trabalhadores, há sempre os espíritos ativos e insubmissos, que concitam de qualquer modo os seus companheiros à revolta.

Essa concepção, parece de acôrdo com o pensamento dos mais eminentes soció- logos modernos que se dedicaram ao es- tudo do poder como Timasheff (2), So- rokin (3), Vierkandt, Bertrand Russell (4), e entre nós, essa grande figura da sociologia científica que é o professor Pinto Ferreira (5). Há, com efeito, na sociedade, elementos ativos e passivos, que possuem o instinto do mando ou da subordinação. N. S. Timasheff, no seu livro "An Introduction to the sociology of law", assim se expressa: "A social group in which the power phenomenon appears, is a polarized group consisting of two correlated elements: The active (dominators) and the passive (subje- cts). Its twofold charater is clearly ex- pressed by term dominance — submissi- son". E' verdade, que os operários entre si não formam um sistema concreto de poder, no qual apareçam distintamente o núcleo ativo e a periferia passiva; isto é, a parte dominadora e a parte domina- da como duas camadas visivelmente es- tratificadas. No entanto, já há como que um núcleo embrionário para a formação desse fenômeno. A estratificação, é ape- nas uma fase posterior em que o poder nos aparece especificamente sob a sua forma já definitiva. Antes porém, na fa- se inicial do processo, são influências de ordem psicológica o que se pode obser- var. Ora, são essas características, que se encontram justamente no fenômeno da greve. O processo da estruturação da von- tade proletária, é mesmo a fase inicial de um processo de poder.

Com efeito, um operário, ou alguns operários, propõem aos seus companhei- ros uma medida para a reivindicação dos- da como duas camadas visivelmente es- tabelecido, é que surge a decisão da massa proletária. Verifica-se desse modo, um processo de combinação de vontades, do qual se estabelece uma decisão final que é a vontade dominante. A parte do- minadora, será pois a opinião da maio-

ria, ou dos indivíduos mais influentes, e a parte dominada será representada por aqueles indivíduos cuja vontade não se faz valer, devido ao seu menor número ou a sua força psicológica menos atuante. Desse modo, todo processo do querer coletivo, se apoia sempre num processo de poder, que pressupõe indivíduos do- tados do instinto do mando ou da obe- diência, ou como se crê vulgarmente, de indivíduos influentes e ativos, e de ou- tros que acatam apenas as decisões des- ses ultimos. É por isso, que em toda as- sembléia, em toda reunião, há sempre a preponderância da vontade dos mais ati- vos, que fazem muitas vezes as suas idéias se transformem no pensamento e idéias da comunidade. (6)

Entretanto, é preciso considerar, que essa opinião coletiva, pressupõe antes de tudo uma consciência de classe, e um certo nível de adiantamento cultural, que por sua vez, não é senão uma consequên- cia da primeira condição acima referi- da.

É por essa razão, que é justamente nos países mais adiantados, onde os operá- rios já possuem um certo nível cultural que as greves se verificam de modo tão definido e tão frequentemente. Tal é o caso dos Estados Unidos por exemplo.

A essa altura do nosso trabalho, con- vém, pesquisarmos em que se funda- menta essa atitude de revolta que che- ga a reunir um número considerável de operários que ameaçam o patrão de pa- ralizar muitas vezes toda a empresa. Ainda aqui, verificamos que essa atitude, é baseada numa espécie de auto-consci- ência de poder, isto é os operários ficam convencidos de que são indispensáveis, e que se forem todos dispensados a em- preza não mais poderá proseguir.(7) Esse fato, é uma consequência das condições próprias da economia capitalista que trouxe as grandes aglomerações de ope- rários. Resulta pois, em ultima análise, ainda da inter-ação social de que trata- mos no início desse ensaio. Como sabe- mos a presença de um numero avulta- do de companheiros, comunica a cada um em particular uma sensação efeti- va de poder. Realmente, no caso de um, ou apenas alguns operários que se revol- tassem, o empregador poderia dispensa- los sem que isso afetasse fundamen- talmente os seus bens. Mas, que prejuizo extraordinário, não resultaria se todos os operários de uma fábrica moderna resol- vessem abandona-la definitivamente? Si- gnifica isso a paralização de toda pro- dução e não há capitalista que a queira

ou suporte. Os operários, conscientes de seu poder, abandonam a empresa e exigem certas condições aos empregadores. É esse também, o pensamento do eminente economista francês Fallon, nos seus "Principes d'Economie Social", (8); Les travailleurs, ayant conscience d'être indispensables à la marche de l'entreprise, lui retirent leur concours." Da mesma maneira, John W. Mc. Connel, dá a seguinte definição de greve, que nos deixa entrever a mesma idéia. (9)—"An employee relationship in which the employees as a group refuse to work until certain conditions of employment are

granted by the employer." Na verdade, os operários exercem sobre o patrão, uma pressão de ordem psicológica e só voltam ao serviço quando certas condições são garantidas por êle.

A greve, é portanto uma atitude de insatisfação dos trabalhadores pelas condições atuais de trabalho, que se valendo desse poder conferido pela interação social, abandonam coletivamente a empresa para obter do patrão os seus pretendidos direitos. Surgiu pois, como um fenômeno resultante das novas condições de trabalho trazidas pela economia capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

(1) Émile Durkheim, "Les formes élémentaires de la vie religieuse", Paris 1937. pg. 295-330.

(2) N. S. Timasheff, "An Introduction to the sociology of law", Cambridge, 1939, Rassim.

(3) Sorokin, "Social Mobility", New York and London, 1927 pg. II e s.

(4) Bertrand Russel, "Power a new social analysis", Nortom, 1938 pg. 12-24 e 35 e s.

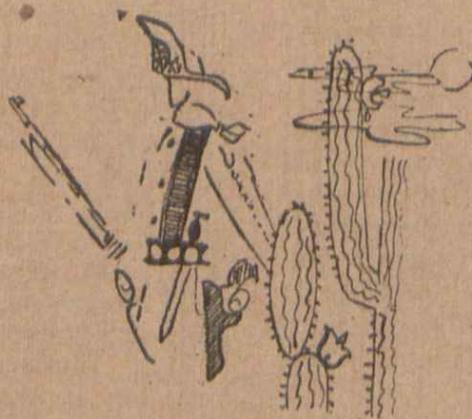
(5) Pinto Ferreira, "Da Soberania", 1934 p. 143.

(6) Max Weber, "Economia y Sociedad", Mexico, 1944, 4 e 9 s.

(7) Valère Fallon, "Principes d'Economie social", Namur, 1935, p. 289.

(8) Valère Fallon, "Principes d'Economie social", Namur, 1935, p. 289.

(9) John W. Mc. Connel, "Dictionary of Sociology", New York, 1944 p. 309 e s.



POEMA DA NECESSIDADE  
IMPRESINDÍVEL

GUERRA DE HOLANDA

*Tu sabes, Senhor, que eu sou humilde em meus desejos  
E satisfeito com a herança que me destinaste !  
Que eu nunca te pedi além do que me quizeste dar  
Nem o pão de cada dia, eu te pedi. Senhor !  
Nem a água da fonte, nem o fruto da arvore,  
Nem a libertação dos meus sofrimentos eu te pedi, Senhor !  
Mas hoje eu quero, Senhor, que me dês Sonia,  
A prostituta Sonia,  
Que não quer mais pecar.  
Não quer mais pecar !*

# O SENTIDO DA UNIVERSIDADE

GILBERTO DE MACÊDO

A Universidade representa um dos acontecimentos mais importantes na vida de uma geração, principalmente quando é uma geração como a nossa. Geração sacrificada pelo egoísmo e pelas mistificações de uma política patológica, meio de que se têm servido os falsos condutores do povo, para torturar e trair esse mesmo povo. Somos, em verdade, uma geração sacrificada. Mas uma geração que não se deixou e nem se deixará vencer. Uma geração que lutará sempre pelos direitos humanos, como lutou há pouco, quando os ditadores tentaram anular aquilo que constitui a maior característica humana: a personalidade, através da qual se manifesta o direito de pensar e de viver livremente, de acordo com os princípios democráticos. Porque, como disse Baldwin: "Nenhum de nós é bastante sábio ou bastante bom para ser um ditador" ("None of us is enough wise or enough good to be a dictator").

A Universidade é um marco fundamental na evolução da vida, no qual o presente é a continuação do passado, estendendo-se por sua vez ao futuro, sem solução de continuidade; no qual o presente recebe os frutos do passado, transformando-os e enriquecendo-os como dádiva para o futuro. Portanto, evolução e progresso.

A Universidade tem um lema: fraternidade. Cooperação e compreensão sem limites irremovíveis entre classes sociais, raças ou caracteres culturais. É da própria natureza da Universidade esse espírito de compreensão da vida humana, através do qual se une toda uma geração

para a realização de um ideal. Um ideal que transcende à pessoa, ao grupo, à região. Um ideal universal: o respeito à dignidade humana, expresso nos direitos do homem.

A Universidade facilita a cooperação. Nela os estudantes de direito, de engenharia, de medicina, de agronomia e de filosofia, tratarão entre si problemas e necessidades, comuns a todos. Nela os diferentes especialistas tratarão os mesmos problemas, com os métodos e técnicas próprios de cada grupo e, disso resultará mais precisão, mais profundidade, no conhecimento da natureza dos problemas tratados, revelados por esses resultados parciais. Resultados que serão, depois, assimilados em uma síntese superior, tentativa para o estabelecimento da unidade científica e filosófica. Nela os estudantes estarão mais fortes para lutar em prol da cultura e da democracia, tão odiadas pelos matadores de estudantes, mártires que pagaram com o seu sangue o desejo de realizar um ideal humano e digno. Nela os estudantes estarão mais unidos, contínuos, dentro da geração. E nela aumentarão, também, as responsabilidades dessa geração.

Benda convida: "La nouvelle génération peut, au nom de la raison, porter la guerre dans tous les camps et, si elle mène cette guerre, non pas, comme il arrive fréquemment chez les jeunes, avec le désir infantin de faire la nique aux vieux, mais avec des arguments, une doctrine définie, une ferme adhésion à soi-même, elle a des fortes chances d'en sortir victorieuse". Nunca contra os velhos, mas

contra os máus princípios dos máus velhos. Benda fala alto, pedindo que não se recebam as resoluções e os princípios como um "ato de fé", mas que os observemos e os critiquemos "au nom des principes éternels", e lhes peçamos conta de seus decretos. E' a grande responsabilidade de geração.

x x x

Na Universidade devemos considerar, primeiro, os problemas regionais, sem que isso implique descaso ou antinomia aos problemas universais, mas sendo antes uma preparação para generalizações futuras, uma preliminar cujos resultados serão posteriormente aplicados aos problemas mais ou menos semelhantes de outras regiões geográficas e de outros grupos sociais. Aplicações que, naturalmente, sofrerão variações — verdadeiras adaptações — de acôrdo com as condições ecológicas, sociais e psicológicas de cada região, de cada grupo. Problemas regionais que, por sua vez, receberão — adaptando também as suas condições — os resultados do problemas de outras regiões, os resultados já considerados universais. Desse modo: interação entre regionalismo e universalismo, da qual resultará a síntese concordante. Pois os problemas são do homem total e da humanidade inteira. O regionalismo não deve perder a sua "personalidade" dentro do universalismo, mas ser como uma parte dentro do organismo. Uma parte cujas propriedades não poderão deixar de ser influenciadas pelo todo e, por sua vez, também não deixarão de influir na propriedade global do todo, através de suas manifestações. Portanto a Universidade deve ter um sentido regional e universal ao mesmo tempo.

Nossos problemas regionais, são, por assim dizer, problemas de sobrevivência. E' suficiente a observação do problema alimentar até hoje insolúvel, para que se perceba a situação dolorosa em que se encontra o homem brasileiro. Sofremos há anos uma fome crônica. O problema da alimentação já tão estudado, mas tão pouco ou quasi nada concretizadas as conclusões resultantes de tais estudos, é o mais grave e, por isso mesmo, o de mais urgente solução. Sendo um problema complexo que exige para a sua

resolução a cooperação de sociólogos, de médicos, de agrônomos e de engenheiros, na Universidade o trabalho de "equipe" poderá dar os melhores resultados.

"Equipes" constituídas de estudantes de todas as escolas, sob a orientação de professores também de todas as escolas.

E usando o método científico. Não é problema insolúvel. A Grã Bretanha, durante a guerra, como todas as restrições bélicas, teve o seu nível alimentar fisiologicamente aumentado e, por conseguinte, uma melhoria das condições de saúde da população em geral, segundo as afirmações do Prof. Charles Cavalede em recente conferência na Universidade de Havana. Enquanto, no Brasil, o que houve foi o contrário. Não por falta de cientistas ou técnicos. Mas, devido ao que Langevim declarou em sua conferência na Sorbonne: a falta de aplicação dos métodos científicos na resolução dos problemas humanos. Pois nossos cientistas e nossos técnicos, contra todas as dificuldades, têm mostrado o caminho a seguir. Mas não tem havido o necessário aproveitamento desses valores. E' bem verdade que existe o Instituto de Nutrição, dirigido por eminente mestre. Mas o que é real, é que essa instituição não tem recebido o auxílio necessário, pois se isto tivesse havido, não teríamos o quadro trágico e irritante. Gilberto Freyre — o mestre da nossa geração — já disse tudo ao afirmar que o problema da alimentação é antes social do que médico.

Nosso maior interesse pelos problemas regionais, como o da alimentação, provém do conhecimento de que as normas dietéticas variam de acôrdo com a região e, desse modo, não devemos esperar somente pelos resultados provenientes, principalmente, do estrangeiro. Os caracteres geográficos, sociais, econômicos, psicológicos, dos grupos étnicos, devem ser levados em consideração no estabelecimento das aplicações dietéticas. Sobre o particular, as declarações de Madame Randoin são bastantes lúcidas: "Parece que em determinado clima e em um certo terreno, correspondem diversos produtos alimentares especialmente bem adaptados ao organismo dos individuos que vivem sobre esse terreno. Constituiria um grande erro mudar, em uma dada região, o regime tradicional. Este não pode ser modificado sinão ligeiramente e com o fim de impulsionar, pouco a pou-

co, para um equilíbrio nutritivo mais satisfatório." Este é apenas um dos problemas.

A Universidade é um organismo científico, filosófico e artístico. Nela o trabalho de laboratório ou outro que, à primeira vista, pareça restrito e limitado a si mesmo, é dirigido para o social, para os problemas humanos, porque, como dizia Charmot "l'acquisition pure de la science est une préoccupation égoïste".

Nela haverá a harmonia entre a ciência e a sociedade entre a ciência e a religião, entre a ciência e a vida. O clima universitário é o do humanismo científico e filosófico. Ciência, arte e filosofia — objetivos da geração, produtos do espírito criador do homem. Para o bem-estar social e desenvolvimento cultural da humanidade.

O sentido da Universidade é regional e universal, socialista e humano.



# INQUIETAÇÃO

DUARTE NETO

*Tenho no cérebro um tumulto.*

*Rítmo de desejos imprevisíveis.*

*Impetos de viagens maravilhosas nos navios de Conrad...*

*Quero rever as mulheres que amei,*

*A Virgem loura que me beijou e sumiu-se na pensão.*

*Fantasia ! Doce Fantasia !*

*Como Robison Crusoe, perdi-me na multidão.*

*Distingo silêncio e calma mas não os ouço;*

*E é sempre esse infernal barulho de motores*

*Inquietando a minha alma ingênua,*

*A minha triste alma ingênua...*

# DISCURSO DE FORMATURA

*PAULO FREDERICO MACIEL*

Encerra-se, neste momento, o ciclo acadêmico de mais uma turma de estudantes, que deixa marcas de sua atuação, confundidas entre as muitas atividades que foram a vida desta Escola, nestes últimos anos. Por uma coincidência singular, as circunstâncias internacionais e nacionais, que constituíram o ambiente em que nós, concluintes, caminhamos como acadêmicos, puseram a prova mais que em nenhum instante os sentimentos que, na cultura do Direito, são mais exigentes que no ordinário da vida humana. Vivemos numa época em que as vitórias bélicas iniciais do nazi-nopó-fascismo ameaçaram atabafar as ciências jurídicas aos quadros de uma ética apodrecida e poucos eram os que podiam acreditar no seu ressurgimento, num clima propício a sua vitalidade. Afinal, o êxito armado das potências aliadas abriu u'a marcha triunfal para as instituições juridico-sociais, que ainda acreditamos venham a reestruturar-se sôbre a base complexa da liberdade e da justiça social. As insídias, que pesam sôbre seus passos iniciais, já comprometem muitas das suas possibilidades, mas não é desprezível confiar, baseado, sobretudo, no lastro de experiência que a nossa geração adquiriu até estes dias, contudo, mais auspiciosos e encarregados de esperança. Restituimos a sua posição os valores fundamentais da nossa vida sob o fundamento de nossa condição pessoal e livre. Restabelecemos o culto de nossa dignidade, embora baseados unicamente nas asserções do senso comum. Este patrimônio de conquistas ainda mal estabelecidas será suficiente se procurarmos elaborar, para nós mesmos e para nosso trabalho social, a conceituação de seus valores componentes através da agitação ideológica contemporânea.

Nós, bacharelados, que participamos intensa e por vêzes diretamente, da peleja e que nos angustiamos ante a expectativa do seu desfecho, devemos agora, antes do compromisso solene da imposição da borla e do juramento, reafirmar, dispondo-as num arcabouço, a sùmula de idéias, motivo de apreensões passadas e estímulo para novos roteiros.

Serei eu, escolhido vosso arauto para esta cerimônia, que terei de justificar o nosso acervo de ideais e sentimentos, procurando despertar em tórno da minha perspectiva outras, mesmo discordantes, mas que só poderão avivar, através do

---

É com especial satisfação que ESTUDANTES publica o presente trabalho, obra de reflexão e cultura que retrata lisonjeiramente o valor intelectual da geração nova. Lido em 12 de dezembro de 1946 na Faculdade de Direito do Recife, por ocasião da formatura da turma de bachareis daquele ano, somente agora obtém maior divulgação, vencida enfim a modestia do autor, dos mais promissores expoentes da cultura moça do Brasil.

debate íntimo que provoquem, uma revisão ou um fortalecimento de convicções, se na verdade estas forem sinceras. Será uma reflexão representativa de uma totalidade, não doutrinariamente, mas enquanto pretende estimular definições, que representem na relevância de seus aspectos, a vocação para a atividade que abraçaremos, sem a qual essa reunião adquiriria uma tonalidade perfunctória e formal.

A nossa atuação nesta casa, de caráter revisor e eminentemente político, desenvolveu-se ao redor de uma terminologia fundamental: pessoa, sociedade, governo, enfim, política, justificada pela tentativa de compreensão dos acontecimentos e de síntese para futuras atuações. Esta base teórica para as atividades, este centro intelectual estimulante de atitudes, não resultou de uma elaboração racional, condicionada à observação e à experiência, mas de simples noções do sentido comum: Jouffroy escreve, "todo mundo entende por sentido comum um certo mínimo de princípios, de noções evidentes por si mesmas donde todos os homens tomam os motivos de seu juízo e as regras de sua conduta. O que não é suficientemente conhecido, porém, é o fato de que estes princípios são muito simplesmente, soluções positivas de todos os grandes problemas que a filosofia debate e constituem uma filosofia anterior à propriamente dita, visto que se encontra espontaneamente no fundo de todas as consciências, independente de toda aquisição científica." O que é preciso é trabalhar reflexivamente estas soluções, é buscar a precisão conceitual. Reclama coragem para empreendê-la. A verdade é um fardo para muitos, que a carregam com má vontade. Há um orgulho fictício, que encontra um sinal de vida no incessante vjr a ser e na inconsistência com que o aparente se apresenta a todos nós. Há uma falsa liberdade que se compraz na pesquisa do verdadeiro, antes que em encontrá-lo.

Para nós, além desta posição metódica, a nossa formação em muita parte auto-didata arrasta comumente a um estado de ânimo em que se pergunta menos para saber que para escutar o éco da própria voz.

Na elaboração desta mensagem contamos entretanto, com a coincidência feliz de aceitar um sistema que justifica aquelas soluções rudimentares, que se une ao senso comum passando das definições nominais ou correntes às definições reais, que estavam implicitamente contidas naquelas; que depois de compreender, agrupa, coordena e subordina aquelas informações primeiras em torno da idéia de ser, que se apresenta como fundamento de u'a metafísica, a mais natural para a inteligência humana.

Atendendo ao caráter da solenidade, esquematizaremos a dissertação, sem deixar de preparar as afirmativas essenciais, segundo uma técnica de desenvolvimento das noções e dos esclarecimentos úteis ao raciocínio. Iniciaremos porisso uma série de distinções na ordem especulativa, alicerçando os conceitos necessários ao tratamento do núcleo da explanação e logo após serão apresentadas rapidamente noções distintas, sem as quais não centralizariamos na ordem prática aquela realidade que aparecerá como seu sujeito.

## ORDEM ESPECULATIVA

Especulação é procura da verdade. É conhecimento. É busca de uma realidade objetiva por outra subjetiva.

Este processo da natureza humana desenvolve-se numa gradação variada, que apresentaremos, assimilando as conquistas decisivas de vários sistemas e eliminando as disposições infundadas.

A ciência — modernamente desembaraçada das pretensões de alcançar a essência do real, é um conhecimento particular. Os enunciados científicos não dizem sobre a natureza das coisas, mas sim, sobre as conexões entre os símbolos, que nossos sentidos e instrumentos permitem elaborar em relação às mesmas. Desliga-se, pois, modernamente, da noção de ser, buscando não mais a qualidade em si, mas a sua ação.

Assim, separam-se claramente dois sectores, na análise do real observável: o empírico-científico e o ontológico-filosófico-natural. É justo salientar, neste discernimento, o esforço de elaboração de muitos estudiosos da teoria científica, em especial, os do ciclo de Viena, perturbados no entanto por um duplo erro à que

têm sido conduzidos: afirmar sem base experimental que só têm sentido os juízos fundados na experiência e não reconhecer a referência indireta a um núcleo ontológico em tais experiências, quando na verdade elas traduzem a ação de fenômenos, de aparências, que são qualidades do ser.

A filosofia natural — tem por objeto o ser, segundo as condições que o afetam nesse universo de indigência e divisão, que é o universo material.

Este tipo de conhecimento respeita a experiência sensual. Esta traz-lhe um conteúdo obscuro, que o filósofo penetra racionalmente para mais perfeita inteligibilidade de um objeto do saber.

Os requisitos aos quais atende a filosofia natural, resumem-se em: mutabilidade e um ontológico de análise e conceituação.

A metafísica — é o último grau do conhecimento. O seu objeto é o ser enquanto ser ou o mistério próprio do ser, alcançado em seu caráter transcendental e em seu valor analógico.

A inteligência que conhece e julga de si mesma, que conhece e julga da ciência, que regula as informações do sentido, abrange na metafísica, num lance supremo, a realidade em toda a sua profundidade. Essa afirmação afasta duas soluções igualmente errôneas que ainda têm voga na teoria do conhecimento. De um lado o angelismo de um Platão e de um Descartes, negando a base sensível da operação cognoscitiva. Doutra parte a solução de Kant, Comte condicionando nossa inteligência a uma função simplesmente unificadora.

A metafísica apresenta-se como término de uma graduação. Com base no sensível encontramos o inteligível; sobre este, por analogia, o transcendental, inegável, não apenas na linguagem quotidiana, mas, sobretudo, nas afirmações sobre a realidade das coisas.

Também não são aceitáveis, conforme este discernimento, duas soluções contraditórias que se encontram neste sector: a corrente de Viena e a orientação marxista. A primeira não admite, contra a experiência em que se baseia, a revelação na gênese de todo conhecimento de uma direção intelectual até o ser e vai mais longe, aceita o conhecimento supra racional, sem consentir no plenamente racional; o último sistema envolve triplíce contradição; incluindo uma afirmação metafísica na redução de todas as coisas ao dominável, ao material; discutindo uma temática que lhe é imprópria, qual a da natureza das coisas e dos homens; enfim, assumindo na consideração da possibilidade de uma dominação total da natureza, numa sociedade sem classes, uma adesão a um ideal, uma atitude de crença por ele mesmo negada.

Quanto à experiência metafísica, o processo é o intuitivo, de natureza intelectual, realizado num alto grau de emotividade e condicionado pela pureza da inteligência, sobre todos os recursos e métodos técnicos e científicos. Para esta intuição são variadas as vias preparatórias: a duração bergsoniana, a angustia, a fidelidade, doutra parte a análise racional. Todos estes são caminhos reduzidos. Transparem o ser, predispoem a inteligência a alcançá-lo, preparam a visualização abstrativa, a penetração imediata do intelecto. Graças a esta propedêutica e ao estímulo intelectual proporcionado ao objeto, os que têm vocação metafísica alcançam o ser em toda a plenitude.

Concluimos, assim, que a ordem especulativa é a ordem do ser. Descendo do ser em si, do transcendente, da metafísica, ao ser inteligível sob condição sensível da filosofia-natural, ao ser simples suposto de fenômenos observáveis e mensuráveis da ciência experimental. A marcha do intelecto satisfaz, deste modo, através da variedade de penetrações o que o sentido comum assinalava, uma realidade, como um quadro generalizado sob múltiplas formas e inspirando as mais diversas reações dos sentidos.

## ORDEM PRÁTICA

Consideramos os três planos da ordem especulativa. Estudamos os diversos aspectos pelos quais o homem busca a verdade. Passamos agora ao referente à utilização desta, objeto da ordem prática.

O homem conhece não para descansar na verdade, mas para aplicá-la, agindo ou fazendo. Enunciamos assim os dois domínios práticos: o do Agir e do Fazer.

Agir é exercitar nosso livre arbítrio em relação ao uso que fazemos da liberdade. A Prudência, virtude do entendimento prático, é o guia nesta região. Apro-

veita nossos esforços intelectuais, dirigindo-os segundo a vontade, medindo e aproximando o homem de sua finalidade. Sob esta direção, coloca-se o elemento humano como ser solitário e como ser comunitário, objeto da Moral e da Política.

O Fazer é a ação produtora em relação à coisa produzida. O seu domínio é o da arte, que se ordena a um fim particular, opondo-se à finalidade última, própria do Agir. Daí a definição, arte é a reta determinação das obras que se hão de fazer.

Esquematemizemos, agora, uma comparação dos dois sectores. A arte visa o bem do que é feito. A Prudência o bem do que faz. A arte aperfeiçoa a inteligência dando o poder de bem fazer. A Prudência, pressupondo a determinação pela vontade de seus fins, aperfeiçoa a inteligência, usando do poder de bem fazer. A arte como virtude intelectual condiz com a ciência. A Prudência é virtude do entendimento prático. Ambas, como domínio da realização do homem, aproximam-se como elementos de u'a mesma ordem.

## NOÇÃO DE PESSOA

Abordamos os problemas da ordem especulativa e da ordem prática para melhor preparação do nosso tema. Entretanto, o elemento fundamental já está assinalado indiretamente na explanação.

Quem conhece? Qual o sujeito da ordem especulativa? Quem age, quem faz? Qual o sujeito da ordem prática?

A pessoa humana, natureza racional determinada. A natureza — elemento comum; a terminação — elemento privativo; a racionalidade — elemento ontológico essencial, capaz de ser sujeito de semelhante independência e autarquia, efeito da determinação. Nesse característico especificador encontra-se a raiz de sua estabilidade e de seu domínio sobre as ações.

A inteligência conhece, domina o ser, percebe o fim, os elementos da ação, a relação destes ao fim. A vontade executa.

Porque conhece, atividade especulativa, é que o homem age, diligenciando uma finalidade individual ou coletiva, é que o homem faz, exercitando a sua vontade segundo as regras artísticas.

Estudemos agora a personalidade sob a triplíce visão da ordem especulativa, evitando, assim, erros que nascem da confusão de superfícies, ao observar esta entidade, bem como o raciocínio dos que pretendem afastar esta concepção, deslocando-a para a metafísica segundo eles fictícia, sem assinalar os fundamentos que a sustentam, na filosofia da natureza e na ciência.

Est foi a segunda intenção, que nos conduziu a explanar uma hierarquização do conhecimento sobre a que já foi sugerida, apresentar uma entidade — sujeito das várias atividades distribuídas e relacionadas — a pessoa.

## PERSONALIDADE PSICOLÓGICA

Sob este título preferimos admitir com a orientação de Quiles em obra sobre o assunto, o sistema psicológico, o conjunto de atos objeto da psicologia experimental. O sujeito referido ou a quem pode referir-se este sistema, ao qual chegamos por via racional, situa-se num plano psico-ontológico, dentro, aliás, da gradação do conhecimento, anteriormente proposta. Julgamos pois, sobre tal expressão, o eu psicológico, o conjunto de dados imediatos da consciência e apresentamos os requisitos gerais que o caracterizam, na opinião quase unânime dos autores.

Identidade individual e histórica — a percepção primeira é o da oposição eu — não eu. Seria impossível qualquer fato conciente sem a apreensão da individualidade própria de um ser independente, não só em cada momento, mas através da biografia.

Atividade conciente e sintética — o psiquismo é dinâmico. É uma sucessão clara de vivências, marcada pelo selo da unidade.

É, pois, o eu psicológico, eminentemente sintético e organizado, não se enquadrando nos conceitos de soma, agregado ou ajuntamento.

Percebemos sob a atividade consciente, um sujeito para o seu dinâmismo. Numa reflexão completa sobre nossa mente, encontramos-lo e podemos apontar suas peculiaridades. Aquêles aspectos, sob os quais se apresenta a série de atos psíquicos, fundam-se naqueles mesmos do elemento que os unifica. Típico dessa realidade subjetiva é a unidade: atual — pela simplicidade, histórica — pela continuidade, ativa — por ser a fonte de todos os atos, diretiva — por ser livre, conciente.

Vários teóricos negam essa realidade espiritual. Os do materialismo, fisiologismo, associacionismo estão superados no assunto, pois que suas afirmações não servem sequer a uma teoria do eu psicológico. As explicações atualistas defrontam-se na sua variedade, com o problema da unidade pessoal.

James recorre aos estados de consciência, identidades funcionais que conhecem o mesmo objeto de um mesmo modo. Diz ele, minha tese parte do suposto de que existe um primeiro estofo ou material no mundo, de que todas as coisas estão compostas e chamamo-la "experiência pura", então o conhecimento pode ser explicado por uma espécie particular de relação entre distintas porções da experiência inteira e esta mesma relação é também uma parte da pura experiência." Deixa-nos sem esclarecimento, acerca do princípio diretor de tais funções e de seu caráter conciente.

A concepção estruturalista abandona-nos no ponto de partida de seus argumentos. A totalidade de vivências, a estabilidade da estrutura, exigem um princípio organizador, uma base de sustentação que justamente se pretendeu negar contra os dados da experiência imediata.

Max Scheler no edifício de suas idéjas geniais deixa imensos vãos. O grande filósofo germânico construiu sua teoria e arrebatado entre seus detalhes, desprezou pontos que viriam infirmar sua construção. Aliás este arrojo construtivo, talvez seja o responsável pela falta de sistematização, marca de todas as suas elucubrações.

Afirma Scheler que a pessoa é o centro de espírito, o qual é distinto do psíquico. O impulso onipotente, basilar em sua antropologia, depois de realizar a psiquê transformase em espírito — atividade pura, realização de atos espirituais. Deixando de parte, certos alicerces da teoria fixemos os que interessam à explanação. Vemos então que a obra scheleriana apenas bosquejou a personalidade moral, apreesntando-a como entrecruzamento de atos, mas não satisfaz na região agora estudada, nem no terreno puramente experimental. Desatendeu por completo o dado imediato de uma realidade subjetiva idêntica no tempo. Afirmou sem comprovante a transição do orgânico para o inorgânico. Enfim e sobretudo, não convence na exposição do aparecimento do espírito que não é uma energia, mas manifestação energética inexplicável, surgida da psiquê através da atuação do impulso, em contradição com o princípio da razão suficiente, pois a psiquê, não sendo de ordem espiritual, não poderia realizar atividades superiores à sua maneira de ser.

Satisfaz-nos porisso, baseado em experiências interiores e exteriores e na negação das teorias explanadas, a conclusão de que há um substratum permanente, um princípio individual, ontologicamente independente, espiritual, donde procede a atividade psicológica.

### PERSONALIDADE METAFÍSICA

A unidade ontológica perfeita de ser é a pessoa metafísica. Aqui não se trata da singularidade, do um numérico, mas da "Hipostasis" numa nomenclatura tradicional, do indiviso em si e dividido de toda outra entidade. É uma natureza terminada, de especificação racional. Pessoa e natureza comparam-se a terminação de um "ser e ser terminado". A terminação é algo do ser, forma com este uma unidade, porém não é ele mesmo. "A linha compõe-se de partes integrantes, homogêneas e extensas; termina pelo ponto, no ponto e com o ponto que não é parte homogênea, nem extensa senão algo ajuntado à noção de linha."

Este conceito foi inicialmente estabelecido precisamente por Aristoteles que lhe atribuiu os seguintes requisitos essenciais: o mais propriamente ser, o mais pró-

priamente uno, o que mais existe em si mesmo, o mais propriamente sujeito. Tomaz de Aquino insiste na expressão "Hipostasis", como individualidade concreta, amerfeçoada no homem pela racionalidade. Aliás vale destacar o esforço elaborador nesta matéria dos santos e doutores da Igreja, interessados sobretudo nos dogmas trinitário e da Encarnação.

A pessoa é uma perfeição nos limites da natureza. É autônoma conhece os fins e elege os meios. É independente e age por si mesmo, livre da causalidade estranha. Em termos absolutos é imperfeita. Tem deficiências materiais e espirituais, nela chocam-se até falhas nas funções primordiais — conhecer e agir. Daí o seu movimento na história, como processo de complementação, de aperfeiçoamento.

## PERSONALIDADE MORAL

### — Individual e social —

Tendendo ao Absoluto que procura em todos os seus atos, vê-se a pessoa frente a uma dupla orientação. Pode caminhar para um ideal de perfeição da sua estrutura ou romper com as suas exigências fundamentais. Assim, sob um aspecto negativo ou positivo, temos a personalidade moral — realização da pessoa metafísica através de um programa de vida.

A inteicionalidade é um fato imediato e serve até como argumento teológico, uma vez que só o reconhecimento de uma realidade justifica a pretensão de alcança-la. Nesta situação, a pessoa exige, dada sua capacidade de assumi-los, atos sucessivos, que podem orientar-se para um ideal supremo, ou perder-se em flagrante quebra da hierarquia em bens secundários. Aqui está, nesta atualidade, a personalidade moralmente boa ou má. Numa redução do que dissemos nas entrelinhas, podemos apontar como característica da personalidade moral: um contínuo fazer-se e conseqüentemente devida a liberdade que está em sua base, um perigo constante que se aproxima segundo graus de um ideal residente no conhecimento e amor de uma personalidade Divina. Das deficiências de sua atuação individual para realização de seu enredó, advém — a personalidade moral social. Este é o elemento justificativo do social. E daqui nos deslocamos do uno para o coletivo no qual aquele se integra, considerando esquematicamente o problema que se segue.

## ESTRUTURA DO SOCIAL

Abordamos este assunto somente considerando os sistemas que admitem com a personalidade metafísica, a sociedade como ser exigido pela natureza humana, realizado a mercê da vontade racional, livre e virtuosa.

Uma dúvida ergue-se neste sector para a filosofia tradicional e diz respeito à base material da sociedade, o que influenciará numa coerente fixação das relações homem-social. Na verdade a confusão é mais de ordem terminológica, pois é patente a convergência de intenções.

Uma primeira solução, a tradicional, funda-se na oposição individuo-pessoa e estabelece a hierarquia: individuo para a sociedade, sociedade para pessoa.

A segunda, original e inovadora, dá à sociedade uma constituição personalista e resume sua fórmula em; o homem é relativamente para a sociedade, esta, absolutamente para o homem.

Há um erro, argumenta a corrente renovadora, de ordem metafísica, na primeira solução. Individuo é substância completa. No homem esta é racional. E se não há razão para a distinção estabelecida, individuo-pessoa, não há para a hierarquia formulada, a não ser que se negue a transcendência pessoal e ingressemos no totalitarismo. Tal conclusão, prossegue porque acarreta uma outra de ordem jurídica, pois: ou se equiparam as duas noções e o sujeito de direito será, certamente, o individuo racional, ou se opõem e, então, sendo sujeito de direitos o elemento racional, a matéria seria apenas passiva de obrigações e então incorreríamos numa concepção insatisfatória e absorvente.

Sem pormenorizarmos o que exigiria estudos especializados que não temos, não aceitamos a corrigenda. A pessoa humana tem sua fonte próxima, seu elemento diferencial, na racionalidade. Mas este fator não é, em verdade, componente da natureza, mas um acabamento semelhante "à linha terminal que recorta no espaço a silhueta de uma figura. "Aperfeiçoa o indivíduo informando-o totalmente. Por isto, é que a matéria, como condição de realização pessoal, deve ser também respeitada. O ajuntamento humano, o social, é superior ao indivíduo, mas atende-lhe, quando suas funções condicionam imediatamente a atividade pessoal. Do mesmo modo, é que a materialidade humana não é apenas passiva de obrigações, como parecia convencer o raciocínio antes apresentado.

A solução tradicional parece-nos mais justa: o indivíduo, base do social. A sociedade apresenta-se então como um meio ou fim intermediário. Facilita a realização dos valores materiais da vida e daqueles espirituais necessários à atuação do homem com título de cidadania. Respeita a aspiração de cada um no que fala dos valores materiais da vida e daqueles espirituais necessários à atuação do homem com título de cidadania. Respeita a aspiração de cada um no que fala dos valores supra-sociais, de ordem moral ou divina e ainda os de ordem cultural ou material, quando considerados em relação aqueles.

Por isto a sociedade organiza-se. E aqui está a causa formal. Sobre a multidão a autoridade, como aquela submissa se verdadeira, aos fins sociais. Acerca disto não continuaremos, dados os limites do trabalho.

Quanto à causa final é o bem comum, baseado na intencionalidade pessoal, refletindo o Absoluto. Voluntariamente, e aí está a causa eficiente, o homem aceita uma situação de existência que lhe permite buscar o bem comum. A essência e o motivo de atração deste, ficarão esclarecidos no parágrafo seguinte.

#### REDUÇÃO DO SOCIAL AO TRANSCENDENTAL

Temos determinado o finalismo como intrínseco da atividade humana. A consciência do fim gera a deliberação, a conexão entre aquele e os meios de realizá-lo.

A inteligência tem na percepção do fim uma estrutura, a vontade um foco de atração — um bem.

Este bem pode ser útil ou deleitável, mas é sobretudo honesto, no significado próprio do vocábulo. Busca-se para utilizar, para deleitar, mas principalmente, para terminar a ação, para satisfazer suas exigências. É esta intencionalidade que justifica o processo constante de totalização pessoal, marchando do passado ao presente e deste ao futuro, sempre existindo antecipadamente na intenção. Precisamente na relação estável das ações ao fim, reside a moralidade. É ainda por esta moralidade finalista que nasce a obrigatoriedade da ação moral, bem como a base existencial para as relações jurídicas em que se encontram — um eu e um outro.

Neste afan de um bem absoluto, no ideal de sua realização e de sua posse, fundamenta-se a existência da cidade. Há, sem dúvida, uma condição sociológica da realização do bem, pois se este é Absoluto não pode ser realizado por seres relativos, apenas pode ser concretizado, refletido imperfeitamente através da multiplicidade, da pluralidade social. "Assim aparece como necessidade transcendental que o bem total seja realizado por muitos, para que na sucessão do tempo, todo homem, toda espécie na multiplicidade de seus indivíduos, realize e possua o bem total de u'a maneira que se aproxime da realização do bem absoluto". Há "u'a mesma realidade, diz Sepich, que une o eu ao outro na verdade, e o eu ao outro no juízo de valor sobre a moralidade". Acrescenta após, "fica superado o conflito entre a condução moral da pessoa e a condução moral da cidade. A intencionalidade da pessoa é transcendente ao eu individual (individualismo) porque está encaminhado ao Bem; é transcendente e imanente à cidade temporal porque o bem é sociológico e universal ao passo que igualmente é uma finalidade cósmica."

A cidade será então para a pessoa, um fim subordinado ao qual tem em definitivo que transceder. E inaugura deste modo o filósofo argentino uma nova visão do problema da estrutura do social, reduzindo-o ao transcendental, ao mesmo tempo que abre o caminho para uma Sociologia do Bem, disciplina que tem por objeto

a cidade, o social como reflexo de um Bem Absoluto a que aspiramos e que apenas se realiza imperfeitamente nas condições humanas, através da multiplicidade de tendências, que une na finalidade um a todos e todos a cada um.

Na base desta disciplina, do ponto de vista da fundamentação teórica como segundo a maneira de proceder na investigação encontra-se a Sociologia do Saber, para a qual se apresenta uma nova visão.

Antes de agir já o temos dito, conhece-se. Para expressar e para apreciar essa Verdade que se perquire os homens também se unem, procuram na multiplicidade um suprimento para suas contingências. Há um eu e um outro eu, perspectivas múltiplas, variedade de visões para que o intelecto alcance a Verdade, dando testemunho a favor do ser. Propõe-se aqui uma nova visão da Sociologia do Saber. Passa-se da simples constatação fenomênica de perspectivas determinadas por coordenadas sociais à explicação de que a estrutura social, através de sua evolução, foi condicionada à obtenção da Verdade como manifestação do Ser, do transcendental a que se reduz o social em última análise.

## DIGRESSÃO SOBRE A SOCIOLOGIA DO SABER E DO BEM

A Sociedade do Saber, através das suas correntes, a francesa e a alemã que Bastide aproxima, tem como elemento comum, segundo este autor, as seguintes conclusões: que a sociedade não cria a razão mas fornece-lhe os esquemas que lhe permitem construir a experiência; que esses esquemas não são constantes porque a sociedade varia no espaço e no tempo. Fica bem claro, nestes dois itens — o relativismo na teoria do conhecimento. Da teoria alemã mais acabada e mais sistemática, Mannheim excede-se a Scheler neste particular. Para êle, tanto na teoria do relacionismo sustentando a tese da inerente estrutura relacional do conhecimento, como na teoria da gênese social da abstração, tendência formalista, procurando “substituir as descrições qualitativas e configurativas dos fenômenos por uma visão meramente funcional”, apontadas como dominantes na epistemologia contemporânea, teremos que levar em conta a vinculação social. Porém da sua construção notável, chegada mesmo ao concreto como na introdução do método das atribuições, salienta-se a preocupação de destacar como “hipótese injustificável e dissolvente” e reconhecimento de uma verdade em si.

Scheler atenua a atuação do fator social. A sociedade na sua opinião, não cria, seleciona, regeita ou difunde as concepções, segundo seus interesses. Diminuindo a influência social, aplaca seu relativismo, afirmando a existência de idéias do mundo relativamente naturais, como produtos orgânicos de longa duração. Acaba, entretanto, por concluir pelo seu desaparecimento na interpenetração das culturas. Enfim é a mesma tecla do relativismo.

Ora, de fato, a influência do social determinante ou seletiva do conhecimento, a existência de várias direções, não reprova, antes comprova uma realidade que se pesquisa, que está na direção do intelecto. “O pluralismo dos grupos e das formas culturais” está arraigado no espírito humano, na sua necessidade de ser, na verdade e no bem. A tese scheleriana vale mais que simples constatação de fatos ante a profundidade de suas razões, mas falha nas suas deduições relativistas. Quanto a um condicionamento total do conhecimento à sociedade, sustentando a sua racionalidade, como quer Mannheim implicaria a contradição de admitir uma determinação de uma operação intrinsecamente livre, ao invés de um circunstanciamento, de um estímulo para um dado sentido; uma atuação direta e inexplicável de uma fator de outra natureza sobre a razão, ao mesmo tempo que contradiria a busca da Verdade em si, que há em cada um, através da diversidade de perspectivas. Para nós, é a Verdade, o transcendente que explica a pluralidade dos panoramas relativos e que serve de núcleo a uma teoria última do social, a mais conforme a nossa natureza.

É esta Verdade que no seu ser apresenta-se à vontade como Bem, que esclarece do mesmo modo, a diversidade de inclinações que se entrelaçam no social, constituindo o objeto da Sociologia do Bem — disciplina que já é reconhecida em alguns conceitos cristãos como o da liturgia, comunidade temporal, encontro de naturezas em busca de um Bem, aqui no plano sobrenatural, refletindo o dogma do Corpo Místico.

No plano religioso, reconhece-se a multidão de tendências organizando-se numa comunidade em torno de uma Verdade que inspira a ação. Ai, não há o eu, mas

o nós e êste num duplo sentido que pode assumir o pronome como integração n'um corpo objetivo e como coparticipação dentro desta mesma comunidade. Esta construção dogmática induz da natureza de nossa sociabilidade como multiplicação refletindo um Absoluto, como Verdade para o conhecimento e Bem para a ação, e da comunidade, não sómente como material — máquina — mas vitalizada pela inspiração das perspectivas e pela solitação das tendências.

## O SER SOCIAL, A SOCIEDADE COMO RELAÇÃO

Conceituamos a sociedade como o conjunto de conexões em torno de transcendente, apresentando-a como uma realidade de natureza relacional. Faz-se mister, agora, debater sobre as concepções substancialistas do social para comprovar os requisitos de sua natureza.

A atribuição de um caráter substancial à sociedade foi apoiada por várias correntes. Durkheim sustentava que por sua união os indivíduos constituem um ser psíquico de uma espécie nova, com operações e manifestações próprias — os fatos sociais — irreduzíveis aos fatores psíquicos. Os fundamentos de sua afirmativa não convencem à razão nem aos sentidos, além de gerar os mitos, praticamente já comprovados, dos que seguem as pegadas de sua doutrina. A substancialidade do social não é aceitável desde que se precisem os termos em que a estabelecem e por isso também, só analogicamente, podemos falar de uma personalização da sociedade. Entretanto, nem toda realidade é redutível a substância, diz Bargino Cirio, em ótimo ensaio, do qual adoto as bases neste trecho. Nove das dez categorias aristotélicas referem-se ao ser acidental que não existe em si, mas em outro. Um deles diz respeito mais certamente a uma existência para outro ser, — é a relação — cuja característica é a alteridade. Não procede dizer que estamos diante apenas, de uma categoria lógica. Em verdade “sua presença baseia-se no entendimento, entretanto êste traduz na sua consideração, algo de realidade.” Ademais, as relações existem mesmo em nossa ignorância delas, e não seria explicável a proveniência unicamente intelectual das mesmas, admitida a sua divisão e atribuição distintas. A sociedade é, pois, uma realidade acidental, ou melhor dito, relacional, entre seres humanos. Nela, encontram-se os três elementos da relação: o fundamento — a natureza humana, os sujeitos — os homens, o término — o bem comum, logrado segundo formas particulares de coexistência. Dêste modo, fixando a realidade relacional da sociedade, superamos a absorção da pessoa na mesma “já que na ordem das coisas criadas, suas mutuas relações não podem ter mais entidade que as coisas mesmas relacionadas”. E estabelecemos claramente as ligações pessoa — sociedade — dentro de uma hierarquia de seres.

A Prudência política, à virtude do governo cabe escolher os meios apropriados para melhor entendimento entre tais entidades, de acordo com o dinamismo da conduta humana, condicionado às particularidades históricas, permitindo à sociedade realizar sua triplice finalidade — moral, política, econômica. O fim moral ultrapassa a sociedade. Esta aceita ou repulsa-o. A evidência prática disso temos nas Constituições e Códigos, que falam, porém sem defini-la, de uma ordem moral.

O fim político — é a organização. É o exercício do Governo dentro dos limites éticos. É a garantia da liberdade. É a paz interna e externa.

O fim econômico, incluso numa boa estrutura política e praticamente subordinado a esta, é conseguir a prosperidade, nos limites morais. É reconhecer, não fazer a economia. É impulsionar e equilibrar as forças produtoras, é evitar o desenfreamento da concorrência, é derrubar o despotismo do capital, é dignificar o trabalho como reflexo da dignidade pessoal.

É através desta triplice finalidade, assegurando e concretizando prerrogativas pessoais, que se realiza o processo democrático nas sociedades que desejam a perfeição.

## A ATIVIDADE POLÍTICA

Uma vez assentada uma teoria da pessoa e da sociedade é possível fixarmos, dentro do sistema desenvolvido, as características basilares da política.

A comunidade é sem dúvida um sintoma de nossa deficiência. O eu solitário não encontra possibilidade para alcançar seus fins. A Verdade e o Bem

exigem a multiplicidade e a cidade, a polis é precisamente este esforço sociológico para essas manifestações do Absoluto. O fim pessoal é essencial na explicação da atividade política. A negá-lo teremos de recorrer como Kant a um imperativo de consciência, inexplicável entretanto, se não há um juízo de valor que dê a razão de sua obrigatoriedade. A vida política não é indefinida, tem um sentido de satisfação pessoal e para quebrar este fundamento racional teremos que recorrer aos mitos, que são na definição de Tristão de Ataíde "atribuição de valor absoluto a entidades relativas" ou na expressão de outro ensaísta "revelações, invertidas, infra-naturais, afirmações que se postulam não por haver sucedido mas por desejar que assim suceda." Só com este recurso podemos estipular o sentido absolutamente comunitário do homem, sobre a sua racionalidade e conseqüente transcendentalidade.

Doutra parte, negar a atividade política, a realização a mais perfeita da polis, como finalidade da vida humana, é assumir, um das duas atitudes: de fuga da realidade por não poder explicá-la, admitindo a cidade com mal insuportável e refugiando-se na solidão espiritual, como queria Platão, sem compreender a insuficiência do seu ponto de vista, ou de aceitação do angelismo de Descartes e seus continuadores esquecendo a individualização dos homens e encontrando em cada um a totalidade da espécie, a natureza acabada, angelical.

De acôrdo com esta exposição, podemos resumir os vários sistemas, contrários a nossa asserção e cujos postulados estão nas entrelinhas, segundo o mesmo esquema de Juan Sepich:

"O platonismo, o angelismo cartesiano, o individualismo personalista são tendências apolíticas, isto é, desconhecem a corderação a uma ordem social ou política.

O individualismo materialista, o liberalismo político, são tendências de uma política gregaria e amoral.

O absolutismo político, o estatismo absoluto, o individualismo comunitário e o anarquismo, são tendências que exigem um determinismo político.

Não é política senão supressão do movimento natural da pessoa humana".

Quanto à direção política, o govêrno da cidade, como da pessoa, é competência da sabedoria-direção essencial até o bem através da prudência política ou ética. A sabedoria é noesis, conhecimento do Absoluto e de sua descida ao relativo e é praxis, é atividade de regresso, de ascensão do relativo ao Absoluto. É contemplação e é ação mediante a virtude da Prudência. No seu lado prático é pois atividade prudente. Está na esfera do Agir e não do Fazer.

Recorremos aqui aos conceitos iniciais fixados propositadamente para não usarmos deles de modo brusco. Recordemo-los indiretamente. A política é ação visando fins humanos, é a realização humana através da polis, é caminho por um fim subordinado a um último, é Prudência; a arte é realização de uma obra particular. A arte está entre as virtudes que a Prudência, mestra do entendimento prático, dispõe para suas atividades. A política visa o bem humano e não o sucesso governamental.

É esta noção que Maquiavel negou que tão funestas conseqüências arrastou até aos nossos dias. Nenhuma concepção mais artística de política que o maquiavelismo. Para ele o bem como o mal são elementos a utilizar na obra governamental, cuja concretização está no apoio dos súditos, conseguido sem preocupações do bem comum. A política é arte, melhor acabamento de uma determinada realização. Foi este princípio, diz Maritain, de uso artístico do mal, que originou a brutalidade dos totalitarismos contemporâneos. A bem dizer com o filósofo francês, o maquiavelismo apresentou duas fases. Na primeira ainda moderado, seus partidários retêm o respeito do fim político, mas deixam-se levar por todos os meios para consegui-lo. Entretanto, a noção de bem comum, não é de uma obra a ser feita na qual todos os materiais uteis, são empregados, mas é um caminho visado na realização plena da personalidade e o emprego de elementos corruos conspurcaria a sua natureza.

Vejo, como era de esperar, uma segunda fase mais terrível em suas conseqüências. A política aparece então como uma ciência natural, uma aplicação de leis científicas à luta pela vida das sociedades humanas. O interesse aqui é o sucesso, o poder. Fichte e Hegel preparam o novo período. A ética é abafada pelo perfeito funcionamento estatal. As prerrogativas pessoais são despresadas.

Estes dois erros estão exigindo uma reorientação no pensamento político.

A política, é sabedoria prática, é um ramo da ética, comporta arte, ciência, técnica, "porque a contribuição dos elementos físicos a conhecer e utilizar, das forças e da resistência a calcular, da contribuição do fazer, é muito maior que na ética familiar." "Os elementos artísticos, continua Maritain, são assimilados e desenvolvidos pela ética, como os elementos fisico-químicos em nosso organismo são integrados à substância viva e sobrelevados pelas nossas energias vitais. Porém a política puramente artística é um cadáver de sabedoria e Prudência.

## VOCACÃO POLÍTICA

Depois do sacerdócio, voltado para as causas sobrenaturais, a política é a mais alta vocação do espírito humano. "Não é nem a organização, nem a audácia, nem a honra do primeiro lugar, senão uma vocação a mais alta para o esforço natural, humano, social em toda sua significação de bem coletivo natural que a espécie deve realizar na ordem temporal. O político é o prudente, é a expressão máxima da Prudência humana no seu significado virtuoso. É o homem que tem o sentido da condução aos fins e da sua relação com os meios. É o responsável perante o povo, na medida em que, é depositário da sua confiança. É culto, no emprego de todas as aquisições intelectuais da arte, ciência e técnica para sua missão. É culto, no emprego de todas as aquisições intelectuais da arte, ciência e técnica para sua missão. É bom, na compreensão dos destinos humanos. Enfim, é a revelação do progresso intelectual e moral de um povo.

Sendo vocação e não profissão, entretanto e porisso mesmo, a política exige aprontamento. A Academia de Platão que representa uma fuga, antes que uma compreensão da realidade, não será a escola. Também não poderão ser as de educação profissional, de finalidades restritas, ministrando conhecimentos práticos, organizando exércitos de especialistas entregues as vezes a uma autêntica barbaria cultural. Oxalá, fosse um centro de vocações, educando os que as tenham nos conhecimentos diversos e sobretudo na filosofia, que penetra, sistematiza e aperfeiçoa-os segundo uma visão última da realidade.

Não confundimos o político com o sabio. Ao contrário o governo não é para o homem de hábito intelectual, mas nada impede uma preparação metódica para os chamados. O prudente precisa compreender seus fins, conhecer os seus elementos, organizar esforços intelectuais e porisso necessita disciplinar-se na filosofia — a sabedoria natural.

Esta é a visão desejável de tão grande atividade. Disso é que precisamos em nossos dias. O contrário é o profissionalismo. É o golpismo, é a politicalha. Rui foi quem lhe deu este batismo e acrescentou "o sufixo pejorativo queima como um ferrete e desperta ao ouvido uma consequência elucidativa." Adiante escreveu: "Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com outra, antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente." É numa frase lapidar: "a Política e a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha a malária dos países de moralidade estragada."

## JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Termino por onde deveria ter começado. Agora falo na primeira pessoa, pois a construção no plural já não tenho razões para adotá-la. Empreguei-a ora para mostrar a minha inserção no pensamento de uma escola, ora pra atender possíveis companheiros solidários ao sistema exposto, por último, para indicar que falava por vossa deliberação, não doutrinariamente, mas como ponto de partida de um debate íntimo que a relevância do momento podia exigir. No término do trabalho sou que devo justificar-me perante vós, da escolha procedida para o lançamento do tema. Poderia tê-lo feito no início, preferi na conclusão, quando comprovasse a possibilidade de assentar teoricamente aquelas noções iniciais, resultantes do sentido comum, tomadas como base. Agora desenvolvida a argumentação, provada a necessidade do estabelecimento de certos conceitos fora do corpo da dissertação, definida uma perspectiva, passo aos motivos da predileção.

Tencionei ao assumir o encargo um assunto filosófico-jurídico, mas uma dificuldade tornou-se-me intransponível, a ocasião para ensaiá-lo.

Pareceu-me melhor uma tema filosófico-sócio-político procurando um ponto de vista que excedesse o antagonismo dos sistemas: individualismo totalitarismo, cujas deficiências já foram comprovadas nos choques que provocaram.

No momento, não é de desprezar ante os obstáculos, uma tentativa panorâmica, preferível a se deixar vencer por visões errôneas e já ultrapassadas teórica e praticamente. Agora esse conformismo só restava uma alternativa: ou de evasão romântica ao real, ou de fechamento em si mesmo.

A primeira atitude é a dos inconformados, impacientes, falhos naturalmente nas suas pretensas e às vezes geniais soluções salvadoras. Platão foi entre os filósofos o modelo deste inconformismo e deste recuo. Começou por tentar na Academia a reforma dos homens e por consequência do social, e acabou por servir-se dela, como um refugio à realidade que não se adaptava às suas deduções. Fugiu da vida em vez de enfrentá-la, infra-valorizou o tempo, o corpo e a cidade, para concentrar-se unicamente no eterno, no espírito, no mundo ideal.

Nas letras e no quotidiano são comuns figuras de inconformados, entregues a extravagantes romantismos, geniais ou não. São de sempre, os quixotes, a sublimar em mundos ideais as suas aspirações e as dores de suas experiências como faz nas suas aventuras a universal figura literária do soldado de Lepanto.

Esta propensão à fuga aliás, excedeu-se a si mesma nas concepções totalitárias. Ai a dissolução no anonimato foi um recuo de responsabilidades ante as barreiras da vida, porém a crueza, a materialidade destes sistemas, fustigando as carnes de cada um absorveu-os totalmente, exigiu uma integração total em vez de proporcionar uma socegada diluição. Então em nossos dias, após a mostra do que são verdadeiramente as organizações totalitárias, o desinteresse, o abandono a vida, revela-se na despreocupação dos deveres e direitos pessoais, por um apêgo aos direitos e deveres sociais.

Do outro lado e talvez pelo insucesso daquelas formas absorventes, já realizadas, a evasão manifesta-se no encastelamento em si mesmo, no egocentrismo, Nada preocupa a criatura fora de si mesmo. Nela resume-se a realidade. Não há transcendente, só há imanente. O existencialismo contemporâneo é um sintoma deste estado de espírito. Encontra na existência o fundamento do real — o ser na existência. — Não lhe interessa o problema crítico, o conhecimento das coisas, mas sim o viver, o problema existencial. Voltado para si mesmo, negando o ser em si, fixando-se no tempo e no movimento, o existencialista angustia-se, "ante o ser e a possibilidade de ser no mundo. E de um lado descobre o nada em que se funde a totalidade do real e do outro o cuidado, para ele "o ser de existir." Mas o cuidado, como tal cuida, é tendência, marcha dentro de certas possibilidades, lançado sem o querer no meio das coisas e deste modo perde-se sem ver outro horizonte que o da sua temporalidade — a morte.

A solução tentada nesta mensagem não é de recuo. É realista. Baseia-se em afirmações do sentido e da razão. Encara a vida prática. Olha os horizontes históricos e se não desce a particularidades é porque estas são próprias do político, do guia. A sua apresentação foi teórica e esquemática, porque projeta-la historicamente, prever as suas possibilidades, exigiria de mim muita autoridade e experiência.

Enfim repito o que já foi dito, bosquejei uma perspectiva que só quer ser mesmo uma. Outras poderão comprová-la ou modificá-la. De qualquer modo foi um estímulo a uma pesquisa, um esclarecimento de uma verdade. Se esta busca for realizada, se esta verdade interessar, tanto melhor para mim, pois, sómente isto pretendi, com este esforço intelectual, homenagem de amizade, e gratidão aos bacharelados de 46, que por uma generosidade inexplicável, me elegeram unanimemente à dignidade desta tribuna.

Meus colegas e amigos bacharelados!

Sob o signo da indecisão, próprio dos momentos críticos, inaugura-se para todos nós uma nova etapa de vida.

Encontram-se neste instante, a oportunidade fixada providencialmente neste dia, para a abertura de novos caminhos, e o risco que se apresenta àqueles que se lançam a novas aventuras, como elementos de uma intensa crise espiritual, paradoxalmente mesclada à imponência desta cerimônia. Creio que a melhor

orientação para este momento, será recordar serena e rapidamente os valores de nossas conquistas, os propósitos de nossos compromissos para avaliação dos fatores, que hão de nos ajudar a vencer novas responsabilidades.

A finalidade do curso, malgrado tôdas as circunstâncias, alcançamos parcialmente — a reduzida erudição compensada por um certo senso jurídico, condição primeira de nossa competência profissional. Acrescente-se a este alicerce o estímulo e a orientação que nos legaram, indiretamente, a pleiade de jovens professores que vêm ingressando nesta casa, trazendo-nos um conjunto de novas teorias e mais um sentido de assimilação dos resultados científicos e filosóficos modernos ao campo das ciências jurídicas e sociais. Os trabalhos destes estudiosos apontam-nos a direção progressiva em nossas especialidades, tão aquem das ciências da natureza, mostrando-nos a necessidade de arejar os esquemas clássicos das ciências juridico-sociais com as correntes renovadoras das aquisições intelectuais.

Quanto a nossa formação cultural, se as deficiências de nossos estudos basilares, aumentadas de muito pela escassez de obras divulgadoras nos vários planos do saber, não nos permitiu estilizar um conjunto de idéias, entretanto, o ambiente intelectualmente agitado desta escola dá-nos ao menos, uma esperança no desejo de realizar-se, de atualizar-se nas concepções em voga no mundo contemporâneo. Ademais, o debate constante, a vivacidade que enche estes corredores estimulada pela compreensão do choque ideológico que subsiste em tôdas as adversidades da vida hodierna, criou já para alguns, o interesse e a dedicação a estes grandes sistemas filosóficos que se enfrentam em nossos dias.

Ao lado desse universalismo, não desprezamos a valorização do regional. Se não entendemos o regionalismo como filosofia social, condicionando a universalidade da razão, jamais menosprezamos a sua influência e grande importância na resolução das questões sócio-culturais. Interessamo-nos pelas pesquisas regionais, dando nosso testemunho favorável áqueles que fizeram do Recife um grande centro iniciador destes estudos na América Latina.

Assim, sobre tôdas as suas falhas, a Faculdade orientou-nos para o saber na sua plenitude de aspectos e para a integração nos três graus de cidadania do homem de hoje: nacional, regional, internacional.

Doutra parte, na medida da nossa participação no reboiço acadêmico, do balanceamento das influências recebidas e da intensidade dos estímulos mais atuantes, transmitimos uma certa contribuição, matizamos o clima espiritual que caracteriza atualmente êste instituto.

No plano dos acontecimentos, vivemos nesta Faculdade páginas culminantes da história dos nossos dias. A guerra encontrou-nos aqui em seus transe máximos e na sua tremenda dispersão bateu traiçoeiramente às nossas paragens. A este tempo, o conflito especificado como ideológico por sobre seu expansionismo, arrastou-nos a participá-lo, violentando os bríos nacionais. Veio a preparação militar e ao lembrá-la temos já agora, com a sensação do dever cumprido, determinado a contribuição educativa daquela mudança de ambiente. A convocação foi um meio de participação vital e apesar de tudo uma escola de igualitarismo tão ao sabor da desejada igualdade de condições e oportunidades da carta fundamental para a sociedade de após guerra. Foi através da aprendizagem bélica, uma demonstração prática de quanto deve trabalhar o engenho humano em esforço construtivo e pacífico, para evitar que a humanidade sucumba sob a potência de inventos destruidores. Para não alongar, foi uma proclamação de responsabilidade de todos os homens, para evitar a guerra, forjicada pelo jogo de interesses nos bastidores internacionais.

Muitos de nós viveram mais intensamente aquele período; outros em menor escala; todos sentimos com o fremito da vitória uma aura de redenção. Agora, virando o rosto contra ao que estamos assistindo queremos ainda crer na inteligência e boa vontade dos homens e aguardamos a possibilidade de conagração das nações.

Mas com a interdependência dos povos, o êxito, para o qual até contribuimos refletiu-se na vida política nacional. A situação vigente áquela época, permanecia em desacordo com o principio das Nações Unidas, com as quais ombreamos nos combates. A este fator primordial acrescentaram-se, como fundamentos da derrubada ditatorial, o sentimento democrático brasileiro, revelado sobretudo

no aspecto étnico e o desejo de emancipação política, como condição básica de nossa valorização internacional e de independência da nossa cultura, de acordo com os corolários do movimento litero-artístico de 1922. As arrancadas cívicas, que a partir também do ano de 22, em Copacabana, pretenderam firmar um destino político para a Nação, fracassaram com as traições aos seus propósitos idealistas. A flâmula restauradora tremulou em 1945, na grande campanha redemocratizadora e a sua conquista mais definitiva foi a Constituição há poucos dias promulgada. Se procurássemos uma denominação, tão ao gosto dos slogans contemporâneos ligariamos a esta turma, que batalhou por esta prerrogativa, que a conseguiu custosamente, este vocabulo significativo.

Resta-nos agora, como elementos combativos daquela causa, continuar a vigilância democrática, não consentindo na redução a disputas individualistas e de cargos, das pugnas que irão processar-se doravante, sem o que a nossa democracia ainda cambaleante, baqueará, vitimada nos seus primeiros passos pelos políticos com minúscula, para goso dos golpistas e dos anti-democratas. Somente batalhando, por princípios dentro da ordem constitucional, auxiliando ou criticando devidamente o desempenho governamental, empregando os partidos como órgãos de educação democrática, auscultando as aspirações populares, é que asseguraremos o desenvolvimento das instituições republicanas conforme as mais puras tradições brasileiras.

Rebuscando os episódios e diretrizes de nossa atuação político-acadêmica, homenagem invocando-a, sem paixões partidárias, a figura de nossa colega, de alguns amigos e companheiro — Demócrito de Souza Filho — eterno e simbólico bacharelado de 45.

Agora, eis-nos chegado ao fim. Uma turma a mais abandona esta Faculdade, no rastro das que lhe legaram um clima espiritual.

A Congregação de Professores, emérita no desempenho de sua função, dirigimos os nossos melhores agradecimentos e dizemos da admiração que lhe guardamos, através das nossas homenagens, atribuídas a mestres ilustres que reparam com seus pares, o elogio às virtudes especiais de que são guarnecidos. E ao referir-me à grandeza de vosso magistério, senhores professores, presto em nome da turma, um saudoso preito de admiração, a um dos vossos, rude e terminantemente apartado desta Faculdade e que hoje inspira na sombra os seus companheiros e discípulos — Prof. Andrade Bezerra. Era um homem culto na plenitude da expressão. Representava uma organização intelectual, tinha determinado uma posição no universo. Não ficava na erudição, acumuladora de minuciosidades. Não se afogava na sua especialidade jurídica, onde os seus trabalhos foram relevantes. Caminhou por tudo isso em busca da Sabedoria. E não se deteve na filosofia, a sabedoria natural, pois não endeusava o conhecimento nem as coisas criadas. Reconheceu uma outra sabedoria, sobrenatural, o conhecimento pelas razões superiores das coisas divinas, admitiu a Revelação. A lei fundamental da vida era para ele a lei da Encarnação, descida de Deus ao Homem a ser completada pela Ascensão desta natureza a Deus. Andrade Bezerra jamais desvirtuou este movimento. O progresso natural humano não dominava na sua consideração; não se filiou ao humanismo antropocêntrico, aceitou a ordem da graça. Viveu a vida cristã fiel, despertado pelo toque divino, buscava pelos roteiros da moral e da ascética realizar a plenitude da sua personalidade, na atividade por excelência, de amor, contemplação e super-abundância — Deus.

Político, quando as circunstâncias exigiram, teve no exercício das funções de mando a noção exata da vida pública. Não cortejou o poder, não visou vantagens, agiu sempre com prudência, decidindo, no respeito às prerrogativas legais, como toda autoridade verdadeira.

Os requisitos destas atitudes — contemplativa e ativa, somaram-se no exercício do magistério, onde a perfeição está no equilíbrio destas duas ordens de atividades.

Tôdas estas foram qualidades de um professor desta casa, julgado já agora, pelos seus contemporâneos. Presentemente, seu nome inclui-se entre os que fizeram a glória desta instituição. A sua impressão está mais forte, quando, aproveitando-nos de palavras de Rui, "procura-se calcular o que era pelo que com a sua ausência deixou de ser, e tenta-se medir o gigante pelo rasgão sombrio que o seu desaparecimento abriu no disco da Pátria."

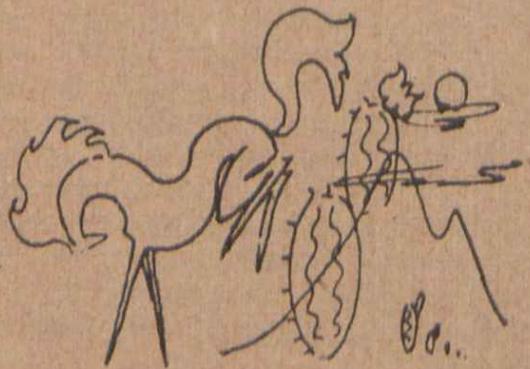
Professor Delgado, cabe-me justificar a homenagem especial a vossa figura. Ajuda-me então, paradoxalmente, o que deveria levar-me a recuar. O recato de vossas atitudes, o gosto do sombrio que a vossa presença insinua, faz-me desprezar adjetivos diante de quem, sabe usá-los tão precisamente. Digo-vos apenas, o que ressalta da própria distinção. Na tranquilidade aparente de vossa vida intelectual, a tentativa constante de compreender e resolver os problemas dentro de seus esquemas, tem uma influência bem maior que a da vossa própria avaliação. E que a vossa coerência de atitudes, pensando, sentindo e agindo nos limites de um sistema agudamente penetrado, tem um sentido catalítico de levar aos demais a fixar posições, a reagir diversamente ante as questões que agitam a nossa época. E é esse incentivo intelectual, resultante de vosso magistério e atividade de escritor, que explica a simpatia que cerca o vosso nome entre os bacharelados.

Professor Amazonas, digno Paraninfo da turma.

A colação de grau, para não encobrir seu significado em exterioridades exige um revestimento interior. Na verdade traduz esta cerimônia a aceitação de um destino, a fidelidade a uma causa. Convém por isto estimular, mais ainda com exemplos que com palavras, a disposição de ânimo necessária à sinceridade da celebração. Por isso, sentimo-nos honrados em têr-vos como nosso paraninfo. A vossa figura de jurista, de incansável batalhador da Justiça, inspira e autentica os nossos ideais de bem servir à vocação que abraçamos. Ademais, Prof. Amazonas, deu-nos esta escolha a oportunidade de reafirmar publicamente o nosso reconhecimento a vossa dedicação e de salientar a vossa relevância na vida desta escola. Como intelectual, como mestre, como administrador, pode guardar a certeza, que o vosso exemplo será evocado entre os paraninfados.

Meus co'legas!

Participando dos vossos sentimentos, de vossas expectativas e atribulações, tímido ante o desempenho da incumbência que me proporcionastes, sinto-me profundamente desvanecido e sem saber como retribuir às vossas gentilezas, concluo, vivendo convosco a intensidade deste momento, que nos liga para sempre, solicitando, em vosso, em nosso nome, ao Exmo. Sr. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Recife que nos confira o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.



# DO MEU CADERNO DE TEATRO

HERMILO BORBA FILHO

- I — Com a data de 23-12-1944, leio neste caderno: "A relativa importância da cenografia na realização de um espetáculo é uma coisa que ainda terei de provar a mim mesmo. Quando uma peça é mesmo peça deve bastar-se a si própria". Um ano depois li o livro de Gaston Baty e verifiquei que ele já havia feito uma experiência no sentido de que o texto é o que vale: colocou uma simples cortina ao fundo e representou uma peça sem que ela perdesse qualquer das suas características.
- II — O circo de cavalinhos sempre me fez pensar no valor do cenário — que o senhor Renato Viana coloca em primeiro plano — como uma coisa que, existindo, é boa, mas que podia ser suprimida sem inconvenientes. Nas pantomimas dos circos de cavalinhos não existem cenários e a sugestão age diretamente sobre a imaginação do espectador. Poder-se-ia argumentar que o público dos circos é de uma categoria cultural inferior. De acordo. Mas uma boa peça para um bom público também pode ser tratada da mesma maneira. A relação é a mesma.
- III — O Teatro do Estudante está provando de mais o relativo valor do cenário. Notadamente naquelas duas peças em um ato — *O Segrêdo* e *O urso* — pôde-se verificar que as sugestões valiam tanto quanto o cenário a valer. Não sei se repararam nas janelas pintadas a giz na rotunda. E ninguém ousou dizer que aquilo não eram janelas.
- IV — Certas montagens de certos conjuntos me fazem lembrar uma casa de brie-a-brac. Tem tudo. Desde o bibelô até o busto de Dom Pedro II. Como casa de antiquário é interessante. Como teatro é de um ridículo tremendo.
- V — Bragaglia, que é fascista — e como todo fascista muito dogmático — faz um gesto a Mussolini e diz que o autor é a parte mais secundária de uma representação teatral. Coisas de quem nunca pôde escrever uma peça.
- VI — Hoje convidei A. S. para escrever um auto sobre a maldade-padre. Sempre acreditei que o mal do teatro brasileiro era não refletir as dores, as alegrias, as tristezas, os sentimentos do povo. Se conseguirmos criar uma arte dramática que aproveite as lendas, a força da terra, os problemas humanos, teremos, enfim, um teatro nos-

so, que poderá, então, deixar de macaquear os problemas de outros povos.

VII — O teatro intelectualizado entrou em decadência com a burguesia. Ele reflete o pensamento de uma classe que sempre se absteve, no que se refere á arte, de descer ás fontes e falar sem medo e sem vergonha.

VIII — Hélio Feijó entregou hoje .... (26-8-47) o projeto para a barraca do Teatro do Estudante. Desde a minha conferência na Faculdade de Direito, lançando êsse teatro do povo, ouvi criticas mais ou menos bêstas. Que tudo era sonho. Que sonho era muito bom. Que falar era fácil. Dentro em pouco podere-

mos desdizer essas pessoas que não acreditam nos movimentos revolucionários.

IX — O Teatro do Estudante recebeu uma subvenção do Serviço Nacional do Teatro. Para conseguir essa importância insignificante a luta foi grande. Mas vai servir para montarmos as peças que serão classificadas no concurso e para iniciarmos as sabinas dos domingos sobre teatro, na Casa do Estudante.

X — O Diretório poderia formar uma biblioteca, com uma secção de livros sobre teatro. Não somente peças, mas livros que falassem da história do teatro, da sua filosofia, da sua literatura.



## CRÔNICA MUSICAL

G. H.

O grande Vila-Lobos — não o da “Prole do Bebê” de 1917, sem o notável poder de criação que lhe é peculiar, não o Vila-Lobos das estilizações, mas aquele grande artista das **Bachianas Brasileiras**, sobretudo o da série genial dos **Choros**.

Si tivéssemos, em nosso país, um melhor espírito de compreensão artística, haveria um maior acatamento à obra do mestre brasileiro. Haveria maior propaganda em torno do seu nome e das suas obras, pelo menos, como o fazem a América do Norte e a França, ou, sem exagero, grande parte do mundo. Mas, a verdade, a triste verdade, é que Vila-Lobos é considerado pela maioria dos brasileiros, mesmo entre muitos dos que gostam de música — um esquisofrênico, um louco. Em parte, têm razão... Essa “loucura” é um sinal do seu gênio. E a parte esquisofrênica é o sinal que caracteriza a sua reação perante o mundo burguês. A mesma reação anti-burguêsa, nostálgicamente anti-burguêsa que caracteriza as “Sonatas de Guerra” de um Prokofiew, principalmente a n.º 7, em seu *addagio*.

Não se precisará de grandes conhecimentos em teoria de música para aplicar ao nosso maestro o mesmo adjetivo que aplicamos a um Euclides da Cunha ou a um Machado de Assis: Vila-Lobos é gênio! A sua música traz a mesma atmosfera de um Stravinsky ou de um Honnegger. São mundos novos, são efeitos inexplorados. O seu **Noneto** e a sua **Fantasia de Movimentos Mistos** são composições que estão — no sentido clássico da palavra — à altura de um concerto para violino e orquestra do criador de **Sacre du Printemps**.

O **Noneto** (onde o compositor encaixa um côro que é mais uma incrível exclamação fantasmagórica do que combinação de vozes), reveste-se de um aspecto que, generalizando, caracteriza a maior parte dos músicos modernos: a invenção.

O compositor moderno é mais um inventor de efeitos sonoros ou de percussão do que propriamente um esteta. A preocupação é quase sempre uma, na música moderna: o ritmo puro.

Referindo-nos mesmo às suas obras menores, vamos verificar que até elas Vila-Lobos estendeu o seu gênio criador. Nas suas canções, êle rompe a monotonia da forma. Mostra que dentro da própria criação artística o homem também cansa em relação à forma. Procura outros ritmos, outra apresentação, e a beleza da obra ela mesma sendo imutável surge de maneira diferente. Mesmo excluindo o desenvolvimento temático, observamos essa busca de originalidade. Debussy rompeu corajosamente com o passado e outros o acompanharam como era natural. Outros ainda chegaram ao exagero, fazendo a gente pensar seriamente nos caminhos que a música tomará no futuro...

Numa simples composição como a **Canção do Carreiro**, Vila-Lobos também tira da voz humana efeitos novos. Si êle explora os sons exóticos nos instrumentos age assim com a voz do soprano. Notas mais naturais, obedecendo antes ao que o canto exprime do que às regras que ensinam como (não) se deve cantar... Êle abandona o que em poesia chamamos de métrica. É mais selvagem, mais realista. Não sacrifica a originalidade do som ao floreio do estilo. O que ouvimos um Borgeth tirar do violino em **Faneasia de Movimento Mistos** é Som, música pura, universal, criada por um homem que descobre tôdas as possibilidades técnicas de um instrumento de cordas.

Por enquanto as crônicas, imprecisas e incompletas, sôbre o nosso compositor patricio. Depois — talvez com a morte — surgirão os livros e a eterna consagração.

## R E G I S T O

### COMENTARIOS DE IMPRENSA

O reaparecimento de "ESTUDANTES" em Agosto último foi lisongeiramente recebido pela imprensa recifense.

O "Diário de Pernambuco", o mais velho órgão da America Latina, afirma que "ESTUDANTES" está colocada entre as primeiras publicações literarias do Recife". O "Jornal Pequeno" elogia a sua "ótima feição material". O "Diário da Noite" em comentário sob o título "Outra revista de cultura" analisa-a mais detidamente. E' o seguinte o comentário:

**Outra revista de Cultura** — O atual Directorio Academico da Faculdade de Direito, como parte dos seus planos de atividades culturais, acaba de lançar o segundo número (que, à rigor, é o primeiro de nova fase) de uma publicação literaria que ficou com o nome, aliás simpatico e bem escolhido, de "ESTUDANTES".

Foi impresso na Imprensa Oficial e tem um bom aspecto material, elegante e sobrio. Na capa, um desenho de cabeça de Castro Alves, numa homenagem justa e oportuna. As ilustrações do estudante F. Barreto Campêlo são bem interessantes.

O Director da revista é o próprio presidente do Directorio, o incansavel Felipe Gomes e o redator-geral é Marcelo Pessoa, tambem diretoriano e muito interessado no problema de difundir cultura intelectual e artistica no meio dos seus colegas. A despeito do bom nivel de quasi tôdas as colaborações, "ESTUDANTES" deve esmerar-se em ir melhorando-o, alargando o corpo de colaboradores, não com meros "figurões", mas com figuras

de valor nos meios culturais, além dos que já comparecem nas suas colunas".

E para finalizar esta nota, vejamos NORDESTE, ótimo mensario de cultura editado por Aderbal Jurema e Esmaragdo Marroquim, que em extensa nota abaixo transcrita faz lisougeiras referências a "ESTUDANTES". Eis a nota:

**"Uma tradição estudantil"** — Os estudantes da Faculdade de Direito do Recife sempre tiveram as suas revistas. Nessas publicações muitos dos grandes nomes das letras brasileiras fizeram a sua aprendizagem literária. Nem sempre definitiva, mas fortemente marcada pela audacia dos temas novos, e pelo amor quasi heroico á verdade. Entre 1930 e 1937 surgiram revistas de estudantes de direito como "Agitação", "Minerva", "Momento" e "Universidade" que atravessaram aqueles velhos umbrais e brilharam lá fora, na metropole e no mundo.

A revista "ESTUDANTES", reaparecida neste mês de Julho, reencetou uma antiga tradição, porque é uma revista escrita e ilustrada por estudantes, e pelos nomes, dos mais jovens, que estão cursando a velha Faculdade. Com simplicidade determinada eles escreveram no frontespicio de sua revista: "Agora, eis que aqui estamos outra vez, dispostos ainda a mais esforços e sacrificios para alcançarmos o objetivo a que nos propuzemos".

Que a Felipe Gomes, Marcelo Pessoa, Antônio de Brito Alves, José Rafael de Menezes, Ivan Neves Pedrosa, Augusto Guerra de Holanda, Aluisio Magalhães e

Francisco Barreto Campêlo nunca faltem o apoio e nem a compreensão de seus colegas e mestres. A flama que conduzem com a disposição de verdadeiros iluminados, numa época tão ingrata para iniciativa dêste gênero, já conquistou a praça da Faculdade, e quem sabe, se dela não se destacarão outras maiores que irão por aí afora iluminando a mocidade de outras escolas. Guiados pelo exemplo do estudante Antônio de Castro Alves, cujo retrato a bico de pena "ESTUDANTES" estampa na sua capa, e com as asas rijas da mocidade, êles poderão voar tão alto como se fossem condores. Condores de uma preciosa e rara tradição cultural que se não arreceiaram de carregar sôbre os ombros ainda adolescentes".

### REVIVE A POESIA NA FACULDADE

Estimulados pelo atual Diretorio Academico os poetas da Faculdade revivem e partem outra vez á luta elmo e couraça em posição.

Os corredores se enchem de poesias, amorosas, combativas ou humoristicas. Extravasam pelas carteiras, mesas, portas e até nas vidraças aparecem. Aqui são os defensores da poesia classica, com rima e com metro, que investem o modernismo:

Cessou a imobilidade  
Ouvem-se cantos pelo ar  
Eis que a velha Faculdade  
Põe-se de novo a falar

Agora que o modernismo  
Falece de inanição  
Compete a êste velho Templo  
Seguindo o imortal exemplo  
Dos dias de antigamente  
COMBATE-LO e intransigente  
Pregar a RENOVAÇÃO

e adiante a resposta, aludindo ao versegador:

Não queiras ó Edmir  
A reação comandar  
Pois comigo has de convir  
Tú és "da Silva" és vulgar

Anda-se um pouco e lá está de novo o poeta, desta vez paradoxalmente moderno na forma e classico na inspiração:

Faculdade de Direito!  
Não gosto dos teus Airones, dos teus Ger-  
[manos

Dos teus Pinheiros Machados.  
Quero viver num teu recanto solitario.  
Como o poeta Ernani, triste e sedentario  
O último romantico.  
Faculdade de Direito!  
Não gosto das tuas mulheres sem poesia  
Ês de uma angustia ardente fruto  
Um éco dos Castro Alves que passaram.  
Eu te peço um sopro que afasta essa tor-  
[menta

Faculdade de Direito!  
Faze reacender a luz dos corredores  
Faze ressuscitar o canto dos condores  
Faze voltar o verde as tuas palmeiras

E assim por tôda a parte. Os duelos poeticos se sucedem e já ameaçam tomar de assalto os suplementos literarios dos jornais. O Diretorio, embora sem possuir poetas (ou será que os tem?) estimulou o movimento, sendo mesmo responsavel direto pelo seu subito recrutamento. Senão vejamos. Organizou um concurso de poesias que marcou um grande sucesso. Vinte e um concorrentes. Premiou os vencedores de um outro concurso, de monografias sôbre Castro Alves.

Encaminhou á editora da Casa do Estudante do Brasil os originaes de um livro de Deolindo Tavares poeta estudante morto precocemente. E já agora prepara uma antologia dos poetas da Faculdade de 17, com cinco poemas e um resumo biográfico de cada um.

Por tudo isso, justifica-se o título deste comentário: "Revive a poesia na Faculdade".

### ESPIRITO UNIVERSITARIO

O mês de Setembro passado assistiu a primeira demonstração real do "espírito universitário" entre os estudantes superiores do Recife. Até aqui a Universidade existia apenas no papel. As escolas que a compunham continuavam a viver isoladamente, sem contacto nem relações mútuas. Isso entre professores e entre os proprios alunos. Em Setembro uma reivindicação justa dos estudantes de Engenharia, vitimas dos exageros pedagogicos de um mestre, produziu o milagre. Encabeçados pela Faculdade de Direito tôdas as escolas superiores do Recife declararam-se em greve de solidariedade aos colegas prejudicados. E durante os oito dias que durou, o movimento foi o que se viu. Coesão absoluta. União perfeita. Não appareceram fura-greves, não se deram discordâncias inter-

nas. Uma comissão integrada por um estudante de cada escola dirigiu a campanha. Redigiu memoriais. E ao fim de oito dias viu compensados os seus esforços. Vitória total, absoluta. Apoiados por tôda a imprensa, prestigiados pela opinião pública, tiveram os estudantes do Recife plenamente reconhecidos os seus direitos.

Que o exemplo frutifique. E que unidos e conscios dos seus deveres e responsabilidade prossigam firmemente os estudantes em busca dos seus destinos.

## LITERATURA DE PROVINCIA

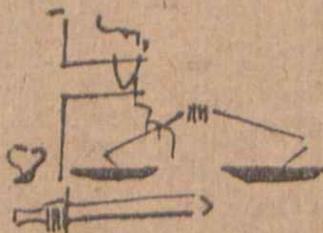
De certo tempo para cá vamos notando promissoras melhoras no ambiente cultural e literário do Recife. Embora sem a solidez e importância de centros como Belo Horizonte e Pôrto Alegre, com revistas como "Edifício" e "Provincia de São Pedro" e editores do vigor de uma "Livraria do Globo", o clima cultural recifense vem melhorando dia a dia e já tem algo de que se orgulhar. Que o digam os ultimos números dessas duas excelentes publicações, NORDESTE, já aceita em todo o Brasil, e ARQUIVOS, editado pela Diretoria de Documentação e Cultura. Sem contar as revistas de menor parte mas não menor seriedade, como REGIÃO e a nossa despretençiosa "ESTUDANTES". Ambas dirigidas por academicos de Direito, impossibilitadas de certos arroubos, mas de escolhida colaboração. Mas não vamos comenta-las agora. Queremos tratar aqui das duas primeiras, NORDESTE e ARQUIVOS.

NORDESTE com um número bem impresso, com bons clichês e ótimos trabalhos. Poemas ineditos de Ledo Ivo e Murilo Mendes e artigos de gente da terra. Pena não se tenha tornado ainda o

porta-voz de um bem compreendido regionalismo, com artigos mais ligados aos problemas e as coisas do nordeste. Não estamos advogando um regionalismo estanque, agressivo e surdo aos temas gerais e universais. Falamos de um outro regionalismo, sadio, bem situado por Gilberto Freyre na conferência sôbre "Povo, Provincia, Estudante e Arte", já publicada aliás no próprio NORDESTE. E por falar em Gilberto, a sua colaboração e a de legitimos homens de provincia como Ascenço Ferreira, Câmara Cascudo, Mario Sette e outros, seria cada vez mais de desejar. O certo contudo é que o NORDESTE é uma publicação que honra as tradições culturais de Pernambuco, e daí a ampla aceitação que está logrando no sul.

Quanto a ARQUIVOS, não sabemos de outra que dentro de seu estilo, se lhe compare no Brasil. Em apresentação discreta e simples, com elevado número de páginas e magnifica colaboração, é revista para convencer em todos os lugares por onde circule. A sua tiragem não chega para os pedidos. E note-se, não custa um centavo. E' mandada para o sul e mesmo para o estrangeiro com parte pago pelos editores. Verdadeiro presente. E já que falamos de ARQUIVOS é de justiça salientar aqui o responsavel direto pelo seu sucesso: José Cesio Rigueira Costa, diretor de Documentação e Cultura. Trabalhando modestamente e sem alarde, já lhe deve o Recife uma boa soma de notaveis iniciativas. E com a próxima inauguração da "Discoteca Municipal" e das "Bibliotecas Populares" a divida vai aumentar.

Enfim o ambiente cultural melhora dia a dia. Falta-nos somente uma boa editora para firmarmos em definitivo o primado intelectual do Nordeste. O que não tarde muito, são os nossos votos.



## NOTAS ACADÊMICAS

1 — Em dias do mês de Agosto Oscar Mendes falou na Faculdade sobre "Alguns poetas mineiros".

2 — Numerosos estudantes de direito visitaram a Penitenciária de Itamaracá numa excursão promovida pelo Diretório Acadêmico de Direito.

3 — O carmelita frei Romeu Peréa está pronunciando aos sábados na Faculdade uma série de palestras sobre a "Posição Social da Igreja".

4 — Os snrs. Lucien Pouessel, adido cultural francês e Cesio Rigueira Costa, diretor de Documentação e Cultura, visitaram a Faculdade de Direito, submetendo-se a uma sabatina com os estudantes.

5 — O Diretório Acadêmico vai realizar uma série de programas de rádio inspirados em motivos populares brasileiros. Serão gravados por Augusto Rodrigues que os levará para o sul.

6 — Os estudantes de direito comemoraram a passagem do 11 de Agosto com um programa de que constou uma missa e romaria ao Mosteiro de São Bento, almoço de confraternização para professores e estudantes da Universidade e sessão solene no Salão Nobre da escola.

7 — Valdemar de Oliveira pronunciou em 26 de Setembro, na Faculdade, uma conferencia sobre Castro Alves. Nessa ocasião foram entregues os premios aos vencedores de um concurso de monografias sobre o poeta, promovido pelo Diretório Acadêmico na passagem do seu centenário. Foram colocados em primeiro e segundo lugar respectivamente, os academicos Joel Pontes e Antônio Calmon.

8 — Em 25 de Setembro os estudantes de direito escolheram dentre as suas colegas a "Miss Faculdade de Direito". Em uma festa realizada no Clube Internacional no dia 4 de Outubro foi então eleita a "Miss Universidade do Recife". O Magnifico Reitor da Universidade coroou a vitoriosa.

9 — O Diretório Acadêmico de Direito vem realizando entre os estudantes da escola varios debates sobre problemas economicos brasileiros.

10 — De passagem pelo Recife o professor André Dreyfus realizou na Faculdade uma conferencia.

11 — O Diretório Acadêmico instituiu os premios "Deolindo Tavares" e "Democrito de Sousa Filho" para serem disputados anualmente em concursos de contos e de poesias pelos estudantes do Recife.

12 — Os snrs. Lucien Pouessel e Luiz Delgado estão dando na Faculdade a convite do Diretório, cursos de "Geografia Economica" e "Introdução a Sociologia".

13 — Em dias do mes de Setembro os estudantes de Direito estiveram em greve durante varios dias em apoio aos seus colegas da Escola de Engenharia.

14 — Convidado pelo Diretório o poeta e escritor Ascenço Ferreira falará brevemente na Faculdade.

15 — O Diretório está em entendimentos com o diretor do SAPS para que aquele departamento venha a se encarregar do restaurante que ora mantém na Faculdade.

16 — Por especial gentileza da Diretoria de Documentação e Cultura, Murilo Mendes, que a seu convite visitará o Recife, fará na Faculdade de Direito uma conferencia.

COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS DA IMPRENSA OFICIAL  
RECIFE, 1947